



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 07 **(28 de Setembro de 2010)**

--Nos termos do disposto do número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, reuniu na cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a Presidência da Mesa, Dr.ª Maria Manuel B. Vitorino de Sousa V. Simão, coadjuvada pelo 1º Secretário, Sr. Fernando Manuel Duarte dos Santos e pela 2ª Secretária, Dr.ª Joana Maria Ferreira Vergas. -----

--Assinaram a "Lista de Presenças" para além dos mencionados, os seguintes Membros da Assembleia:-----

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD-----

Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD-----

Bernardo José Martins Pereira, PS-----

Maria Emília da Graça Soares, CDU-----

Pedro Miguel Barata Almeida, PSD-----

António Pedro Mendonça Vieira, BE-----

Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS-----

Paulo Jorge Clemente Mota, PSD-----

António José de Amendoeira Pego, PS-----

Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues, PS-----

Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD-----

José Francisco Rodrigues Fernandes, PS-----

Gonçalo Ferreira Gaspar, PSD-----

Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, PS-----

Maria Odete Cosme, BE-----

Rodrigo António Rodrigues, CDU-----

Hugo Albuquerque, PS-----

Manuel Rodrigues Carvalho, CDU-----

Manuel Luís Salgueiro, PS-----

João Vasco Clemente Mota, PSD-----

Rogério Luís Dias Santos, PS-----

José António Coelho Sobreira, PS-----

Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS-----

Joaquim Edgar de Oliveira, PS-----

Fernando de Jesus Ramos, PS-----

Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS-----

--Para além de todos os membros acima mencionados, estiveram presentes da parte do Executivo Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Vereador Paulo Neves, o Sr. Vereador Fernando Martins e o Sr. Vereador Dr. Pedro Reis.-----

--O Sr. Carlos Mota, nos termos previstos na lei, pediu a suspensão por motivos de saúde, fazendo-se substituir pelo Sr. Manuel Rodrigues Carvalho.-----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, a Sr.ª Presidente, declarou aberta a presente sessão quando eram dezassete horas e vinte cinco minutos.-----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

" Quero cumprimentar os membros das bancadas, o Executivo, os membros da comunicação social e o público. ----

Queria começar por apresentar o pedido de suspensão do Membro da CDU, o Sr. Carlos Mota, que pede a suspensão do seu mandato, pelo período de um ano, dos trabalhos da Assembleia. Apresenta este mesmo pedido por motivos de saúde. Portanto, ponho à consideração dos senhores deputados se aceitam este pedido de suspensão e substituição. -----

O Sr. Carlos Mota diz que irá enviar o atestado médico comprovativo e após eu ter o aval da Assembleia, para que ele possa exercer o direito de suspensão durante um ano, eu irei proceder, com base nos artigos do Regimento, nº 54, nº 79 e ponto 4º do artigo 76, à sua substituição, chamando para ocupar o seu lugar o leito imediatamente a seguir. Se o eleito não aceitar, terei de efectuar as diligências até aceitar. -----

Hoje está em substituição do Sr. Carlos Mota, o Sr. Manuel Rodrigues da Silva Carvalho porque os outros dois elementos a seguir não puderam estar presentes. -----

Deste modo, questiono se a Assembleia não tem objecção que seja concedida a suspensão do Sr. Carlos Mota? Não havendo ninguém que se oponha a Mesa irá proceder à substituição." -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Agradecia que desse entrada na Mesa as várias Moções e Propostas."-----

-- A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Hélia Baptista, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr.ª Presidente não tenho uma moção escrita mas, vou ler, depois envio a mesma por e-mail." -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Salgueiro deram entrada na Mesa 2 propostas assinadas por si. Ambas têm o mesmo conteúdo."-----

Neste Período Antes da Ordem do Dia, deu entrada na Mesa, do grupo do PS 2 votos de pesar, uma proposta com um voto de pesar e uma proposta da CDU. E deram entrada, ainda, duas Moções do BE e uma Moção do PS, esta última em nome da Juventude Socialista entregue pela Sr.ª Ana Rita Rodrigues. É apresentada uma proposta pela Dr.ª Hélia Baptista, do PSD, que não foi entregue em papel e que a mesma irá proceder à sua leitura."-----

Propostas de Votos de Pesar pelo falecimento do Sr. Vítor Jarego (PS e Junta de Freguesia do Cartaxo) e do Sr. Manuel Pato (PSD):-----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"A bancada do PS apresenta, ainda, outro voto de pesar que eu vou ler e colocar à consideração, se querem fundir estas duas propostas que vêm em nome do PS e cujo conteúdo é similar". (Anexo1 e 2) -----

--A Sr.ª Presidente da Assembleia leu a proposta. -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Eu penso que a única diferença entre as duas propostas será que na primeira é pedido um minuto de silêncio pela morte do Sr. Vítor Jarego. Deste modo, pergunto à bancada do PS se quer fundir estes dois votos de pesar."-----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr.ª Presidente é óbvio. São duas propostas sobre o mesmo assunto, não vale a pena repetir. A intenção é a mesma."-----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Então podemos passar à votação?"-----

Passou-se à votação da Proposta. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade, aprovar a Proposta de Votos de Pesar pelo falecimento do Sr. Vítor Jarego, apresentada pelo PS, com 25 votos a favor, 15 do PS, 5 do PSD, 3 da CDU e 2 do BE.-----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr.ª Presidente, quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Executivo Municipal, cumprimentar os colegas deputados municipais, o público e a comunicação social. -----

Sr.ª Presidente, nós próprios temos um voto de pesar que queremos apresentar, a Dr.ª Hélia Baptista pediu para se inscrever. Nesse sentido e, o que eu propunha é que os votos de pesar, em vez de serem assumidos por uma das bancadas e, se estas não objectarem relativamente a esse efeito, nós faríamos que os votos de pesar fossem assumidos por toda a Assembleia Municipal e a primeira subscritora seria, naturalmente, a Presidente da Assembleia. -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Para além disto, está aqui uma outra Proposta de Voto de Pesar mas, é do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Cartaxo, que fez questão que fosse apresentada em conjunto, por isso, não li, nem questioneei se queriam juntar as 3 propostas. Penso que fará todo o sentido que fique em Acta que a própria Junta de Freguesia fez aqui nesta Assembleia este pedido. Ponho esta questão à consideração. -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr.ª Presidente pelo grupo do PS, penso que sim. O voto proposto pela Junta, pela sua especificidade, deve ser apresentado isoladamente. Quanto à proposta do Dr. Vasco Cunha, estamos plenamente de acordo. -----

-- A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

"Boa tarde à Mesa, ao Executivo Municipal, aos colegas das bancadas, ao público e à comunicação social. Eu queria dizer que a CDU não apresentou nenhum voto de pesar em relação a esta situação mas, somos solidários com todas as bancadas, por isso, iremos aprovar. Aqui o que eu achava é que, havendo 3 votos de pesar, que a junção fosse assumida mas, que a Acta possa reflectir que foram apresentadas e depois se fez a junção assumida pela Assembleia Municipal. -----

Handwritten signature and initials in the top right corner.

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
" Se estão todos de acordo posso passar ao minuto de silêncio, considerando que estão aprovadas estas duas propostas que se juntam e eu passarei a ler a 3ª proposta que é a da Dr.ª Hélia e a do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Cartaxo." -----
-- O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Luís Salgueiro, do PS, leu a proposta da Junta de Freguesia do Cartaxo. (Anexo 3) -----
-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
" Como a Dr.ª Hélia ainda não leu a sua proposta, apesar de termos decidido que se vai fazer a junção, passo a palavra à mesma para que possa efectuar a leitura". -----
-- A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Hélia Baptista, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----
" Quero afirmar que a proposta não expressa só o voto de pesar". Leu a proposta. (Anexo 4) -----
-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
" Eu peço desculpa Dr.ª Hélia mas, temos de votar as propostas com o voto de pesar e pensei que a sua proposta se referia à mesma pessoa. Portanto, teremos que retomar este processo. Vamos fazer um minuto de silêncio, como foi pedido, e depois a Assembleia Municipal irá dirigir à família do Sr. Vítor Jarego as condolências e na Acta ficarão apenas as três propostas que ficaram traduzidas em uma só." -----
Procede-se ao minuto de silêncio. -----
-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Vamos continuar os trabalhos, passando à proposta que foi apresentada pelo Sr. Salgueiro, uma vez que vem em nome da Junta de Freguesia do Cartaxo." -----
Passou-se à votação da Proposta. -----
Tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade, aprovar a Proposta de Votos de Pesar pelo falecimento do Sr. Vítor Jarego, apresentada pela Junta de Freguesia do Cartaxo, com 25 votos a favor, 15 do PS, 5 do PSD, 3 da CDU e 2 do BE. -----
-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
" Passamos à votação da proposta apresentada pela Dr.ª Hélia Baptista." -----
-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----
" Para facilitar o trabalho à Mesa e, creio que até para tornar mais transparente esta expressão da Assembleia, creio que valia a pena fazer a distinção entre um primeiro momento, que é o voto de pesar e um segundo, que é a proposta para acrescento do nome do Sr. Manuel Pato à toponímia do Município do Cartaxo. Portanto, creio que vale a pena fazer as duas votações em separado." -----
-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Passamos à votação da proposta para que seja dado um nome de uma rua, de um beco, de uma avenida ao Sr. Manuel Pato. Depois da votação estar concluída que entregarei ao Executivo a decisão da Assembleia." -----
Passou-se à votação da Proposta. -----
Tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade, aprovar a Proposta referente ao Sr. Manuel Pato, apresentada pelo PSD, com 25 votos a favor, 15 do PS, 5 do PSD, 3 da CDU e 2 do BE. -----
--Proposta da CDU para "atribuição de o nome de uma Rua, Largo ou Beco, na cidade do Cartaxo, em homenagem a um grande republicano – Francisco José Pereira, bem como, a colocação do seu retrato junto aos dos restantes Presidentes de Câmara". -----
-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
" Temos agora uma proposta da CDU que vem nesta linha da proposta anterior." Procedeu à leitura da mesma. (Anexo 5) -----
-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
" A esta proposta gostaria de acrescentar, se me permitem, uma breve nota de quem foi Francisco José Pereira. Foi um grande 'republicanizador' do Concelho do Cartaxo e que é filho da terra, nasceu aqui e aqui se casou e criou os seus filhos. Instalou a farmácia Pereira e que, no entanto, foi bastante esquecido porque e, como diz numa carta que escreveu ao seu filho, o seu neto Francisco Viegas, que escreve por sua vez ao seu neto, o actor Mário Viegas, 'o Cartaxo que o teu bisavô tanto amou, nem sequer um beco tem com o seu nome'. -----
Portanto, este é um dos republicanos que a Assembleia no 5 de Outubro, irá homenagear, através da bisneta e que, neste momento, tem no Governo Civil de Santarém uma exposição sobre o que foi a sua vida e uma parte do seu espólio. -----
Alguém pretende fazer alguma intervenção?" -----
-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----
" Boa tarde a todos e a todas. Não podemos estar mais de acordo. Sabemos que a Sr.ª Presidente da Assembleia, ao preparar a próxima Assembleia do 5 de Outubro, fez um estudo aprofundado, também, de outros republicanos, gostávamos que a Sr.ª Presidente, após a homenagem, propusesse, também, nomes de ruas para os outros republicanos, para que a homenagem se alargue. Tendo este sido o maior de entre eles, com toda a certeza, que haverá outros homens que poderão ter um nome de rua, beco, avenida mas, deixamos ao critério que a Sr.ª Presidente conhece melhor este período da história do que nós." -----
-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
" Não havendo mais intervenções, coloco à votação a proposta." -----
Passou-se à votação da Proposta. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado por unanimidade, aprovar a Proposta referente atribuição de o nome de uma Rua, Largo ou Beco, na cidade do Cartaxo, em homenagem a um grande republicano – Francisco José Pereira, bem como, a colocação do seu retrato junto aos dos restantes Presidentes de Câmara”, apresentada pela CDU, com 25 votos a favor, 15 do PS, 5 do PSD, 3 da CDU e 2 do BE.

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“ Sr. Vice-Presidente depois farei chegar à Câmara estas duas propostas.”

--Recomendação da JS intitulada “ Cartaxo 2.0 – Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica”, apresentada pelo PS.

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“ Passo então à leitura da Moção da Juventude Socialista subscrita pela Dr.ª Ana Rita Rodrigues.” (Anexo 6)

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção:

“ Sr.ª Presidente gostaria de deixar aqui o enunciado de uma proposta para ser discutido e votado na próxima Assembleia e, porque não gostaríamos que fosse uma proposta de uma bancada mas, da Assembleia e, por isso, temos tempo de a votar numa altura própria. Queríamos propor que as senhas de presença das Assembleias Extraordinárias fossem aplicadas pelo Executivo, em serviço de acção social e benemerente no Município do Cartaxo. Por razões contabilísticas e legais, não temos outra forma de o fazer, não seja a de que os cheques respectivos sejam entregues contra o recibo de donativo, como sabemos por razões tributárias em sede de IRS. Assim, os cheques que recebermos das senhas extraordinárias são entregues e recebidos recibos das instituições beneficiárias, como donativo para essas instituições e assim cumprimos todas as prerrogativas legais e contabilísticas e, também, não prejudicamos ninguém em sede de IRS.

Repito que como deve ser uma proposta da Assembleia e não uma proposta desta ou daquela bancada, deixamos aqui o enunciado para que ela seja analisada e votada na próxima Assembleia deste Município.

-- O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Gonçalo Gaspar, do PSD, fez a seguinte intervenção:

“ Muito boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa e o Executivo, os colegas da Assembleia Municipal, comunicação social e público. A pergunta que gostaria de fazer, até porque por aquilo que percebi, aliás, eu percebi muito pouco desta moção, dado tratar-se de um texto tão amplo e extremamente vago, porque não percebi a que ‘target’ do Concelho a que se destina. Percebi que houve uma falta de pesquisa em tentar perceber quantos jovens se encontram no desemprego no Concelho do Cartaxo, em termos empresariais, se estaria na capacidade de dar resposta nesse âmbito tecnológico. Gostaria de ter algumas respostas, um pouco mais objectivas da moção.”

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“ Eu volto a ler porque era muito extensa. Esta moção, no fundo, tem a ver com um concurso e diz: ‘deste modo a moção propõe a realização de um programa anual ou bianual para incentivo à inovação tecnológica. Este concurso será destinado a todos os jovens do Concelho e pretende eleger os melhores projectos e ideias de base tecnológica cujos temas podem ser transversais a todos os sectores de actividade presentes no nosso Concelho’.”

-- O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Gonçalo Gaspar, do PSD, fez a seguinte intervenção:

“ Sr.ª Presidente isso trata-se de uma moção ou recomendação?”

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“ É uma moção, foi-me entregue como moção.”

-- O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Gonçalo Gaspar, do PSD, fez a seguinte intervenção:

“Julgo que não faz sentido em ser uma moção, teria mais sentido ser uma recomendação visto que irá ser votada da mesma forma mas, todos nós sabemos que, em termos de execução, dependerá do Executivo.”

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“ Eu tenho de perguntar à subscritora da moção, que entregou em nome da Juventude Socialista, se quer passar de moção a recomendação.”

-- A Membro da Assembleia Municipal, Sr.ª Ana Rita Rodrigues, do PS, fez a seguinte intervenção:

“ A proposta seria de passar a moção para recomendação? Sim.”

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“ A moção passa a recomendação. Dr. Pedro Mendonça quer intervir?”

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção:

“ Sim, era isso, também, que nós íamos pedir. Como a moção é tão extensa não tínhamos objectivamente compreendido o suficiente para a votar. Como recomendação, votamos favoravelmente mas solicitamos que nos fosse passada uma cópia da recomendação para podermos aferir da nossa total concordância. Como recomendação, sim, parece-nos bem de uma forma genérica.”

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“ Não havendo mais intervenções, passamos à votação.”

Tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria, aprovar a Recomendação da JS intitulada “ Cartaxo 2.0 – Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica”, apresentada pelo PS, com 25 votos a favor, 15 do PS, 5 do PSD, 3 da CDU, 2 votos do BE e com 2 abstenções, 1 do PS e 1 do PSD.

--Requerimento para Prolongamento do Período Antes da Ordem do Dia, apresentado pelo BE.

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“O BE entregou um requerimento à Mesa a pedir que o Período Antes da Ordem do Dia, fosse prolongado por mais 30 minutos. Portanto, começámos às 17.25H e tínhamos de terminar às 18.25H. Prolongando mais 30 minutos, o Período Antes da Ordem do Dia vai até às 18.55H. Coloco à votação este requerimento.” (Anexo 7)

Tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria, aprovar Requerimento para "prolongamento do Período Antes da Ordem do Dia", apresentado pelo BE, com 26 votos a favor, 15 do PS, 6 do PSD, 3 da CDU, 2 votos do BE e com 1 abstenção do PS.

-- Moção nº1, apresentada pelo BE.

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

"Passamos a ler a moção nº1 entregue pelo BE". (Anexo 8)

--Dr. Pedro Mendonça, do BE, procedeu à leitura da Moção.

-- A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, fez a seguinte intervenção:

"Boa tarde a esta Assembleia e a todos os presentes. Sr.ª Presidente, obviamente não vamos dizer que as respostas às nossas questões foram respondidas em tempo. Todos sabemos que não e já fizemos várias reclamações nesse sentido. De qualquer modo, esta moção do BE tem um tom agressivo de mais. No entender do PSD, gostávamos mais que a moção fosse no sentido positivo e solicitar aos dois órgãos, quer à Mesa quer ao Executivo, que fossem cumpridos, dentro dos prazos legais, a prestação das informações pedidas e nesse sentido vamos abster-nos nesta moção.

Embora nos revejamos na mensagem aqui trazida, ou seja, no cumprimento das obrigações dos órgãos autárquicos para com os seus eleitos, a linguagem é um pouco ofensiva demais, no entender do PSD.

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção:

"Sr.ª Presidente com o devido respeito que tenho pela sua pessoa, cabe-me dizer-lhe que há um ano que nós andamos, positivamente, a pedir que nos facultem informações. A Sr.ª Presidente, com certeza, acompanhou isso porque pedíamos a si. Há um ano que o Executivo faz da Mesa e da Assembleia 'gato sapato', ignorando-nos, fazendo de nós 'bibelots' da democracia. Isso para nós é que é agressividade.

Eu aceito que a Eng.ª Luísa Pato, às vezes tão agressiva por aspectos sem razão nenhuma, peça 'com licença', 'faz favor', 'desculpe lá Sr.ª Presidente'. Nós, BE, questionámos de um ano a esta parte, uma série de questões que nós consideramos graves para o Concelho do Cartaxo. Que nós não podemos tomar decisões sem termos conhecimento dos documentos, sem termos explicações por parte do Executivo. A isso o Executivo nada disse. Esta atitude para mim é que traduz a agressividade. Ignorou-nos a nós eleitos pelos cidadãos e ignorou-a a si, Sr.ª Presidente, porque por diversas vezes, por escrito, nós lhe colocámos questões e, por escrito, a Sr.ª nos respondeu que já as tinha colocado.

A Lei é para cumprir e nós, há um ano, que o vimos a dizer. E a Sr.ª Presidente, de si esperávamos a denúncia pública deste deficit democrático e não a sua cumplicidade. A nossa agressividade vem de uma certa desilusão para com a Mesa desta Assembleia e para uma certa indignação para com o Executivo Camarário.

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção:

"Sr.ª Presidente, eu queria antes de mais, testemunhar o meu respeito à Sr.ª Eng.ª Luísa Pato pela chamada de atenção e queria dizer ao Sr. Deputado subscritor desta moção que com 'vinagre ninguém apanha moscas'. Segundo, quero dizer que não é por gritarmos mais que temos mais razão. Terceiro, não é pela agressividade que nós temos razão. Não é pela agressividade da linguagem do comportamento que resolvemos os problemas. E, finalmente, para dizer que quando se discute é porque alguns dos contendentes não tem razão porque se tivesse, ela estava no meio, ou seja, para dizer, e já o disse aqui mais do que uma vez, que não é uma questão de agressividade que se resolvem problemas. Eles podem ser colocados da mesma forma com humanidade de trato e com linguagem mais cuidada, sem necessidade de uma agressividade, por vezes gratuita, que para atingir objectivos não precisava de tanto.

Não quero com isto dizer, nem retirar a razão que cabe ao Sr. Deputado. Tem todo o direito de o fazer nos termos que entender, apenas para dizer que não votamos a favor, por uma questão de linguagem e não de princípio e, deste modo, venho dizer que nós, também, comungamos da mesma posição da Sr.ª Eng.ª Luísa Pato.

-- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

"Boa tarde Sr.ª Presidente, a Mesa, Srs. Membros da Assembleia, restante Executivo, público e comunicação social. Sobre este tema nós só gostaríamos dar aqui uma informação, temos preparado no decorrer desta sessão, caso exista intervalo, ou, no fim da mesma, um conjunto de documentação para distribuir que vai, certamente, ao encontro de muitas questões suscitadas e ao longo dos tempos em que em que elas forma colocadas.

Naturalmente e fruto de alguma necessidade de trabalho que elas exigiram, por parte dos colaboradores da Câmara Municipal, não foram entregues na altura devida e na Assembleia anterior tive a oportunidade de o assumir com muita clareza mas, que iríamos continuar a trabalhar. Neste momento, temos a informação para o fornecimento, para cada grupo com representatividade na Assembleia. Sr.ª Presidente face a isto não tenho mais nada a acrescentar.

-- A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção:

"Em relação ma esta matéria nós, como princípio, até concordamos com algumas das coisas que estão aqui nesta moção. Às vezes há um pouco da prática do 'deixa andar' do Executivo para responder aos Deputados mas, não é norma da CDU ter um diálogo tão forte, ter uma posição tão forte a nível de linguagem. Aí a razão de concordarmos com algumas coisas mas, também, não concordamos com outras. Daí iremos abstermo-nos.

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção:

"Eu não me vou defender porque não retiro uma vírgula e não percebo onde está a agressividade, quando se pede para haver respeito pela lei. Sobre a resolução dos problemas, é óbvio que, infelizmente, não consideramos que por solicitarmos conseguimos a documentação. Como é óbvio, nós passados os prazos legais informamos sempre as

autoridades competentes que existe incumprimento da lei no Cartaxo. E é por essa via, pela via legal que nós, infelizmente, no Cartaxo, na oposição somos obrigados a usar para podermos resolver os problemas. -----
Portanto, não retiro nenhuma vírgula, espero que a Sr.^a Presidente continue a insistir para que a lei seja cumprida no tocante aos prazos e às respostas e espero, também, que a Sr.^a Presidente, e é nesse sentido que a responsabilizamos com a restante Mesa, que faça denúncias públicas quando entender, de que já passaram todos os limites, porque há questões que foram colocadas na primeira Assembleia Municipal, desta legislatura. Eu não estou a falar na anterior ou na antes da anterior, estou a falar na primeira e espero que o Sr. Vice-Presidente, na documentação que nos vai dar, se remeta, também, à primeira Assembleia onde eu, por exemplo, falei do processo do Campo da Feira que até hoje, nunca nada nos foi dado. Espero Sr. Vice-Presidente que nessa documentação venha essa papelada, também. -----

Para concluir, agressividade em democracia é não cumprir a lei. -----

-- **O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção:** -----

"Sr. Presidente afinal o Sr. Deputado acabou-nos por dar razão a todos. Estávamos aqui a discutir o 'sexo dos anjos', o Sr. Deputado já nos explicou como funciona: 'a lei está aqui, não comprem eu recorro à lei para que se cumpra'. Então eu deixava aqui uma sugestão ao Sr. Deputado, futuramente, sobre estas matérias, depois do recurso à lei, trazia uma informação à Assembleia e ficávamos a saber das suas diligências." -----

-- **O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata, do PSD, fez a seguinte intervenção:** -----

"Boa tarde a todos. Duas ou três notas, uma é que gostava de ouvir a posição da Sr.^a Presidente e da Mesa, qual é a posição sobre esta matéria e se estão de acordo e se são cúmplices com a falta de informação ou se hoje, aqui, o afirmam que o Executivo não tem estado a cumprir com a lei e que a Assembleia Municipal tem sido defraudada nas suas expectativas. A segunda nota é para o deputado Bernardo Pereira porque esperava hoje aqui que ele trouxesse qual é que era a lei e que nos viesse mostrar e afirmar o que é que a lei tem para dizer 'preto no branco', porque o Executivo não está a cumprir. Salva-se e congratulo-me pelo facto de dizer que não é contra esta moção mas, pela agressividade e, portanto, vai votar da mesma forma que o PSD já o anunciou. A terceira e última nota, é uma questão colocada ao Sr. Vice-Presidente, que na anunciando aqui que os problemas estão ultrapassados, relativamente à questão das informações, se a partir de hoje vai cumprir a lei e se a partir de hoje vai cumprir os prazos nas respostas a todas as questões que foram solicitadas a si e ao Executivo." -----

-- **A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção:** -----

"Boa tarde. Queira chamar aqui a atenção ao colega Bernardo Pereira que se ele sabe, e penso que sim, a lei das competências desta casa diz que a Presidente da Mesa tem como competência cumprir e fazer cumprir a lei. Portanto, daí a nossa moção e a nossa chamada de responsabilidade à Mesa da Assembleia. -----

-- **O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção:** -----

"Sr.^a Presidente, em primeiro lugar ao Sr. Deputado do PSD, o Sr. Deputado subscritor da Moção do BE, para dizer o seguinte: a lei não fui eu que a invoquei; o Sr. Deputado é que disse nos termos da lei sempre iriam agir desta forma. O Sr. Deputado é que sabe qual é a lei, portanto, nos termos dela, recorre sempre que entender, o que acho muito bem. Em segundo lugar, para responde à Sr.^a Deputada, que em relação à nossa posição, não temos nada a alterar. Já o dissemo-lo e mantemos." -----

-- **A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** -----

"Como o Eng. Pedro Barata se dirigiu à Mesa, eu vou fazer uma intervenção, com a autorização, para dizer quatro ou cinco palavras. A Mesa procura sempre pugnar pelo estrito cumprimento da lei e pede para que fique lavrado em acta que todos os pedidos das bancadas são reencaminhados para o Executivo Municipal, nos prazos previstos na lei." -----

-- **O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção:** -----

"Nunca colocámos em dúvida que o fizesse apenas esperávamos que denunciasses quando tal não é feito." -----

-- **Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção:** -----

"Sr.^a Presidente só para esclarecer que podia não ser devidamente entendido, o que seria grave, eu julgo que a Sr.^a Presidente não está aqui para cumprir a lei, estamos todos aqui para cumprir a lei. Não apenas a Sr.^a Presidente, pois estamos todos aqui para cumprir a lei e nós na Assembleia também. Pois poderíamos pensar que só a Sr.^a Presidente era obrigada a cumprir a lei e nós não." -----

-- **A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** -----

"Desculpe mas, esta minha questão tem a ver com uma pergunta muito directa com o Eng. Pedro Barata efectuou e que questionou a Mesa, não questionou a bancada, nem as bancadas. Eu tinha que responder em nome da Mesa porque me foi feita uma pergunta directa." -----

-- **Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção:** -----

"Sr.^a Presidente eu não estou a responder à sua intervenção. Estou a responder à intervenção do Sr. Deputado do BE, que se referiu ao cumprimento da lei, por parte da Mesa. E o que eu quis dizer é que não é só a Sr.^a que é responsável pelo cumprimento da lei, somos todos responsáveis pelo cumprimento da mesma. Não tinha nada a ver com a intervenção do Sr. Deputado, Pedro Barata." -----

-- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Caldas, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** -----

"Sr.^a Presidente, Mesa, Srs. Deputados, Comunicação Social, público presente. Somente para referir que nós vamos, dentro do possível e utilizando os serviços camarários, tentar garantir o cumprimento dos prazos para a entrega da informação. Queria, também, alertar o seguinte: temos que reconhecer que algumas das vezes, e eu cheguei até a precisar para se fazer um ponto de situação da documentação que tinha sido solicitada por escrito. E eu pedi que

fosse redigida por escrito e que a mesma tivesse uma leitura objectiva para podermos, também, com a mesma objectividade responder. Por isso, a pergunta que foi feita ao Sr. Vice-Presidente, e nós estamos a trabalhar em equipa, naturalmente só tenho uma resposta: vamos tentar cumprir os prazos o melhor possível. Os serviços por vezes, também, estão assoberbados com outros tipos de tarefas e acabam por não nos dar a resposta necessária. Nós políticos, também, andamos assoberbados nas nossas questões em termos de trabalho e, também, não conseguimos garantir isso. Mas posso comprometer-me perante a Sr.ª Presidente da Assembleia, perante os Srs. Deputados que vamos tentar melhorar ao máximo a nossa prestação nessa matéria, bem como, em outras matérias. -----

Nós não temos interesse nenhum em não cumprir a lei, aliás nós estamos tão preocupados com os outros assuntos deveras importante para o nosso Concelho, não seria pela prestação de contas ou pela prestação de determinado tipo de informação que nós queríamos de alguma maneira falhar. Fica esta nota em nome do Executivo.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“ Eu julgo que não tem sentido aqui tentar cumprir prazos, falar em perguntas por escrito, porque esta Assembleia tem actas e estão as perguntas nas actas. Também não me parece correcto Sr. Presidente escudar-se atrás dos funcionários para não entregar a documentação, por exemplo, os relatórios que nem são feitos nesta casa. Estou a falar, por exemplo, dos relatórios da IGAL que não vieram à Assembleia, que não nos foram entregues. Eu espero e fico contente Sr. Presidente por dizer que ia tentar cumprir a lei e os prazos. Sr. Presidente tente e cumpra-os porque nós quando lhos pedimos queremos analisá-los a bem da terra, tal como o Sr. Quando toma decisões, que nós queremos crer que é a bem da terra. Portanto, não é uma birra, não é possível tomar decisões sem ter conhecimento da matéria. É tão simples como isto e tenho muita pena ter que dizer de uma forma clara que se tomamos decisões sem estudar as matérias estamos, quase de certeza, a tomar más decisões ou, de certeza que as tomamos de uma forma alienada. -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Não havendo mais intervenções, passamos à votação.” -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria, rejeitar a “Moção nº1”, apresentada pelo BE, com 2 votos a favor do BE, com 15 votos contra do PS e com 10 abstenções, 6 votos do PSD, 1 voto do PS e 3 votos da CDU. --

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Gostaria de fazer uma declaração de voto porque me absteve, porque como disse há pouco, e agora não estou a falar em nome da Mesa, estou a falar em nome pessoal, procurámos encaminhar todos os pedidos e eu procuro cumprir com a lei.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

“ Também em jeito de declaração de voto, sugeria à Mesa que criasse uma espécie de registo, de cadastro, por forma, em cada início da Sessão Municipal, quer que fosse ordinária e extraordinária, fosse possível a todos os eleitos que estão na Assembleia poderiam consultar quais foram os requerimentos, os documentos, que foram solicitados ao Executivo Municipal e quais foram as respostas que por intermédio do Sr. Presidente, foram facultadas à Assembleia Municipal. E a partir daí, creio que ficamos com um registo, uma espécie de observatório onde todos podem identificar há quanto tempo está por receber uma resposta e quantas repostas foram dadas, atempadamente. Creio que é esta recomendação que quero deixar no final deste debate. -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

“Sr.ª Presidente só para dizer que nós votámos contra porque achámos que dada a similitude dos dois documentos quer a Moção da JS quer esta Moção que teria mais cabimento que fosse uma recomendação do que uma moção e, por isso, a nossa posição. -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Fizemos a votação da Moção nº1 do BE, estávamos na votação e eu absteve-me e fiz uma declaração de voto e o Dr. Vasco Cunha fez uma recomendação. Penso que aquilo que o Sr. Deputado disse não faz muito sentido” -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

“ Eu disse que dado que a moção do PS passou a recomendação devido à extensão dos pontos, e nós votámos contra, podia ter sido uma recomendação. Podíamos desta forma, ter votado a favor, assim votámos contra.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Mas está a falar da moção da JS?” -----

--Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

“ Não, estou a falar na moção do BE que é a única que tenho aqui.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Mas essa moção já foi votada.” -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

“ E eu disse em declaração de voto, se em vez de uma moção fosse uma recomendação, o nosso sentido de voto teria sido outro.” -----

-- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Caldas, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Eu acho excelente a recomendação do Dr. Vasco Cunha e parece-me que esse registo, essa forma, objectiva de apresentar, quer a informação que vai com origem, com destino e com datas, parece-me que vai ao encontro daquilo que precisamos. Resolve completamente todas as situações. Por isso, acho excelente. Nós, não tendo sido recomendado por esta Assembleia, vamos seguir esse alinhamento e vamos tentar obter esse quadro.” -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----
"Sr.ª Presidente eu peço desculpa, mas penso que o Sr. Presidente do Executivo se baralhou ao ouvir o Dr. Vasco Cunha. Em momento nenhum o Dr. Vasco Cunha falou em obrigatoriedade de pôr por escrito as questões." -----

-- Moção nº2, apresentada pelo BE. -----

-- O Dr. Pedro Mendonça, do BE, procedeu à leitura da Moção. (Anexo 9) -----

-- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Caldas, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Eu limitava-me a dizer que vamos distribuir um ponto de situação dos investimentos do QREN, fazendo uma análise comparativa com os outros Quadro Comunitários, quer em termos de investimento total, quer em termos de apoio obtido a fundo perdido. -----

Dizer-vos, também, que sobre essa matéria não vale a pena alongarmo-nos muito mais. No terreno as obras, certamente, estão à vista. Virá o tempo que vai demonstrar se as obras que nós, sempre, referimos eram estrategicamente importante para o Município, estão a ser feitas. O tempo vai, certamente, dar razão a quem tem e quem tem estado mais preocupado com o bem-estar dos munícipes, do que propriamente em duvidar. A dúvida é sempre importante mas, geralmente quando estamos sempre do lado mais próximo das pessoas. É o que procuramos fazer e isso vai ser demonstrado certamente." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Presidente, eu penso que o Sr. falou sem primeiro olhar o que está agregado à moção que nós entregámos. É que nós demos ao trabalho de antes de vir para aqui perguntar às instâncias competentes o que é que realmente estava em aceitação, ou, por aceitação, ou, candidatado ou não. E temos um quadro do Ina Alentejo que explica aquilo que nós dissemos. E isto para nós é que vale e não as suas palavras. E temos um e-mail da CIMLT, também a corroborar as nossas palavras. Isto é que vale porque são estas instituições que dão apoio ao QREN, não as suas palavras." -----

--O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Caldas, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Eu não vou estar aqui a discutir com quem não percebe destas coisas, assuntos que são da máxima importância e que têm rigor e objectividade como aqueles que vão ser apresentados. Mas posso disponibilizar-me, aliás eu e o Executivo, para fazermos uma sessão de esclarecimento, para vos apresentar e até podemos trazer os elementos gestores quer do Ina Alentejo, quer da CIMLT, para demonstrar que o Cartaxo, felizmente, quer em execução física, quer em execução financeira, é dos Municípios que não só tem conquistado mais fundos perdidos para os investimentos, como também, é o que tem as melhores taxas de execução. Por isso, estamos perfeitamente à vontade e certamente, que eu ainda não vi, mas dessa moção que vocês aí têm, esqueceram-se, provavelmente, da Creche de Pontével, quem nem sequer a vi mencionada e está no Pares. Mas esqueceram-se do POPH, esqueceram-se do POVT do sistema de águas e saneamento, e eu nem analisei o que está aí mas, posso assegurar-vos do que está a ser discutido. Esqueceram-se do programa Leonardo Da Vinci, esqueceram-se, também, que a contratualização que está negociada com a CIMLT está assegurada e aquilo que vocês questionaram a CIMLT, esta veio perguntar a mim o que se passava. Eu disse-lhes que deveriam de responder em conformidade com a informação que dispõem e eles disseram; 'não acha que devemos informar até ao final do mês de Setembro, segundo orientações do Secretário de Estado que acompanha o QREN, os Municípios devem e vão apresentar todas as candidaturas?'. Eu respondi: 'acho que devem informar, até porque nós vamos prestar essas mesmas informações, está na altura de fazermos um ponto de situação'. Por isso, eu agradeço todos os contactos que fizeram com estas entidades mas, duvido que algumas delas tenha demonstrado que o Cartaxo tenha fraca execução e, por outro lado, duvido que vocês tenham a amplitude de gestão que este Executivo Municipal, felizmente, tem pugnado por ter junto de todas as instâncias para maximizar todo o aproveitamento financeiro para os projectos estruturantes do Município. -----

Se eu tive alguma dúvida nisso, certamente, a partilharia convosco e até já demonstrei, em tempos, que quando é necessário na defesa dos interesses do Concelho ir contra esta ou aquela instituição, para defender os investimentos públicos e estruturantes que são feitos para o Município, nós não temos problema algum em fazê-lo. Agora quando apresentar alguma moção de repúdio, eu penso que nós devemos de estar devidamente calibrados e ter a informação completa. Eu, por exemplo, não tenho problema algum em fazer uma sessão particular convosco e esclarecer-vos de quais os programas, quais as candidaturas, quais os projectos e o que está a andar em curso no Concelho." -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr.ª Presidente estava aqui a ler a introdução. Deste modo passo a reler: 'até 2008 a Autarquia e o Sr. Presidente, previa investir 275 milhões de euros'. Verifico que a 7 anos de distância, o Sr. não diz onde estão os 275 milhões. Já passaram 2 anos, faltam só 7 e falta o resto do dinheiro. Onde é que ele está Sr. Presidente? Se puder esclareça-me." -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"É óbvio que não vou ter me grande conta nem comentar este último comentário do Dr. Bernardo Pereira porque ele ser ler com atenção, vê que não é essa a questão. Queria comentar outra questão, estamos a falar, e é isso que o último parágrafo afirma, que no repúdio pelas informações do Sr. Presidente afirmar que já está garantido, não está garantido, o Sr. Presidente diz que até ao final deste mês vai estar entregue. Sr. Presidente diz que estavam entregues até ao final de Março de 2009. É lógico que nós aceitamos e louvamos, e seremos os maiores entusiastas dessa sessão pública e não privada, que o Sr. Presidente pretende fazer sobre os investimentos no Concelho do Cartaxo, nomeadamente, aqueles candidatados ao QREN. É óbvio, também, que o Sr. Presidente, muitas vezes, faz

muita confusão sobre o que são Deputados Municipais e o que é o Executivo. Eu já em tempos disse que lhe oferecia uma Constituição, lhe oferecia uma assinatura de um jornal de referência, para ver como funcionam as democracias nas outras terras. -----

Sr. Presidente, nós não estamos aqui para gerir, nós estamos aqui para questionar e quando nós temos dúvidas, é na Assembleia Municipal que nós a apresentamos. Quando nós achamos que por o Sr. dizer que me Março de 2009 já tem 17,5 milhões assegurados, quando isso é falso, nós estamos cá para repudiar. Agora, também, estamos cá para o ajudar e ao Executivo, para conseguirmos o máximo de fundos possíveis, porque Sr. Presidente, esta, também, é a nossa terra. O Sr. Presidente não tenha a visão de quem não está consigo está contra si, não tenha a visão da unanimidade necessária, ou, na união necessária, não vou falar nacional como é óbvio, vou dizer local, da necessária união local para que se consiga alcançar determinados objectivos. Sr. Presidente é na diversidade que muitas vezes nascem os melhores desenvolvimentos, se quiser podemos discutir isso privadamente. -----

Agora a realidade é que nós questionámos os projectos candidatados até ao dia 15 de Setembro, era isso que estava e em Março de 2009, efectivamente, o Sr. Presidente disse o contrário e nós repudiamos. Não achamos correcto. O Sr. Presidente disse que não lhe faz confusão mas, a nós faz-nos porque nós estávamos convencidos que esse dinheiro estava mesmo assegurado para o desenvolvimento do Cartaxo e afinal ainda vai ser candidatado. É disto que nós temos pena, é disto que nós estamos a falar." -----

-- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Caldas, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** -----

"Ao longo dos últimos 10 anos como autarca, eu nunca me preocupei em debater ou discutir os assuntos. Eu penso que o BE foi-nos dando, ao longo dos tempos que tem vindo a apresentar moções e recomendações, tem repudiado, tem denunciado, tem sido o arauto da ilegalidade de tudo e mais alguma coisa. Eu sei que isto que estamos a falar é muito simples. A Esquadra da PSP está a andar, tem 90% de dinheiro público de apoio. O novo Centro Escolar, nomeadamente, aqui no Cartaxo, a E.B. 2,3 vai arrancar este próximo mês, já está adjudicado e o contrato está a ser redigido e são mais de 4,5 milhões de euros e tem 100% de financiamento de apoio. Nós temos as creches que já foram concretizadas neste mandado com a concretização de apoio do PARES; elas estão feitas e tiveram o apoio de 75% e o restante foi a Autarquia que apoiou. Nós depois vamos ter a mobilidade e a rede viária, que são tudo projectos que estarão nestes quadros, com apoio a 80% e vai estar no terreno como poderemos comprová-lo. -----

Depois temos aqui mais à frente, aquilo quem durante muito tempo foi objecto de todo e mais alguma polémica, está no terreno, e é uma obra conjuntamente com a Ribeira que vai custar 5 milhões de euros, em que 80% são a fundo perdido. Está no terreno e vai-se ver. As áreas empresariais a mesma coisa, vamos ter a oportunidade de verificar as candidaturas, o montante das mesmas e a sua execução no terreno. Eu acredito, sinceramente, já que estamos a falar em tempos de concretizações, que há-de chegar uma altura em que o BE, e na pessoa dos seus representantes, vão ter a humildade de dizer: Sr. Presidente da Câmara, afinal o Executivo fez e faz em prol dos habitantes da nossa terra. E fez com dinheiro a fundo perdido porque se tudo correr bem vamos continuar a gerir como fizemos até aqui. -----

Isto que estamos a fazer é o início porque, ainda, vamos fazer mais obras no terreno porque mais do que os quadros, é no terreno que vamos ver eu conseguimos negociar diferentes fontes, da Comissão Europeia directamente, dos fundos perdidos, ou seja, dinheiro sem reembolso para o desenvolvimento dos projectos estruturantes do Concelho. Eu acho que é a melhor forma. Porque estar a repudiar e a maltratar, estar a apresentar, de forma agressiva, que isto não é verdade ou que não corresponde à verdade, depois daquilo que vai ser contrariado pelo tempo, eu acho que neste caso é sensato esperar mais um pouco; até porque com o quadro que nós vamos apresentar estão lá bem espelhadas aquelas que têm sido as conquistas. Podia estar a analisar de cor mas, a analisar o período de 2000 a 2006, face ao QCA III já verificámos uma distância em relação ao passado. Mas agora quando chegámos ao QREN vamos ver que em termos de investimento total, em termos de dinheiro a fundo perdido, a grande diferença que existe do QREN em relação a tudo que foi conquistado para trás. Isto não são invenções é matéria de facto, são números e estão lá, estão registados. Mais importante que isso é a obra que teremos todos a oportunidade de a ver." -----

-- **A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção:** -----

"Sr. Presidente mais ninguém, se calhar, do que o BE terá o maior prazer em dar os parabéns pela sua obra. Aquilo que nós repudiamos é que o Sr. Em Março de 2009, em plena campanha eleitoral, tenha vindo a fazer declarações de situações que considerou como estando certas quando elas, ainda agora, estão em período de aceitação. É só isso que nós repudiamos." -----

-- **A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** -----

"Obrigada Dr.ª Odete. Passo a palavra ao Eng. Pedro Barata". -----

-- **O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata, do PSD, fez a seguinte intervenção:** -----

"Uma primeira nota que ficamos a saber face a algumas instituições, como o CIMLT, que telefonar ao Sr. Presidente ou ao Executivo para saber o que podem, exactamente, responder aos autarcas deste Conselho foi uma afirmação que lhe agradecemos, não sabíamos que isso funcionava assim mas, agradeço-lhe esta informação para nós sabermos como estas, coisas funcionam. A segunda e a mais importante, é sobre a moção, e dizer que o que nós valorizamos nesta moção é, fundamentalmente, o último parágrafo e a conclusão enunciada pelo BE e que parece-nos o mais importante nesta moção. É que o Sr. Presidente e o seu Partido têm vindo, ao longo dos mandatos, conquistar muitos votos, muitas eleições, com muitas promessas. Isto aqui é que é importante as promessas que o Sr. Sabe que não vai concretizar e temos vários exemplos que podemos dar: podemos falar do Pavilhão Multiusos,

podemos falar do projecto de Valada que já foi XX, XXI, que neste momento já tem obras que não estavam no XX, que não estavam previstas inicialmente. Portanto, essa é que é a verdade e esse é que é o facto que nós valoramos aqui neste documento, é que a verdade é que existe alguma obra mas, é verdade que o Sr. Presidente tem feito muitas promessas aos munícipes deste Concelho e muitas delas não são cumpridas. Algumas nem sequer em vias de serem cumpridas e outras, o Sr. Sabe que jamais conseguirá fazê-las."

-- A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"É favor Dr. Bernardo Pereira."

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

"Muito sinteticamente, não é para defender o Sr. Presidente, nem o seu Partido, pois sei que já não tem nenhum partido, mas apenas para me pronunciar sobre as suas previsões e os seus falhanços. Sobre previsões, que eu me recorde, nos últimos três anos, eu vi previsões sobre a Alemanha, sobre os EUA, sobre a OCDE, do FMI, do BCE e do Banco Mundial. Três anos passados ninguém acertou nas previsões. Isto é em seu abono Sr. Presidente é mais um que não acertou nas previsões."

-- A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Prof.^a Emília Soares pode tomar da palavra."

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

"Eu só gostaria de ressaltar aqui uma questão que eu acho que não ficou muito bem nas palavras do Sr. Presidente que é o seguinte: eu há pouco, da bancada da CDU, registei alguma da linguagem da moção anterior do BE mas, Sr. Presidente – 'não vale a pena explicar a gente que não percebe nada disto'?! , são termos que não são os mais apropriados para dizer nesta Assembleia."

-- A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Obrigada. Sr. Presidente pretende intervir?"

-- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Caldas, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Assumo que depois de tantos anos a trabalhar para esta Autarquia, em conjunto com muitas pessoas, quando somos permanentemente acusados de mentirosos ou de faltar à verdade, repudiados por tudo e mais alguma coisa e depois quando vamos ali fora verificamos a realidade ao contrário das palavras de algumas pessoas, efectivamente, por vezes, excedemo-nos na linguagem. Mas eu sou um pouco diferente de algumas pessoas que aqui estão nesta casa. Eu reconheço, humildemente, quando me excedo. Por isso, não tenho problema algum em assumir que, talvez no calor da discussão, me tenha excedido nas palavras. Não deixando de reconhecer o seguinte: quando as pessoas vão ter com as entidades, com que nós dialogamos diariamente e de forma competente trabalhar connosco para o bem do Concelho, aquilo que eu quis dizer foi que, de forma competente, essas pessoas podem dirigir-se a nós porque, também, terão a reciprocidade do tratamento; não precisam de ir ter com as outras instituições. Aliás, nesta casa já perceberam, muito bem, que em relação à obra não temos problemas em mostrá-la."

Em relação aos fundos que conquistámos, não temos problema nenhum em afirmar isso. Eu queria só esclarecer um ponto que me parece importante: o Dr. Pedro Mendonça referiu que em Março de 2009 tinha havido uma conquista disto e daquilo, eu chamo a atenção do seguinte, é público que com o processo da OTA houve um conjunto de Municípios aqui na Lezíria, que tiveram um valor acrescido naquilo que tinha sido a contratualização. O montante a fundo perdido acrescido era de 3 milhões de euros. Também, é público que com o processo da OTA houve um conjunto de obras da Administração Central que forma devidamente concertados e negociados e que fizeram parte desse mesmo pacote. Estamos a falar de obras como a Esquadra da PSP, como a nova EB 2,3, estamos a falar do POPH, estamos a falar do POVT, no âmbito das águas e do saneamento. Os 17.5 milhões de euros datados dessa altura são resultantes da circunstância do momento. Aliás um grupo de Municípios, também, fez questão de afirmar aquilo que já tinham sido as suas conquistas e nós, também, fizemos o mesmo e dissemos: 'atenção, felizmente o Cartaxo, apesar de não termos o aeroporto internacional, acabou por conseguir conquistar um pacote de compensações úteis para o Município'. Foi só isso que transmitimos na altura, não teve nada a ver com as eleições, até porque nós nunca precisámos de 'vender' obras para ganharmos eleições."

Geralmente, a população sentia as obras antes das eleições ocorrerem e neste mandato, estou seguro de que vai acontecer o mesmo. Depois de ver o que vejo no início do mandato, e com a dinâmica que está a acontecer pelas 8 freguesias, vai acontecer o mesmo. Chegamos ao final do mandato e a população vai ter muita obra para ver e não vai ser preciso fazer promessas para ganharmos as próximas eleições; nesse caso ganharão os autarcas que se candidataram e todos ganharemos, ganha o Concelho."

-- A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Eng. Pedro Barata se faz favor."

-- O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Mais uma intervenção magnífica do nosso Presidente da Câmara que acabou de dizer: 'nós vamos ganhar as próximas eleições'. Estava a falar da parte esquerda do PS ou da parte independente? Não percebi. Também não percebi se queria ser candidato, se estava a falar de algum independente ou alguém do seu anterior partido, também, não percebi, mas penso que vai ter a oportunidade para nos esclarecer."

Uma nota em relação ao Dr. Bernardo Pereira que hoje estamos, surpreendentemente, de acordo em muitas posições. Eu não ia tão longe porque comparar a obra e a atitude e as previsões do Sr. Presidente a 4 ou 5 organismos e instituições que para ele valem zero, Sr. Presidente eu não ia tão longe. Dr. Bernardo Pereira, mais uma vez estou de acordo consigo, espero que não altere a sua intenção de voto.

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Não havendo mais intervenções, passamos à votação." -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria, rejeitar a "Moção nº2", apresentada pelo BE, com 9 votos a favor, 4 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, com 16 votos contra do PS e com 1 abstenção do PSD. -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"O Sr. Gonçalo Gaspar pediu para tomar a palavra. -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Gonçalo Gaspar, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Obrigada Sr.ª Presidente por me ter dado a palavra. Eu tinha uma pergunta livre para fazer a este Executivo, nomeadamente, vai fazer agora um ano que foi apresentada uma moção para a reactivação com Conselho Municipal da Juventude, e não temos respostas. As entidades que eu tenho conhecimento, já indicaram os seus membros e ainda não houve realização de qualquer reunião. Gostaria, também, de solicitar ao Executivo que me fizesse chegar um relatório com toda a actividade desenvolvida pelo pelouro da juventude, ao qual eu tenho alguma dificuldade em perceber o que já foi desenvolvido pelo vereador, que está ausente, Eng. Pedro Gil. Gostaria de receber esse relatório e gostaria de saber porque o Conselho Municipal da Juventude, passado mais de um ano e sabendo que o mesmo tem de ser criado por imposição legal, ainda não reuniu?" -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"No que respeita ao pedido do relatório, a Mesa tomou nota e vai solicitar o mesmo ao Sr. Presidente. Agora pergunto ao Sr. Presidente se quer muito rapidamente fazer alguma intervenção? Não?!" -----

Não havendo mais assuntos a discutir, dou por terminado o período antes da ordem do dia. Vamos efectuar um intervalo." -----

-----Intervenções do Público-----

Não houve intervenções do público. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

Ponto 1 – Apreciação do Relatório de Síntese da Actividade Municipal e situação financeira da Câmara relativo a 1 de Janeiro 31 de Agosto de 2010. -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Depois deste intervalo vamos retomar a ordem de trabalhos começando pelo ponto nº 1. Intervenções?" -----

-- A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Querida fazer um pedido, aqui não está o Sr. Presidente, mas está o Sr. Vice – Presidente, se nos poderia esclarecer a que diz respeito a verba de 'outros devedores', constante na situação financeira de 31/08/2010, de 37 133 136.41 euros. O que são estes 'outros devedores'?" -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Agradecia que referisse a página." -----

-- A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Página 11." -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Para facilitar os trabalhos, vamos juntar todas as perguntas que têm a fazer e o Sr. Vice – Presidente depois responderá. Dr. Vasco Cunha se faz favor." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Na página 10, do Relatório de Síntese queria só fazer referência a 4 ou 5 números que aí estão sobre a execução orçamental até à data de 31/08/2010. Relativamente ao total de receitas correntes, aquilo que é a dotação do orçamento aprovado aqui em Dezembro, estas receitas correntes estimavam-se que ao longo do ano atingissem 24 milhões. Ele tem, neste momento, cumpridos no final do mês de Agosto, 41.6%, o que significa que em relação às receitas estamos um pouco aquém daquilo que tinha sido previsto para a execução orçamental nesta altura do ano. Em relação às 'receitas de capital' aquilo que o orçamento previa, e que foi aprovado aqui na Assembleia Municipal, era que as receitas de capital atingissem quase um montante de 29 mil milhões de euros. Neste momento, aquilo que está executado é cerca de 2 milhões de euros. Aqui não estamos aquém nem além, estamos como 'daqui até a Austrália', em termos de distância para se cumprir com o objectivo orçamental. E portanto, estes 2 milhões referentes ao que está executado face ao objectivo orçamental, temos apenas um cumprimento de 6.9% daquilo que se pretendia executar ao longo deste ano. -----

No 'total da receita' o orçamento estimava que fosse atingir os 53,5 milhões de euros e neste momento apenas atinge, sensivelmente, ¼ desse montante. Estão cumpridos cerca de 13 milhões de euros. A Câmara estimava que ao longo deste ano a proporção que viesse a arrecadar de cada 100 euros mas, o que conseguiu foi cerca de 20 euros à data de 31/8/2010. -----

No lado da despesa, na 'despesa corrente' temos 24 milhões de euros que era aquilo que era estimado. Estão cumpridos apenas 1/3, cerca de 8 milhões de euros, faltam-nos 2/3, faltam-nos cerca de 17 milhões de euros para cumprir nos 4 meses que sobram até ao final do ano. Relativamente, também, à 'despesa de capital' estavam orçamentados 29 milhões e estão cumpridos apenas 3 milhões de despesa de capital. Suspeito que, também, este ano e à data de Agosto, o investimento esteja com uma execução orçamental escassa porque aquilo que está cumprido até ao final do mês de Agosto são 12.5%. No total da despesa dos 53 milhões que estavam previstos, apenas 1/5 está a ser cumprido da despesa, portanto, a execução orçamental aqui aponta para quase 21%. -----

C3.
Jury
Pur

CS.
guy
JFK

Na página seguinte, e a deputada Odete Cosme já fez uma pergunta sobre isso, aquilo que eu voltava a questionar, retomando a pergunta que aqui deixei na Assembleia de Abril, aquilo que eu gostava de saber é: como se justifica o crescimento da dívida com os credores, da dívida de curto prazo, no montante que ela já leva no final do mês de Agosto? Só para recordar que ao longo deste ano já temos acrescida ao montante da dívida a curto prazo do ano passado, mais cerca de 3,5 milhões de euros. Tínhamos cerca de 14 milhões de euros de dívida de curto prazo no final do ano passado e neste momento temos 17 milhões e 800 mil de dívida aos fornecedores. Era este esclarecimento que pretendi por parte do Executivo Municipal.”

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Prof.ª Emília Soares.” -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

“ Não vale a pena repetir porque as nossas perguntas são iguais à da bancada do BE e do PSD. Agora tinha mais algumas coisas, como é de meu apanágio, para falar de outras situações dentro do relatório das actividades desenvolvidas, quer seja a nível social ou outras e queria mesmo fazer valer a intervenção com algumas questões que temos e que se insere precisamente, nesta que vou ler, que se insere, também, na parte social, cultural e queríamos ver respondidas as questões que colocamos. É sobre a formação dos programas “Viver Mais, Viver Melhor” e das Universidades.” (Anexo 10). Isto era de uma situação. A outra tem a ver com as limpezas de água, a parte de saneamentos fazíamos algumas recomendações. (Anexo 11). -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Dr.ª Odete Cosme.” -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“ Como temos que colocar as dúvidas todas para depois serem respondidas pelo Sr. Vice – Presidente, queria que abrissem na página 23, ‘secção de obras por empreitada’, e queria colocar as seguintes questões: se nos pode esclarecer que das 27 obras aqui descritas, 10 estão paradas? Porque é que todas estas obras por empreitada já estão adjudicadas, algumas delas a decorrer e outras paradas, tendo sido adjudicadas é obrigatório por lei em qualquer empreitada a inscrição da mesma no portal do Governo. Eu estive a verificar o portal do governo e nenhuma destas obras lá consta. Gostava de saber o porquê.” -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Dr. Pedro Mendonça.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“ Eu gostava de questionar, como já o fiz no último relatório, porque é que não está plasmado neste relatório as entradas e as actividades do Centro Cultural do Cartaxo? Falando do Centro Cultural e no resto dos equipamentos culturais, gostava também de saber, e já tinha questionado na última Assembleia, não é feita a verificação de entradas no Museu Rural e do Vinho e na Biblioteca, bem como, saber porque é que não vem aqui plasmado o tipo de actividades que são lá efectuadas porque obviamente deduzo que não seja sempre a mesma exposição permanente, é natural que tenham serviços educativos, visto que são ambos vizinhos, quer o Museu quer a Biblioteca, de estabelecimentos de ensino. Portanto, gostava de saber como é que se chega a este número? Financeiramente, saber qual é o peso da receita destes bilhetes que não encontrei aqui neste relatório. Saber exactamente quem entrou no Museu, que dinheiro deu, se tem serviços educativos. Nada neste relatório fala sobre isso, bem como, do Centro Cultural e na Biblioteca.” -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Não há mais intervenções? Sr. Vice – Presidente por favor.” -----

-- O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Muito obrigado Sr.ª Presidente. Em relação às primeiras questões colocadas, o montante aí espelhado refere-se, concretamente, a dívida referente a outros quaisquer aqui não designados. Isto tem a ver com a listagem que, creio, já ter sido entregue pelo Dr. Luís Benavente, foram os elementos que já foram solicitados em Assembleias anteriores e que foram trabalhados para entregar a cada um dos grupos parlamentares. A propósito da análise aqui feita pelo Dr. Vasco Cunha, e as diferenças entre receita e despesa, naturalmente que a ausência da receita não tem a respectiva contrapartida receita porque como nos lembramos do nosso orçamento, muita dela era já orientada para obra específica. É uma receita consignada e que tem a ver com a introdução daquele mesmo documento de gestão e planeamento, de toda a previsão que aquela data se fazia para, nomeadamente, e em termos de candidatura a estes fundos do QREN, das contrapartidas da OTA, seja também no POVT, POPH, que tinham a ver com este tipo de diferenças. Neste momento, e porque estão as candidaturas, algumas em fase de aprovação, outras já aprovadas, estamos em condições de arrancar já com algumas obras. Mas naturalmente e porque se trata de uma necessidade de espelhar o desenvolvimento destes mesmos investimentos em termos de PPI, eles não serão todos desenvolvidos ao longo de um ano. No entanto e porque havia a necessidade de os candidatar, e com a verba total referente aos custos que cada um deles tem na base da sua execução, existe esta diferença o que faz com que a diferença na receita, estamos a falar de capital, tenha a respectiva contrapartida na despesa de capital. Tem a ver com a execução. Estas verbas estão prontas a pagar bem assim os projectos sejam, com a celeridade possível e com a disponibilidade financeira possível, colocados no terreno. -----

Em relação ao programa ‘Viver Mais, Viver Melhor’ e à questão levantada relativa à fusão. Quando foi anunciada a implosão das duas estruturas, também e em paralelo foi anunciada a preocupação para que não houvesse distúrbios, para que não houvesse desequilíbrios no funcionamento de uma em detrimento do melhor funcionamento da outra. Até que por amostragem foram consultados alguns alunos do programa ‘Viver Mais, Viver

Melhor' que demonstraram alguma desconfiança, algum sentimento que não sabendo o que tratava a Universidade, havia uma defesa de não quererem participar. Isso não é o que se pretende, o que se pretende é elucidar o que são os projectos das universidades e a partir daí haver condições para, numa primeira fase e caminhando paralelamente haver um entroncamento entre os dois projectos mas, sempre de uma forma equilibrada e indo ao encontro da satisfação daquilo que as pessoas querem, aquilo que as pessoas sentem. A partir daí respeitamos a sua vontade ao mesmo tempo que valorizamos, quer o projecto universidade quer o manter do projecto 'Viver Mais, Viver Melhor'. O desenho deste entroncamento é algo que se vai fazer com o tempo e à medida que as pessoas se vão consciencializando das diferenças e mais valias que temos na universidade. A reunião que se falou aqui, ainda, não se seu por indisponibilidade dos diferentes parceiros neste tema. Falo concretamente da Escola Secundária, ... Enfim, houve a abordagem a alguns dos elementos que sempre mostraram disponibilidade para entroncarem e fazerem parte deste projecto de universidade e, ainda, não houve oportunidade para que todos se reunissem e discutissem o tema.

Em relação às linhas de água, eu concordo que realmente é um problema com alguma dimensão, e temos que ter todo o cuidado na sua análise e resolução. Nesta fase, a Protecção Civil apoiada pelos serviços técnicos, nomeadamente, do Eng. Rui Nogueira da DASU e da DAS, através da Eng.^a Manuela Justino, já têm como missão percorrer com os seus elementos operacionais, algumas destas linhas de água e outras, no sentido de apurarem qual é que seria a origem da poluição. Como sabemos, a maioria destas linhas de água não são do domínio público, estão em terrenos privados e terá de haver da nossa parte uma aproximação, no sentido de sensibilizar, de motivar as pessoas a consciencializarem-se da importância de para não cometerem estes crimes ambientais. Naturalmente e se a prevaricação subsistir existe uma entidade que é responsável para intervir nestes casos que é um serviço especial da GNR e que tutelando eles toda esta matéria, terão de ter conhecimento. Eu acredito que, em paralelo, com a Eco-Cartaxo que tem feito algumas denúncias pela positiva, e tal como foram aqui apontadas, o que tem sido feito é: numa primeira fase enviar a nossa fiscalização e a partir daí remeter para a Protecção Civil e estes serviços que acabei de referir, uma análise técnica. A partir daí estamos em condições para notificar os responsáveis, no sentido de se corrigir de uma forma definitiva todo o problema. Caso não se verifique no intervalo de tempo que lhes é fornecido, a partir daí temos que tomar outras atitudes, nomeadamente, o chamar as pessoas aqui à Câmara, eu próprio assumo essa responsabilidade, e explicar-lhes o que se está a passar e quais são as consequências da continuidade daquele acto ilícito.

Foram aqui, também, colocadas questões relativas às obras que não constam na base do Governo. Eu, sinceramente, não sei quais constam ou não constam, mas este assunto terá de carecer de análise técnica, da nossa parte, e a partir daí estarmos em condições. Do nosso trabalho, quer a nível executivo que a nível técnico, há a consciencialização de que as coisas vão ser tratadas, todas e dentro dos trâmites que têm que ser tratadas. Se há esta noção, naturalmente que temos que confirmar e verificar se há aqui algum desvio e caso haja estamos disponíveis para o corrigir.

Em relação às actividades do Centro Cultural e penso que foi aqui especificado o apoio educativo. Neste momento, ainda está em fase de projecto e em discussão com todas as escolas. Tem havido reuniões com o Dr. Marco Guerra e com o responsável de cada uma das instituições, e a partir daqui desenhar-se o que se pretenda que seja até ao fim do ano e durante o ano que vem as actividades associadas a esta programação específica, a estes workshops, a estes fóruns que se pretendem e que já se apresentam às escolas como catálogo para decisão e aconselhamento na decisão.

Em relação às entradas no Museu e ao serviço educativo, o que é feito é que à entrada pelos funcionários que lá trabalham, um registo do número de pessoas que utiliza este serviço prestado. É uma coisa muito simples que é processada, é dessa forma que temos sempre vindo a registar as entradas quer das escolas, quer do público em geral que tenham como objectivo visitar e usufruir desta oferta cultural que nós temos naqueles espaços. Como registo das entradas de verba, as mesmas são processadas à semelhança do que se faz nas Piscinas, tal e qual como nos outros centros de custos que nós temos. O facto de não esta, vamos confirmar essa situação.

Eu creio que percorri todas as questões e dou por terminada a minha explicação."

-- A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

"Dr.^a Odete Cosme."

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção:

"Sr. Vice – Presidente, eu lamento que mais uma vez não tenha percebido a minha questão. Voltamos à página 11, a verba de 37 133 euros, isto não são dívida da Câmara, são dívidas à Câmara e nós gostávamos de saber o que é. Eu tenho a ideia de que isto será a venda das águas. Mas, se é a venda das águas os senhores estão a considerar 37 milhões de euros como aquisição a 31/08/2010, quando o que entrou em dinheiro foram 7 milhões de euros, 12 milhões de euros vão ser aplicados em investimentos e os restantes 12 milhões de euros são pagos a 25 anos. Esta situação financeira não tem que estar aqui a 31/08/2010.

Depois falou na diferença entre as receitas e despesas e falou em receitas consignadas no orçamento. Devo esclarecê-lo, mais uma vez, as receitas consignadas não entram para o orçamento, são dirigidas para o fim de que são recepcionadas e não têm que entrar em verbas orçamentais. Portanto, esse tipo de receitas não serve para justificação de nada. Aquilo que o Dr. Vasco Cunha aqui colocou foi a diferença entre aquilo que realmente foi recebido de receitas de capital e a verba que os senhores já tiveram de despesas de capital. E há uma diferença abismal e essa diferença o Sr. não a explicou."

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Vice – Presidente, também, devo aqui realçar o facto que o Sr. diz que a dívida estabilizou ma, também, entraram 7 milhões de euros da venda das águas, já entraram as duas tranches da venda das águas, e neste momento em caixa os senhores só têm 1 milhão e 500 mil. Portanto, se os senhores aos 7 milhões tirarem 1 milhão e 500 mil que têm em caixa verão que, realmente, a despesa cresceu, foi paga entretanto." -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Dr. Vasco Cunha." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Eu ia exactamente neste raciocínio. No final do mandato passado a Câmara contraiu um empréstimo excepcional de 13 milhões de euros para pagar dívidas a fornecedores. Portanto, naquele momento conseguiu reduzir a sua dívida de curto prazo por alocação daqueles 13 milhões ao médio e longo prazo. Aquilo que nós temos vindo a vender neste mandato é que a dívida voltou a aumentar e não aumentou no médio longo prazo, aumentou no curto prazo. O montante que nós tínhamos à data da liquidação dos 13 milhões de euros, era na altura inferior aquilo que já é hoje, e portanto não há estabilização da dívida. Aquilo que existia na altura era uma dívida de 16 milhões de euros a fornecedores dos quais se pagaram 13 milhões, a dívida cresceu novamente para 14 milhões e deste momento já está quase em 18 milhões. O senhor disse e bem que só pode ser assumida através de despesa, agora para saber o tipo de despesa que foi feita só há uma ou duas conclusões que se podem tirar: ou é um conjunto de facturação que não foi lançado o ano passado nas contas e que ao longo deste ano está a ser lançado e que está a ser assumido no curto prazo, ou, então é um conjunto de novas dívidas já realizadas este ano. Eu inclino-me, particularmente, para a 1ª opção. Mas era isto que eu precisava de confirmar. Se o senhor não tem condições para dar resposta a isto aquilo que eu lhe requeria era, com a maior brevidade possível, me pudesse dar elementos para responder a esta questão porque a mesma já lhe tinha sido colocada em Abril deste ano quando discutimos as contas, com a pequena diferença que na altura o aumento da dívida de curto prazo era de 13 milhões e neste momento está mais de 4 milhões de euros face ao que estava na altura." -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Prof.ª Emília Soares." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

"Vou falar da minha intervenção anterior e de esclarecimentos que o Sr. Vice – Presidente deu sobre as universidades e o programa "Viver Mais, Viver Melhor". Segundo aquilo que percebi aquilo que disse aqui publicamente é que gradualmente o programa "Viver Mais, Viver Melhor" iria ser integrado na universidade. Nós, a CDU, defendemos que aquele programa continue porque a universidade tem um espaço próprio e aquele programa também. Nós sabemos que naquele programa são mais de 400 pessoas que o frequentam, não pagam inscrições, é a maneira das pessoas partilharem a solidão que têm, de aprenderem alguma coisa e de conviverem e eu tenho muito receio que a universidade não vá abranger mais de 400 pessoas. Agora que se deixe de ser aquilo que tem que é o objectivo social, que é uma competência da Câmara e que não se pense desistir disso para passar para a universidade pois, isso seria dar uma 'bolo' a quem vem de novo, a uma universidade que vai ficar imediatamente com todos os alunos que estão naquele programa. Cuidado com isso. Nunca me calarei com esta situação." -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Sr. Vice – Presidente." -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Eu continuo a dizer que a resposta será fornecida mas, sublinhou um aspecto muito importante, é que a única dívida que pode ter aumentado em detrimento da outra, visto que o valor total se manteve, foi a de curto prazo. Isto quer dizer claramente que este Executivo está preocupado e a enveredar todos os esforços para que não se comprometam gerações futuras. Isto é um aspecto muito importante e ainda bem que o referiu e é reconhecido. Neste tema estamos completamente de acordo, e vamos assim continuar até a situação se demonstrar sustentável. Serão sempre esses os esforços que vamos fazer." -----

Em relação à intervenção da Sr.ª deputada da CDU, eu não poderia estar mais de acordo com aquilo que acabou de transmitir. Não há aqui o sentimento para que as coisas se precipitem e hajam desequilíbrios. O absorver de um projecto por outro só acontece nos tempos em que as pessoas livremente o aceitem. Sem esse acordo nunca haverá esta cisão, porque estes dois projectos de cariz social e com os objectivos que acabou de referir e muito outros, nomeadamente, o combate à exclusão e ao abandono que as pessoas muitas vezes sentem. Resumindo, sendo um dos objectivos fundamentais nunca podemos abandonar a nossa visão daquilo que é o que está correcto, que são o cumprimento desses objectivos. Caso este entroncamento seja possível então vai-se fazer. No entanto, haverá sempre aqui um entendimento de que com um objectivo de congregar esforço e de não haver iniciativas cruzadas, para poupança dos recursos, dos próprios espaços. Sempre que isso acontecer vamos conseguir ter este entroncamento, nomeadamente, nas actividades físicas, é um dos exemplos, que utilizem as nossas Piscinas Municipais quer um ou outro projecto podem utilizá-las e ter ali a sua comunhão. Isto é possível sem existir colisão e é por aí que nós pensamos que eles possam entroncar mas, sempre com esta base de entendimento e de equilíbrio. Mais uma vez digo que não podia estar mais de acordo e que nos tranquilizemos em relação aos desenvolvimentos futuros pois, o objectivo será sempre de manter os níveis de satisfação de quem usufrui de cada um dos projectos." -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Dr. Vasco Cunha." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção:-----

" O Sr. Vice – Presidente diz, e bem, que concorda com o que lhe disse face ao endividamento a curto prazo, esse tem crescido e o de longo e médio prazo está estabilizado. Mas esta estabilização desta dívida a médio e longo prazo não resulta da bondade deste Executivo Municipal ou do voluntarismo que ele pode ter relativamente a esta dívida. Ele resulta pelo simples facto de a Câmara ter ultrapassado os limites de endividamento para o médio e longo prazo. Por esta via, o meu receio é que no futuro, sejamos confrontados aqui na Assembleia Municipal com o facto deirmos outra vez justificar algum investimento que está a ser feito pela Câmara Municipal, pelo Município, à conta da dívida que os fornecedores, neste momento, estão a deixar lastro. Este é o meu receio porque no passado esta justificação já foi dada diversas vezes. Portanto, se o médio e longo prazo está esgotado e já não se pode mexer, vemo-lo a crescer no curto prazo como ele está a aumentar, daqui a pouco vem a justificação que me parece que é a óbvia".-----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

" Prof.ª Emília Soares."-----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção:-----

" Só para terminar a nossa conversa, uma vez que não podemos entrar em diálogo, mas de facto eu ainda não percebi muito bem Sr. Vice – Presidente. A Câmara assume que aquela universidade será a sua? Esta é uma primeira questão. A segunda questão: não estará a haver uma discrepância entre as duas? Em relação à Sirius, não vai ficar prejudicada sendo que no mesmo Concelho se pode dar tudo a uma e não haver colaboração com a outra? Porque as pessoas que frequentam as duas serão do Concelho e os cidadãos do Concelho têm que ter tratamento igual. "-----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

"Sr. Vice – Presidente muito rápido."-----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

" Eu posso tranquilizá-la em relação a esse tema ambas as universidades vão ser apoiadas em tudo o que nos for possível e solicitado por ambas. Inclusivamente eu já conversei com o Presidente da Associação Sirius e claramente ele, também, tem o entendimento que o Cartaxo é muito é muito grande, tem cerca de 27 mil pessoas e consegue-se com estas duas ofertas trabalhar em equilíbrio e paralelamente, sem haver choques, sempre com o apoio da Câmara para ambas. Face à Câmara não há nenhum favoritismo, favorecendo uma em detrimento da outra. ----- Em relação ao que o Dr. Vasco Cunha referiu, eu só posso tranquilizá-lo que da parte do Executivo vai haver sempre a preocupação de ter uma gestão o mais cuidada que nós é possível e é o que está a ser feito e é o que está a ser demonstrado. Claramente estas contas são o resultado claro desta preocupação e de todo o esforço que está a ser empregue neste caminho. É isto que vai continuar. Será o atingir destes grandes objectivos que nós, diariamente, trabalharemos. -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

"Pergunto se há mais intervenções? Não havendo mais intervenções passamos ao segundo ponto"-----

Ponto 2 – Informação semestral sobre a situação económica e financeira, 1º semestre de 2010, prestada pelo auditor externo.-----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

"Dr. Pedro Mendonça."-----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção:-----

Procedeu à leitura da sua intervenção. (Anexo 12)-----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

" Dr. Vasco Cunha. "-----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção:-----

" Sr. Presidente, queria fazer aqui duas ou três notas relativamente a estes documentos que nos foram distribuídos e que me parece essencial para o esclarecimento que aqui temos. Não sendo a minha formação de contabilista e tendo alguns rudimentares conhecimentos sobre isto, aquilo que me parece é que não estamos perante o parecer do fiscal único. De acordo com a Lei das Finanças Locais, a Câmara Municipal do Cartaxo pediu que fosse feito um saneamento financeiro e de acordo com esta lei, há um auditor externo que acompanha as contas e é o parecer deste que é entregue à Assembleia Municipal para verificarmos. Creio, por isso, que o revisor oficial de contas ao assumir aqui que está a fazer um parecer do fiscal único está a utilizar uma figura jurídica que não é aquela que é utilizada para uma Autarquia. Desde logo esta primeira correcção.-----

Em segundo lugar, a preparação desta informação semestral que é dirigida à Assembleia Municipal, de acordo, também, com a legislação, e o próprio revisor oficial de contas aqui o assume no ponto 3, ao dizer que é da 'responsabilidade do órgão do Executivo do Município a preparação da informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites'; ora quer dizer que esta informação semestral no mínimo devia trazer um timbre da Câmara Municipal do Cartaxo que é o mínimo, porque se as contas são elaboradas pela Câmara e são dirigidas ao revisor oficial de contas para ele emitir um parecer, desde logo me parece que este último, ou não tinha papel da Câmara Municipal do Cartaxo para juntar aqui, ou, simplesmente decalcou os dados que esta lhe enviou, colocou no seu papel timbrado e mandou para nós, juntamente com o parecer. Não fosse esse o caso de chegarmos aqui ao episódio ridículo de o revisor oficial de contas ter analisado as contas e simultaneamente, ele que apresenta as contas, faz o parecer. Isto parece uma história relativamente conhecida

daquela senhora que fazia teatro e dizia que era aquela que punha e tirava o chapéu e era sempre a mesma pessoa. Portanto, se me parece que existe aqui alguma coisa em nome da seriedade e da transparência vamos ter que pedir, através do Executivo Municipal, é pedir ao revisor oficial de contas que numa próxima oportunidade que nos envie as suas contas e o seu parecer e aquilo que é da Câmara Municipal seja reservado a esta, e aquilo que é a sua responsabilidade que é a emissão de um parecer, passe então a executar a emissão de uma parecer sobre as contas. Alias, por curiosidade, fui ver o que tinha acontecido em situações anteriores e a Assembleia Municipal, sempre que vieram contas semestrais, vieram sempre em papel timbrado da Câmara Municipal ou em papel branco com a identificação da mesma. Estas eram as notas prévias que pretendia fazer. -----

Relativamente aquilo que é dito no parecer do auditor externo, queria fazer aqui a referência a uma das reservas que ali são apontadas. Diz o senhor revisor oficial de contas e descodificando este parágrafo nº 8 que é feito de contabilistas para contabilistas, que se encontram relevadas nas situações financeiras 17.5 milhões de euros referentes a um incentivo não reembolsável a receber até ao final de 2010 e que acaba por se traduzir na afectação de diferentes rubricas das contas da Câmara, designadamente, no aumento do activo com igual valor e também na situação que tem a ver com o resultado do semestre. Portanto aquilo que dá com este conjunto dos 17,5 milhões é que o resultado do semestre fica empolado em cerca de 2.9 milhões de euros, quase 3 milhões de euros. E fica empolado da nossa parte com a segurança que o próprio revisor oficial na página 1 e página 3 do seu parecer, dizer que o resultado líquido é negativo no montante de 423 mil euros relativamente a este semestre. -----

Sobre a informação semestral, ainda referir, não sei se posso já falar sobre a mesma se quer fazer a repartição entre o parecer e a informação semestral? Creio que posso fazer tudo junto uma vez que se trata de um ponto único. Uma vez que é para apreciação não vamos votar nenhum dos documentos, não é? Sobre a execução orçamental, esta é anterior aquela que já aqui referimos, sobre o relatório síntese que ia já até ao mês de Agosto, na execução orçamental o senhor revisor oficial de contas reconhece e diz que nas despesas correntes e nas despesas de capital há um nível de execução que é reduzido, num caso de 25.1% e no outro de 9.3% e, portanto, a execução orçamental está aquém daquilo que era expectável nesta altura. Relativamente à receita, os níveis de execução orçamental rondam os 20.5%, ou seja, dos 53 milhões de euros que ainda há pouco eu referia para esta rubrica da receita, estão apenas executados no final do 1º semestre, 11 milhões de euros. Ora se o Executivo previu, ao longo deste ano uma receita de 53 milhões de euros e no 1º semestre só conseguiu, ainda executar 1/5 deste valor, a expectativa que eu tenho é que até ao final do ano, que este ano se possa repartir em 4 semestres mais para que estes possam trazer a execução destes 11 milhões cada um deles para chegarmos a este sonho de ver um dia um orçamento da Câmara concretizado com 53 milhões de euros." (Anexo 13) -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr.ª Odete Cosme." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Querida para além daquelas questões que nós já fizemos naquela intervenção que entregámos a Sr.ª Presidente e que o meu colega leu, gostaria que o Sr. Vice – Presidente respondesse nas várias questões que forma colocadas que não se remetesse às respostas por escrito. Penso que eram importantes alguns esclarecimentos das questões aqui colocadas. Gostaria, também, de ouvir da parte do Sr. Presidente o esclarecimento sobre uma das reservas colocadas pelo roc sobre a contabilidade de custos. Sei que há pouco tempo o Sr. Vice – Presidente disse que a contabilidade de custos estava a avançar; a Dr.ª Rute Ouro que o antecedeu neste pelouro afirmou, em 2006, que até ao final desse ano a mesma estava implementada, estamos em 2010 e o roc tem posto consecutivamente reservas por não estar implementado uma obrigatoriedade legal, gostaria de saber em que ponto é que estamos. --

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Rodrigo, por favor." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Rodrigo Rodrigues, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

Leu a intervenção. (Anexo 14) -----

-- A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Vice – Presidente." -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Creio que 80% das questões aqui suscitadas têm a ver com o teor intrínseco e tem a ver com o documento propriamente dito. Infelizmente nós hoje não temos aqui presente o nosso fiscal único, que não é o auditor, ou vice – versa porque é uma questão de forma, só queria sublinhar mesmo isso. De qualquer forma o que queria reforçar com isto era mesmo que o documento produzido e assinado pela entidade responsável é fruto do trabalho da equipa que ele mesmo tutela e ele assume todos os elementos que estão aí plasmados. A partir daqui haverá o compromisso da nossa parte, Executivo, assim que houver a acta com os elementos aqui suscitados de a remeter para o mesmo e obtermos todas as respostas de uma forma cabal às questões que aqui foram colocadas. -----

A par de outras que paralelamente que forma dirigidas a mim pessoalmente e com e tem a ver, por exemplo, com a contabilidade analítica. Independentemente do pelouro não ser meu, o Executivo trabalha em equipa e é assim que se comporta, aquilo que posso transmitir é que estamos a dar passos para atingir esse patamar, eventualmente com um novo orçamento já criando novos centros de custos. Temos de consolidar e reformular toda a forma de trabalhar para que atinjam todos os objectivos que são designados a cumprir aquilo que está estipulado com a contabilidade analítica na sua plenitude. Estamos a trabalhar no assunto. -----

07.
guarás
Int

Em relação às questões suscitadas pela CDU e pelo PSD creio que se enquadram nesta minha primeira forma de abordagem e que as remeteremos ao senhor revisor oficial de contas e vamos, naturalmente, exigir dele as respostas a cada uma delas.”

— **A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** —

“Dr. Vasco Cunha.”

— **O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção:** —

“Sr. Vice — Presidente às vezes o senhor tem o dom de complicar aquilo que é simples. Vou-lhe dizer com toda a franqueza o conjunto das contas que nos é aqui apresentado é o conjunto das contas que os serviços da Câmara e os políticos da Câmara encontram para enviar ao roc que sobre elas se pronuncia. Portanto, eu tenho para mim quando venho a esta Assembleia Municipal, não me interessa muito o roc porque ele não me vem dar explicação alguma nem depois de lhe mandarem a acta da Assembleia Municipal quero alguma explicação dele, eu quero a explicação dos políticos deste Executivo Municipal. Porque o saneamento financeiro foi pedido pela Câmara Municipal e aprovado pela Assembleia Municipal; aquilo que a lei diz é que o roc faz um parecer e as contas são remetidas semestralmente à Câmara Municipal. Por isso, eu não quero saber o roc, ele emitiu o seu parecer e eu faço a minha leitura. Agora não vale a pena o senhor remeter o pedido de esclarecimento que eu lhe faço para o revisor porque não é isso que eu quero. As respostas que eu preciso são dadas por políticos. Eu venho aqui como político, confronto o Executivo Municipal sobre as suas opções e aquilo que faz ou não faz e é isso que eu espero que o Executivo municipal me responda. Sobre isto não preciso de mais nada, eu peço-lhe para não enviar porque é gastar dinheiro em selos, é aumentar a despesa da Câmara, porque para mim está dispensado.”

— **A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** —

“Dr.ª Odete Cosme.”

— **A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção:** —

“Ao contrário do que diz o Dr. Vasco Cunha, eu penso que era importante o roc estar aqui presente porque para todos os efeitos ele emite um parecer e, portanto, tem que dar esclarecimentos do parecer que emite. A partir da declaração do Sr. Vice — Presidente, sobre a contabilidade que ele diz que é analítica mas, é uma contabilidade de custos e que está a fazer um novo orçamento para criar centros de custo, mais uma vez tenho que o elucidar, uma coisa é contabilidade orçamental que dá o orçamento, outra coisa é a contabilidade de custos. Não misture coisas que não são misturáveis, nem se desculpe com uma coisa através da outra que não tem desculpa. Independentemente, de não estar aqui o roc, deveria de estar a coordenadora técnica da secção da contabilidade, porque é ela que supervisiona a secção e é ela, que a exemplo de outras Assembleias que aqui ocorreram noutros tempos e com outros técnicos que aqui estiveram, devia prestar os esclarecimentos que agora lhe estamos a solicitar e que o senhor não tem condições de nos facultar.”

— **A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** —

“Prof.ª Emília Soares.”

— **A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção:** —

“Um pouco fora do contexto, Sr.ª Presidente gostava de perguntar uma coisa: o PS tem novo Vereador?”

— **A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** —

“Tem. Fui informada que o Sr. Fernando Martins está a substituir a Dr.ª Rita Gameiro pelo período de um mês. Pergunto se há mais intervenções? Não havendo passamos ao ponto seguinte.”

Ponto 3 — Relatório Semestral, 1º semestre de 2010 sobre a execução do plano financeiro. —

— **A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** —

“Dr.ª Odete Cosme.”

— **A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção:** —

“Mais uma vez umas perguntas para o Sr. Vice — Presidente, e eu espero que desta vez esteja em condições de me responder. Quando foi efectuado o projecto de saneamento financeiro ele tinha pressupostos e nesses mesmos diriam que o relatório semestral apresentado aqui deveria de ter a informação de todos os pontos e obrigações que o Município tinha para o cumprimento do plano financeiro. Um dos pontos era a redução do número de colaboradores; o outro era a redução do número de horas extra e ajudas de custos; um outro era o crescimento dos impostos municipais em 2%; o outro, o aumento significativo da receita através de arrendamentos, prestações de serviços; outro, ainda, era o cumprimento a médio prazo do pagamento ser inferior a 60 dias; outro, o não crescimento das despesas correntes; finalmente, um outro que não sabemos se está a ser cumprido porque nada vem a acompanhar este documento que nos foi fornecido, é a cópia de envio ao membro do Governo, nos 30 dias seguintes ao final do semestre, deste projecto de saneamento financeiro. Isto não nos foi apresentado, gostaríamos de saber porquê?”

— **A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** —

“Dr. Vasco Cunha.”

— **O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção:** —

“Em 2005 quando o mandato de então se iniciou, uma das principais prioridades do Executivo Municipal era a da consolidação financeira. Em 2008 não tendo conseguido essa mesma o Município resolveu avançar apara o pedido do saneamento financeiro do Município. As razões para este pedido baseavam-se no grave desequilíbrio gerado e agravado e era necessário introduzir um conjunto de medidas de natureza estrutural, do nosso ponto de vista, conjuntural do ponto de vista do Executivo Municipal.”

No nosso ponto de vista nem o recurso a este saneamento financeiro as contas, neste momento, estão a equilibrar-se. Ainda há pouco num outro ponto da ordem de trabalhos fiz referência ao facto do receio que temos face aquilo que se passa nas contas de curto prazo, e no facto dos limites que são colocados ao endividamento de médio e longo prazo colocarem pressão na zona da tesouraria da Câmara Municipal. Também, relativamente, ao cumprimento ou não deste saneamento financeiro, julgo que pelo menos em duas ocasiões, não foram atempadamente distribuídos estes documentos na Assembleia Municipal, recordando que foi preciso uma sessão extraordinária da mesma, requerida pelo conjunto dos partidos da oposição, para que tivéssemos aqui a discussão sobre o resultado semestral do saneamento financeiro do final do ano passado, dos últimos 6 meses. -----

O que nós temos neste saneamento financeiro, neste semestre que é reportado até ao final do mês de Junho? Quanto ao plano da maximização da receita, que era uma das intenções para equilibrar as contas, no essencial há a referir que não há resultados concludentes, não é possível apurar resultados. A sensação que nós temos hoje, é que a Câmara Municipal vai ficando cada vez mais dependente das transferências que recebe do orçamento de estado, aquilo que era uma margem de tesouraria que a Câmara tinha com as receitas das águas, neste momento essas estão extintas pelo contrato de concessão, e aquilo que vai ficando à vista, também, as receitas dos impostos municipais, tendem com a crise a reduzir-se gradualmente. A solução vai ficando cada vez mais reduzida à engenharia e vai ficando limitada à possibilidade ou não, de se exercer algum tipo de alienação do património para gerar receitas para a Autarquia. -----

Relativamente à despesa, faço apenas algumas notas face àquilo que a Câmara pretendia com o saneamento financeiro. Aquilo que verificamos hoje é que os juros e as amortizações crescem de ano para ano. Os montantes de juros e as amortizações que são liquidados anualmente estão em crescimento. Os recursos humanos, aquilo que era uma das apostas e que foi feita e lembrada atrás da intervenção da deputada Odete Cosme, os resultados que são hoje conhecidos não são nada famosos face aquilo que se pretendia nos objectivos. A reestruturação orgânica deu naquilo que deu, mais confusão e serviços, os procedimentos de recrutamento anulados e pressupostas melhorias aparentemente não se concretizam, o aumento das despesas com o pessoal, são estes os resultados. -----

No fornecimento dos serviços externos, propunha-se a melhoria de procedimentos de gestão, a criação de uma central de compras municipal, a redução de custos com a energia, combustíveis, comunicação, seguros, a renegociação de outros contratos. Em bom rigor, olhando para este saneamento financeiro, os resultados semestrais que aqui nos são apresentados, não existe qualquer informação sobre esta rubrica. -----

Face às dívidas por pagar, já aqui referi, as dívidas a curto prazo cresceram acima de 3.5 milhões de euros. A Câmara está de regresso à acumulação de dívidas a curto prazo e desta vez já sem poder recorrer ao saneamento financeiro porque já utilizou 13 milhões de euros nessa solução. Quanto à questão do limite do endividamento, o líquido não foi excedido de acordo com o relatório, mas o limite de endividamento de médio e longo prazo, está excedido pelo empréstimo de saneamento financeiro, 13 milhões de euros. É esta a declaração que fazemos sobre este documento.” (Anexo 15) -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Sr. Rodrigo Rodrigues.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Rodrigo Rodrigues, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

Leu a intervenção. (Anexo 16) -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Mais intervenções? Não havendo mais intervenções passo a palavra ao Sr. Vice – Presidente”. -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Foram aqui suscitadas as questões que foram tidas como convenientes e aquilo que posso dizer, como resumo, é que existem já bastantes resultados em alguns dos temas que foram aqui abordados, nomeadamente, das horas extraordinárias que à partida vão receber o mapa, onde conseguimos baixar 1/3. A par disso as despesas com o pessoal, também, diminuíram. O quadro de pessoal não aumentou ao contrário daquilo que aqui foi alvitrado, este aumentou em 84 elementos desde a data das transferências de competências no âmbito da educação. Naturalmente o correspondente ao aumento de despesa, também, teve que de uma forma proporcional aumentar. Agora estejamos certos que em termos, também, proporcionais considerando a transferência de competências neste âmbito com o quadro de pessoal as despesas com este último diminuíram. As horas extraordinárias como afirmei, também, reduziram 1/3 e muitos outros factores que foram aqui apontados. Acredito que com a documentação que será distribuída, todas estas questões ficarão mais claras. -----

Naturalmente que existem aqui um ou outro temas que tiveram, tal como foi apontado pela CDU, como sendo possível serem reajustados, nomeadamente, a nossa política agressiva em termos de impostos, para que atinjamos o aumento da atractividade territorial, não só em termos de empresas mas, também, para as nossas famílias, bem como, o não sobrecarregar socialmente as pessoas que já residem no Concelho. Isto creio que é fundamental e a partir daí estamos em consciência e tranquilos para dizer que nesse aspecto nós não estamos a seguir o caminho que foi compromisso em 2007. Mas, também, tudo isto fruto da alteração e contextualização das nossas realidades, a alturas que estávamos a viver em 2007, não é a presente. Nós não podemos estar a sobrecarregar as pessoas com impostos para que não sejamos nós a prejudicar, ainda mais, a sua situação económica e a sua situação familiar. Mas em traços gerais o que está espelhado neste documento é que a par e passo os objectivos vão sendo cumpridos, naturalmente, com o que foi referido, o aumento da dívida no curto prazo mas, com o compromisso de que não se vão empenhar gerações vindouras. Creio que são pontos fundamentais e que temos de ter presentes na nossa análise e concluir que o caminho tem de ser este. Mantendo os mesmos níveis de investimento, mantendo o

desenvolvimento que se pretende para o Concelho, como projectos que temos de desenvolver, tenhamos a oportunidade de os excepcionar por estarem enquadrados em diploma legal produzido para o efeito. Acredito, sinceramente, que não desprezando o caminho de desenvolvimento que está a ser trilhado, nomeadamente, numa aposta clara daquilo que vão ser a construção das infra-estruturas básicas e outras que aumentem a qualidade de vida dos nossos munícipes. Não desprezando esta vertente mas olhando de uma forma muito clara, concisa e objectiva para aquilo que são os resultados aqui apresentados, podemos concluir que o trabalho está a ser feito e estar a ser bem feito. Contudo, ainda há muito que fazer e acredito que neste ou naquele pontos, nomeadamente, na reestruturação orgânica, também é um caminho que estamos a percorrer, que tenha um objectivo de simplificação e de optimização de todos os recursos. Fora de questão, e isso está assumido, acredito sinceramente que o tempo vai-nos dar razão. Este é o caminho e será com esta convicção que sempre abordaremos no respeito pela gestão e por aquilo que é o entendimento de todos os partidos, com contributos positivos e que nos queiram ajudar a melhorar este caminho, será por aqui que nós vamos atingir os resultados que o Concelho precisa ao nível do desenvolvimento mas, também, ao nível da saúde da estabilização da nossa dívida.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Dr.ª Odete Cosme.” -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“Sr. Vice – Presidente pelas suas palavras eu só tenho que lhe dizer uma coisa, tinha feito melhor em distribuir a documentação que o Dr. Luís Benavente ali tem, porque o senhor diz-nos que está a dar respostas que estão naqueles papéis. Se nós tivéssemos os mesmos não teríamos colocado estas perguntas.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Dr. Pedro Mendonça.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“Sr. Vice – Presidente vou ser, também, muito rápido. Em traços gerais concordo com o Dr. Bernardo Pereira e com aquilo que ouvi o mesmo falar na semana passada na rádio Cartaxo. Em relação aos dinheiros da Câmara Municipal do Cartaxo, o ‘cobertor’ está curto, nós ou tapamos os pés ou tapamos o pescoço. Agora a ‘constipação’ é garantida.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Dr. Vasco Cunha.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

“Só para fazer aqui uma breve nota. O Sr. Vice – Presidente contestava o facto de eu ter dito que tinha havido aumento no recrutamento de pessoal na Câmara Municipal. A informação não é minha, a informação é do relatório e contas da Câmara Municipal aprovado aqui em Abril, onde há um saldo líquido positivo no recrutamento em cerca de 32 ou 35 colaboradores, não sei neste momento precisar. É evidente que no corte do semestre, a esta altura do ano, é impossível aferir qual é o saldo líquido, neste momento, do recrutamento, até porque há uma realidade que é dinâmica relativamente a isto. Agora o único dado que dispomos é aquele que resulta do relatório que aqui veio em Abril e diz que o saldo líquido era positivo.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Não havendo mais intervenções passamos ao ponto 4.” -----

Ponto 4 – 2ª Revisão ao orçamento e às grandes opções (PPI e AMR) – 2010. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Dr.ª Odete Cosme.” -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“Quería perguntar ao Sr. Vice – Presidente como é que nós vamos votar este documento? Porque não nos é apresentada qualquer justificação para esta revisão. Aparece-nos um quadro com a revisão com o PPI alterado para 2011 e 2012 que não sabemos o porquê, não temos documentação. Como podemos votar um documento destes que é uma revisão sem ter documentação? -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Prof.ª Emília Soares”. -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

Leu a sua intervenção. (Anexo 17) -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Sr. Vice – Presidente”. -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Em relação aquilo que foi transmitido e que seria uma falta de documentação, eu acredito que o teor da deliberação proposta e tomada em Câmara espelhe toda a informação que é necessária, nomeadamente, com a inclusão do parágrafo que diz respeito à reprogramação do emprego do capital proveniente dos fundos do QREN. Isto tem a ver com diferentes tempo de utilização destas mesmas verbas, tem a ver com as candidaturas que foram formuladas e a serem utilizadas no âmbito plurianual e, por isso, por terem sido consideradas de outra forma em sede do documento inicial, neste momento há necessidade de as reformular. Em relação ao saneamento aqui previsto, tem a ver com a intenção de dar prioridade este tipo de obras e com a entrada da concessionária em actividade, com as suas capacidades de gestão, também, há um compromisso e um entendimento já assumido publicamente que todos os esforços serão canalizados para o início destas infra-estruturas. A partir daí o saneamento de que estamos a falar é este saneamento e não tem a ver com alterações às questões que têm a ver

com a recolha que, também, estão a ser processadas. No entanto, esta alteração orçamental tem a ver com esta visão e com esta prioridade necessária para que se concretizem os investimentos no terreno. Em traços gerais, e fruto de cada uma das dúvidas, será com esta forma de análise que teremos de abordar esta documentação.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Dr. Pedro Mendonça.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“Eu já no ponto anterior tinha dito que um voto sem esclarecimento é um voto alienado e Sr. Vice – Presidente não explicou, absolutamente, nada. Nós precisávamos de ter mais documentação para perceber porque é que superiormente, houve esta alteração. Há-de haver correspondência, há-de ter explicado porque é que não a temos. Voto alienado, não conta connosco.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Não havendo mais intervenções vou passar à votação” -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a 2ª Revisão ao orçamento e às grandes opções do plano/2010. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a 2ª Revisão ao orçamento e às grandes opções do plano/2010, com 16 votos a favor do Grupo do PS, 5 votos contra 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 3 abstenções do Grupo do PSD. -----

Ponto 5 – Ratificação dos valores do Transporte Urbano do Cartaxo indicados no artigo 4º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município do Cartaxo. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Intervenções? Dr. Pedro Mendonça.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“Muito rápido. Sobre o TUC, procurei e não encontrei horários do TUC em lado nenhum. Seria bom que quando as pessoas fossem pagar soubessem a que horas ele passa.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Sr. Vice – Presidente.” -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Muito obrigado pelo contributo. Neste momento o que está a acontecer é que as pessoas já têm a noção dos horários, fruto da proximidade do serviço. De qualquer forma e sendo um contributo útil, naturalmente, que o vamos trabalhar e concretizar com a adopção desse tipo de documentação, um horário espelhado. Naturalmente não poderá ser rígido porque há questões associadas ao próprio percurso urbano, mas sendo uma proposta válida, não estando incluída aqui na discussão deste ponto, é uma questão pertinente na minha opinião e vamos acatar.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Não havendo mais intervenções vou passar à votação” -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Ratificação dos valores do Transporte Urbano do Cartaxo indicados no artigo 4º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município do Cartaxo. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a Ratificação dos valores do Transporte Urbano do Cartaxo indicados no artigo 4º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município do Cartaxo, com 23 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 3 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

Ponto 6 – Fixação das Taxas de Derrama para o ano de 2011. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Inscrições? Dr. Vasco Cunha.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

“Só para dizer que congratulo pela forma como o Executivo tem, em consenso com todos os Vereadores, conseguido gerir este dossier da derrama. É um dossier difícil, na altura em que as empresas passam por dificuldades acrescidas e é um dossier, também, difícil para a Câmara que precisa de receitas e que aqui tem que fazer um esforço. Portanto, os meus parabéns a todo o Executivo, não está presente o Sr. Vereador da CDU, mas dar os parabéns ao Executivo pela solução que tem encontrado relativamente a este processo, nestes últimos dois anos.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Prof.ª Emília Soares.” -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

“Para dizer que, também, achamos muito bem este consenso e que ele seja mais um incentivo para a criação de mais emprego no Concelho.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Não havendo mais intervenções vou passar à votação” -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Fixação das Taxas de Derrama para o ano de 2011. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a votação a Fixação das Taxas de Derrama para o ano de 2011, com 23 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 3 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

CS.
guys
int

Ponto 7 – Proposta de participação no imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativamente aos rendimentos do ano de 2011, com cobrança efectiva no ano de 2012.

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Inscrições? Prof.ª Emília Soares." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

Leu a intervenção. (Anexo 18) -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Mais intervenções? Sr. Vice – Presidente". -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação à questão suscitada eu creio que faltando ainda algum tempo para terminar o ano económico temos aqui um intervalo de tempo para conseguir consolidar e demonstrar que não só esses 100 mil euros foram empregues na nossa acção social como, eventualmente, esse valor será excedido. Vamos produzir este mesmo relatório/informação com o compromisso, também, junto com esta deliberação de manter esta mesma verba nos anos que se vão suceder." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Mais intervenções? Não havendo mais intervenções passamos à votação." -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Proposta de participação no imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativamente aos rendimentos do ano de 2011, com cobrança efectiva no ano de 2012. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de participação no imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativamente aos rendimentos do ano de 2011, com cobrança efectiva no ano de 2012, com 22 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 3 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

Ponto 8 – Taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – 2011. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Inscrições? Prof.ª Emília Soares." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

"Nós iremos votar favoravelmente mas, queria novamente alertar para se saber ou ajudar a resolver a questão da construção na freguesia de Valada. Temos a compensação do imposto para as pessoas da freguesia mas, temos o outro problema que não está desbloqueado sobre a questão da construção nesse local." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Mais intervenções? Sr. Vice – Presidente." -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação ao tema que foi aqui abordado o que tenho a transmitir é que estando o processo de revisão alargada do PDM em curso, todos os passos estão a ser dados para conseguirmos em sede de documento de planeamento e ordenamento do território, desbloquear a construção naquele espaço. Neste momento já temos nas nossas mãos um rascunho, não definitivo, de um relatório técnico produzido pelo INEC que tem a ver com a justificação de que a zona de Valada é uma zona protegida e não é enquadrada nas zonas inundáveis, tal como sucede na Barquinha, e tal como acontece com outras aldeias e vilas que à beira Tejo estão implantadas. O que vai acontecer é que vamos continuar com este esforço de planeamento, fazendo as nossas demarches junto das entidades responsáveis para que o resultado a atingir seja exactamente o de desbloquear e o de valorizar aquela zona, não só, em termos urbanísticos, para dentro do dique, mas também do lado da margem como já foi referido com a candidatura e com o início das obras de requalificação de toda aquela zona ribeirinha que, aliás, já foi fruto de análise em sede de reunião de Câmara que teve lugar naquela freguesia." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Prof.ª Emília Soares." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

"Já que estamos a falar nesta situação e como é a freguesia de Valada, eu gostava de alertar a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal que no lugar de Porto de Muge existe uma zona que, antigamente, era muito frequentada pelas pessoas do Concelho que iam para a praia, que se tem que velar por esse espaço porque o Tejo está todo atolado de árvores junto à margem, estreitando o leito do mesmo. Há ainda uma agravante que é o despejo de restos de entulhos de obras na margem do rio. Não tive oportunidade de tirar fotografias mas, pude constatar este facto. Alerto para que alguém se possa deslocar ao local e ver o que se passa, não sei quem deposita esses lixos mas, estes não beneficiam em nada aquele local." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Mais intervenções? Sr. Manuel Fabiano." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

"Boa noite a todos. Eu aproveitava para falar um pouco a todos sobre a minha freguesia, pois sou o principal responsável pela mesma. A situação do leito do rio Tejo está menos assoreada. O que acontece, por exemplo, é que aquela zona no interior do rio a que nós chamamos 'cabeça de areia' está mais próxima da margem de cá. Mas da margem de lá existe uma corrente bastante forte que, na minha perspectiva, é má porque a mesma esta a ser efectuada debaixo de uma infra-estrutura que é a ponte Rainha D.ª Amélia que tem mais de 100 anos, e há que haver algum cuidado. Eu já referi isto aqui em outras reuniões porque a tiragem de inertes, ou seja, a tiragem de

areia que está a ser efectuada pelos barcos, no meu ponto de vista, está muito próxima. Eu já alertei, por escrito, os responsáveis da ARH acerca deste assunto porque o leito do rio para ser desassoreado naquela zona, ou deixamos de ter de pensar que temos de ter lá uma ponte, ou, então temos que manter o rio tal e qual como ele está, porque o assoreamento acaba por ser um suporte para a infra-estrutura. -----

Em relação ao lixo que existe, não é bem lixo, aquilo que existe naquele espaço, também, não é da minha vontade como é evidente, mas a nossa freguesia tem 43 km² e numa extensão destas nem sempre é fácil conseguir identificar quais são as pessoas que prevaricam. Imagine-se o seguinte: a freguesia de Valada, como acabou de dizer há pouco e com toda a razão, não lhe permitida a construção. Imagine-se que na nossa freguesia, onde não há, aparecem resíduos de obras, possivelmente provêm de outros locais do Concelho ou de outros concelhos. Por isso, nem sempre nós conseguimos manter tudo aquilo tal e qual como está, aliás, o Município do Cartaxo no final de cada época agrícola faz um esforço em proceder à remoção de lixos e resíduos que as pessoas lá vão deixando durante a época das searas. " -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Mais intervenções? Não havendo mais intervenções passamos à votação." -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – 2011. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a Taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – 2011, com 23 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 3 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

Ponto 9 – Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2011. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Inscrições? Prof.ª Emília Soares." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação a esta matéria, nós não vimos nem beneficiamos desta redução percentual que é falada no acordo com as instituições que têm as antenas colocadas. Nunca vimos que houvesse algum benefício para os utentes, pelo contrário que fazem pagar-se bem, por isso, obtêm bons resultados financeiros. Para além, disso o resultado de cobrança de impostos que estas empresas pagam não são mais uma valia para o Cartaxo porque as suas sedes sociais não estão aqui localizadas, portanto, é só a taxa de passagem que eles pagam. O resto, nós não beneficiamos. E aqueles que para quem é feita esta redução é com o objectivo de ser feita para o cliente final e nunca vimos nada disso." (Anexo 19) -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Mais intervenções? Não havendo mais intervenções passamos à votação." -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2011. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2011, com 21 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 3 do Grupo do PSD, 2 do Grupo do BE e 3 votos contra do Grupo da CDU. -----

Ponto 10 – Acordo de Geminação entre Municípios do Cartaxo e a Bento Gonçalves – Brasil.

Ponto 11 – Acordo de Geminação entre o Município do Cartaxo e a cidade de Penglai, na República Popular da China. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Inscrições? Dr. Vasco Cunha." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Queria-lhe fazer uma proposta, independentemente, de fazermos duas votações sobre isto, fazíamos uma só discussão porque o tema, como são dois acordos de geminação, e se a Assembleia não visse nada em contrário, fazíamos a discussão em conjunto dos dois pontos e depois fazíamos a votação em separado." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Pergunto se existe alguma objecção à sugestão apresentada pelo Dr. Vasco Cunha? Não havendo, passamos à discussão das duas propostas e depois votaremos individualmente. -----

Quem quer falar? Dr. Vasco Cunha." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Eu tenho, por natureza, relativamente a estes acordos de geminação, e aqui exprimo uma opinião inteiramente pessoal, muitas dúvidas. Mas ainda assim, como tenho de falar em nome de uma bancada que tem um pensamento sobre esta questão, não posso deixar aqui de expressar o conjunto de reflexões que fizemos sobre o conjunto destas duas propostas de acordo de geminação. Antes de mais, o projecto 'Cartaxo, Capital do Vinho', tem cerca de 10 anos. Ao longo destes mesmos, gastaram-se, seguramente, uma dezena de milhares de euros neste projecto. Este é apenas um dos braços da estratégia que o projecto queria implementar. Passados estes 10 anos, pergunto-me e perguntamos nós, a bancada do PSD, se alguém tem consciência de qual é o retorno que para o concelho do Cartaxo teve este projecto e qual o retorno que esta dezena de milhares de euros, gastos neste projecto, tiveram para o Concelho? -----

O projecto 'Cartaxo, Capital do Vinho' implica também, como disse, a extensão através deste braço da geminação com vários Municípios de parcerias com outros. Neste caso concreto, de uma cidade na República Popular da China,

03.
guyas
fnt

CS.
geral
fut

e apesar das notícias que forma divulgadas sobre aqueles 40 hectares para os quais poderiam ser convidados vitivinicultores para poderem experimentar algumas castas, algumas produções naqueles 40 hectares, eu dou comigo a pensar que nós estamos a falar de um Município como é o do Cartaxo, onde vivem 25 mil pessoas, que se faz representar pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, por um outro autarca, pelo Secretário – Geral da Associação Nacional de Vinhos, que se desloca a um outro País que é o mais populoso do mundo; onde vive 1/5 da população mundial, onde o vinho português que venha a entrar, suspeito que nem o Ministério dos Negócios Estrangeiros, nem o ICEP, nem todas aquelas entidades como o IPPAR, que normalmente tratam das exportações e dos acordos desta natureza, conseguem competir num mercado daquela dimensão e nós aqui vamos, disciplinadamente, fazer um acordo de geminação com uma cidade da China, um acordo respeitável, para fazer a promoção deste projecto 'Cartaxo, Capital do Vinho', dos vinhos do Cartaxo. E não deixa de ser curioso, eu ainda há pouco tempo lia no nosso jornal da terra, que cada vez produzimos mais vinho no Cartaxo, ou que a Adega Cooperativa cada vez tem mais vinho. E a realidade, eu acho que esta é se calhar, o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal têm que efectuar uma reflexão a curto prazo, a realidade de que eu conheço é que cada vez menos este Concelho tem menos vitivinicultores. Aquilo que me pergunto é que se este Concelho tem cada vez menos vitivinicultores, se cada vez tem menos terra para utilizar no vinho como é que é possível que a Adega Cooperativa continua a ter mais produção? Então é porque não é produção do Concelho. Se assim o é, penso que este projecto 'Cartaxo, Capital do Vinho' merece ser reflectido e repensado e dentro deste projecto, também, há esta questão da geminação com outros Municípios que merece ser, também, ser reflectida. Porque se o Cartaxo foi o Município propulsor da Associação Nacional de Vinhos, se calhar faz sentido que este tipo de representação externa seja assegurado pela Associação e não tanto pelo Município. Se, por ventura, a Associação tem algum retorno nesta actividade, então que seja a mesma a assumir os custos das viagens, das estadias, das deslocações, das conversas com as entidades locais e que não seja, necessariamente, o Município do Cartaxo a suportar, através dos seus contribuintes, aquilo que é a actividade da Associação e, em ultima instância, de um resultado que eu tenho muitas dúvidas que tenha algum retorno para o Concelho do Cartaxo. -----
Em todo o caso devo dizer que a bancada do PSD votará favoravelmente os acordos de geminação com todas estas dúvidas que eu aqui deixei."-----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

"Dr. Pedro Mendonça."-----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção:-----

"Nó temos as mesmas dúvidas que a bancada do PSD e por essa razão votamos contra. Recomendamos que juntamente com a prestação de contas seja entregue, agregado ao relatório de gestão, um relatório onde constem os proveitos e os custos relacionados com estas várias geminações com outras cidades. O BE recomenda, também, que sejam apresentados relatórios das visitas, das comitivas do nosso Concelho efectuadas ao estrangeiro, no âmbito destas geminações para que a população e os seus representantes possam, em consciência, uma opinião sobre estas últimas e das ditas viagens, no momento em que se sofre uma das mais graves crises dos últimos 100 anos. (Anexo 20)-----

A questão é esta, muito facilmente, se percebe, se tiver retorno nós concordamos mas, nós não fazemos a mínima ideia, para que servem estas geminações a não ser para dar nomes a rotundas no Cartaxo. Com isso nós não podemos concordar."-----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

"Dr. Bernardo Pereira".-----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção:-----

"Não conheço a situação antecedente a este Município e às questões das geminações. Tenho para mim, desde que comecei a acompanhar estas situações nos anos 80, que as mesmas se fazem por diversas razões. Que me lembre as primeiras que assisti entre Lisboa e as cidades capitais, por exemplo, ninguém estava nessa altura a pensar em retorno. São questões muitas vezes de natureza política, de proximidade política, de famílias políticas, de interesses culturais e económicos. E o retorno nem sempre vem com a celeridade que nós pretendemos. O que eu acho interessante nesta geminação em Penglai é esta coisa interessante de disponibilizarem 40 hectares para uma casta, a touriga nacional, e acho interessante porque como sabemos hoje, grande parte do vinho do Porto que sai do País, não vai embalado em garrafas, com rótulos bonitos. Vai em granel e é embalado algures nos Estados Unidos (Califórnia), na Alemanha, etc, até por razões de custo. Ora, também, se nós não dispomos de vinho nem de terra, talvez comecemos a trazer touriga para embalar no Cartaxo e sair como vinho misturado com outras castas indígenas para exportarmos e para o consumo interno.-----

Mas penso que, também, não é só isso, se têm acompanhado, neste momento, o que se vende em 10 anos em Portugal nos pastéis de Belém, não chega para atingir o volume de pastéis num dia, na China. Também, sabemos que, neste momento, alguns dos destinos do vinho já é mercado chinês. No vinho verde, como se sabe, na Expo Xangai, foi um sucesso, não tendo chegado para as encomendas, porque a região é pequena e não dá para um mercado daquela dimensão. Esta região, onde Penglai, se situa é uma região com 300 milhões de pessoas, ou seja, quase a população dos Estados Unidos, num mercado que está em franco crescimento. Portanto, veremos o retorno que isto traz.-----

Em relação a Bento Gonçalves, estou mais à vontade. Sr. deputado eu nessa altura nem sequer sabia que estava em discussão o projecto 'Cartaxo, Capital do Vinho', porque isto passasse no ano de 2000 – Brasil 500 anos depois do achamento – eu estou em Porto Alegre, para essas comemorações e em conversa com algumas pessoas, em visita à

região do vale dos vinhedos e à cidade de Bento Gonçalves, naturalmente que se falou de vinho, e falou-se no Cartaxo como terra de vinho. E daí veio a eventualidade de haver um intercâmbio entre o Cartaxo e Bento Gonçalves. Há 5 ou 6 anos atrás, em conversa aqui já mais concretamente, houve disponibilidade em relação a isto e o feedback do Município foi: seria bom que nós fizéssemos este intercâmbio. Aí já tinha conhecimento do projecto 'Cartaxo, Capital do Vinho' quando enviei o e-mail à Câmara Municipal. Finalmente chegou a oportunidade de Bento Gonçalves. O interesse aqui não é só o interesse político mas, o cultural. Como sabem aquela zona tem uma grande afectividade com Portugal porque como eles dizem 'nós somos portugueses ao tempo por opção'. Porque eles pagaram o Concelho como sabem – a Batalha do Prata e a Revolta de Farroupilha que durou 11 anos com um estado independente com todos os problemas com o outro lado do rio da prata. Não parecendo são muito agarrados e o vinho em Bento Gonçalves é fruto de portugueses e italianos que para ali foram e começaram esta aventura. Portanto, parece-me interessante que haja esse intercâmbio que do ponto de vista cultural, que tem um folclore riquíssimo, quer de um ponto de vista de um País irmão, quer linguístico, que do ponto de vista do intercâmbio tecnológico entre dois grandes pólos do vinho. Acrescento, para terminar, que não recebi nada para os custos foi, totalmente, pago por mim, não recebi nada nem para a viagem, nem para a estadia."

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Prof.ª Emília Soares. "

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

Procedeu à leitura da intervenção. (Anexo 21) -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Sr. Manuel Fabiano. "

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

" o tal autarca que ali o deputado Vasco Cunha se referia sou eu mesmo, portanto, eu tive em Penglai e posso referenciar presencialmente acerca daquilo que se falou. Não foi só o Dr. Vasco Cunha que falou dos 40 mil hectares de touriga nacional com a possibilidade de serem plantados, de se proceder a uma construção de uma adega com técnicos portugueses a acompanhar. Existem essas possibilidades. Há outras coisas que foram discutidas dentro desta geminação, como por exemplo, ter numa das feiras mais importantes da China, um pavilhão do Cartaxo, representado vários produtores nacionais que quiserem ir. O Cartaxo assegurou essa situação. -----

Quando se falou aqui em ser o Presidente da Câmara ou o Secretário da Associação dos Vinhos, o que tenho a dizer é que na China os representantes políticos e os Presidentes de Câmara, eles falam com os políticos, ou seja, nunca iriam negociar estas situações com responsáveis de associações. Tem que ser sempre o responsável político a iniciar as conversações. Claro que depois o representante da Associação, também, teve a sua palavra e apresentou as várias propostas. -----

Em relação ao que disse a Sr.ª deputada, com 80 mil toneladas de vinho na China, só vou dar um número para terem essa nota, a província de Shandong aquela que nós fomos visitar, para além de Penglai que foi a cidade principal com a qual nos geminámos, tem mais três cidades eu representam 300 milhões de habitantes. Por isso, acha que 80 mil toneladas chega para alguma coisa? -----

Em relação aos chineses conseguirem colocar o vinho na Europa, em Portugal, a um custo muito reduzido, neste momento, esta cidade Penglai que é a capital do vinho na região de Shandong... Na China estão já no terreno, para além do povo, os franceses, os italianos e chilenos. E na verdade o preço do vinho continua muito alto na China, ou seja, qualquer garrafa de vinho chinês médio, anda na ordem dos 20 euros lá em qualquer mercado. Há uma outra coisa, hoje em dia a Europa está desperta para isso, é que mesmo que eles venham a produzir vinho, que aliás já fazem, têm que obedecer aos padrões de qualidade e respeitarem as regras que existem no mercado. Por aí, não vejo grande preocupação. "

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Dr. Vasco Cunha. "

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

" Acho que das 3 ou 4 intervenções que se ouviram aqui, iniciou-se a tal breve reflexão que eu acho que justifica todo este projecto da Capital do Vinho. Mas não deixa de ser curioso que dá quase a sensação que estamos aqui a constituir a 'armada' do Cartaxo que vai à descoberta da China e à descoberta do Brasil. Nós olhamos para a importância que os vinhos do Cartaxo têm à escala do País, e aquilo que é possível produzir, distribuir e consumir, nós estamos a achar que de repente tirámos 'o coelho da cartola' e que conseguimos meter o vinho do Cartaxo num milhão e duzentas mil pessoas. -----

Volto novamente aquilo que eu dizia, eu acho isto tudo muito bonito e acho que muitos responsáveis políticos conduziram este País e as Câmara Municipais às situações que elas se encontram, justamente porque normalmente não pensam no retorno e por não pensarem no mesmo nos lá mais para a frente vamos encontrar os problemas que foram empurrados com a 'barriga'. Aquilo que nós temos visto ao longo destes anos, e aqui falo em relação à classe política no País, seja ela a nível nacional ou municipal, é um pouco daquilo que eu ouvi nas últimas intervenções desta Assembleia Municipal. Nós temos várias geminações que este Concelho fez nos últimos anos das quais eu não conheço qualquer tipo de balanço. E não havendo nenhum balanço, eu ouvi aqui responsáveis políticos a dizer que estão disponíveis para fazer outras mais, sem sabermos qual é o balanço e se justifica ou não, fazer o balanço sobre isso. Portanto, volto a pedir que se faça uma reflexão; peço a alguns que moderem mais um pouco o seu optimismo porque está, cada vez mais, na altura de fazermos contas também aquilo que pretendemos fazer. -----

É evidente que isto tem tudo uma faceta cultural e política mas, também, tem que ter uma faceta económica e financeira e é esta última que paga, muitas vezes, os custos para se desenvolver parcerias. É isto que eu penso sobre este assunto. "

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

" Sr. José Francisco".

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. José Francisco, do PS, fez a seguinte intervenção:

" Eu vou voltar aqui um pouco mais atrás ao 'Cartaxo, capital do vinho'. Desde o princípio que se começou a pensar neste projecto, ao qual tenho estado de acordo, mas, para mim, este projecto nasceu tarde, deveria ter nascido mais cedo. Mas como a agricultura foi sempre desprezada pela maior parte dos políticos portugueses, sendo o sector primário e que não se deveria desprezar, é natural que algumas pessoas se tenham esquecido e esquecido, também, que o principal do Cartaxo é o vinho. E ficou esquecido por alguns políticos que passaram pelo nosso Concelho mas, também, pelos nossos governos. "

Quanto aos projectos de geminação, eu concordo porque a publicidade que se gasta não é assim muito grande, em termos de levar ao estrangeiro o nome do Cartaxo e do seu vinho. Quanto esta geminação com a China, também, estou de acordo que o Cartaxo é pequeno para esta dimensão mas talvez não tenha o impacto esperado, não só pela cidade, como pelo nosso País, que é pequeno. A nível europeu até poderia ter um impacto maior, agora a nível local penso não ter grande impacto. A nível cultural é bastante importante porque há necessidade de divulgar os nossos produtos porque nós não podemos viver só do mercado interno. Como sabem qualquer produto agrícola é mal pago, bem como, qualquer agricultor. Talvez com este tipo de divulgação se vá abrindo, como se fez, cada vez mais 'o olho' fazendo com que as coisas possam melhorar um pouco. "

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

" Dr. Pedro Mendonça. "

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção:

" Vou ser muito rápido. Só para dizer aqui ao deputado Manuel Fabiano que não compare a política chinesa com a portuguesa porque, ainda, não chegámos à China e isto é uma democracia; como tal o comportamento de como os políticos chineses tratam os seus negócios nós, no BE, e pensava eu que no PS também não gostariam.... Relativamente, ao facto de ter acompanhado a comitiva, nós não sabíamos, eu pergunto-lhe se está na disponibilidade de realizar um relatório sobre a dita visita, tal como nós tínhamos recomendado para podermos saber qual a nossa opinião e qual é a vantagem de haver uma geminação com essa cidade? E aí digo-lhe uma coisa Sr. deputado, se valer a pena terá o meu maior aplauso, se não valer a pena o seu relatório plasmará essa situação. "

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

" Dr. Bernardo Pereira. "

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção:

" Sr.ª Presidente eu pensava que isto era mais pacífico, pelos factos parece não ser, o que é pena porque eu penso que estamos aqui todos a lavar num equívoco. Isto é, quando nós começamos a raciocinar mas, falando que somos um País pequeno, que o Cartaxo tem pouco vinho e que os chineses são muitos, isto estamos a remontar à partida das naus, e essa é a nossa desgraça. Somos sempre os pobres coitados. Nós temos de acabar com esta história do 'coitadinho' que ninguém nos vai ajudar. "

Primeiro, Sr. deputado Pedro Mendonça, um dia perguntaram a um cidadão francês como é que ele vendia mirages e era comunista e ele respondeu que os aviões não tinham ideologia. Um outro cidadão francês conhecido como o Barão Vermelho, era como se sabe o maior negociante de cereais na Europa, para a antiga União Soviética. Alguém lhe disse um dia: o senhor para os comunistas? Ele respondeu que o dinheiro não tinha ideologia. "

E agora lembrava o seguinte ao Sr. deputado Vasco Cunha, a sua apreciação sobre a nossa pequena quantidade faz-me lembrar há 20 anos, por inverso o que aconteceu no Chile. Eles não são maiores que nós. Hoje o Chile é uma potência na exportação de vinho, a nível mundial. Nós olhamos e vimos que aquilo é uma tira por aí abaixo mas, a Austrália é um continente, Dr. Vasco. Eu estou a falar-lhe de coisas pequenas e de coisas equivalentes. Nós esquecemos que hoje se os Fiat's fossem todos feitos em Itália não chegavam, nem BMW, nem Mercedes. Hoje o que nós estamos a vender são marcas são da Benetton mas são feitas na China, por exemplo. Com o vinho passasse a mesma coisa, nós neste momento estamos, como o Sr. deputado sabe, com um problema na Califórnia. O estado da Califórnia não quer reconhecer o vinho do Porto como trade marke português. Mas os franceses por causa no cabernet e do sauvignon já estão lá há 50 anos e como sabe temos, hoje, um cabernet na Califórnia que bate qualquer europeu. Mas são franceses que estão lá. Eu aplaudo isto. Vamos ver se saímos disto Sr. deputado, nós não somos 'coitadinhos'. Nós temos capacidades, know-how, tecnologia, temos castas e vamos fazer, vamos pôr a nossa marca. "

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

" Sr. Manuel Fabiano. "

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano, do PS, fez a seguinte intervenção:

" Pegando aqui nas palavras do camarada do PS, Dr. Bernardo Pereira, é verdade aquilo que ele diz, basta recuarmos alguns séculos, a verdade é que os nossos antepassados teriam vergonha de estarmos aqui a falar da pequenez, de não conseguirmos e de não chegarmos. Eu acho que aquilo que ele disse é a pura da realidade. ----- Em relação à situação do relatório, tenho a certeza que vai aparecer um relatório e eu terei muito gosto em colaborar no mesmo e com certeza será do conhecimento público. Também quero aqui dizer o seguinte, eu tive na

China e posso-vos informar que quem pagou a minha estadia foram os chineses e alguns almoços que foram comidos na Europa, cada um pagou o seu. Eu posso apresentar-vos as facturas que estão comigo.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“Eng. Pedro Barata”.

--O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata, do PSD, fez a seguinte intervenção:

“Caro conterrâneo Manuel Fabiano, como se costuma dizer, não há almoços grátis. A estadia, como sabemos, de outras geminações que, também, não tiveram custos lá tiveram, depois custos cá. Agora há muita gente aqui a falar que não tem a noção, não sei se têm mas espero que sim, do que é que se produz no Concelho, do que é que se engarrafa no Concelho, quais os lotes que são feitos, de que vinhas esses lotes provêm. Portanto, tudo isto é importante. É claro que é sempre importante abrir uma nova ‘janela’ de mercado mas, o deputado Bernardo Pereira disse bem, falou de duas personagens riquíssimas que comercializavam e deu dois exemplos mas, esqueceu-se de uma coisa é que a verdade tem que ser toda dita porque é que eles disseram que o dinheiro não falava e que era tudo interessante? Porque havia retorno e aquilo que se falou aqui é saber se há retorno ou não. Perguntassem aos mesmos senhores se eles queriam vender ou comercializar algumas coisas para os países onde estavam a comercializar se eles não tivessem retorno, continuavam? E é isso que tem que ser avaliado.

A outra questão é, os presentes estão a pensar que no Ribatejo, é a primeira vez que vai alguém à China vender? Há muitas casas do Ribatejo e Vale do Tejo que estão na China há anos. Continuo a dizer que é sempre importante ‘abrir’ mais uma janela, agora é preciso terem a noção do que estão a falar. Há casas agrícolas aqui de um concelho vizinho que estão lá e vão lá há anos e que estão presentes nesses certames, umas de forma individual, outras em agrupamento. Continuo a dizer que é preciso abrir ‘janelas’ e não ficarmos fechados no nosso quadradinho, agora tudo deve ser avaliado e o que se falou aqui, várias vezes, é de se fazer uma avaliação, de verificar o retorno. Nós temos outras geminações que não sabemos qual é o retorno que têm. Qualquer dia estamos aqui a fazer o contrário, se calhar o divórcio não é a expressão correcta para as cidades mas, é qualquer coisa que é o contrário de geminação porque são tantas, que qualquer dia verificamos que muitas delas não fazem sentido que só trazem custos sem proveitos, e depois o que é que vamos fazer?”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“Mais intervenções? Dr. Bernardo Pereira.”

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção:

“Só um rápido esclarecimento ao Sr. deputado, sobre o retorno vou dizer – lhe o seguinte: na década de 70 o cartão visa entrou na União Soviética e as primeiras entidades onde ele entrou, entrou a custo zero. Alguém, em gozo, da American Express escreveu no Wallstreet Journal que negocio era esse, ao que o Sr. Rockefeller lhe respondeu que ‘ninguém consegue colher se não semear’.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“Eng. Pedro Barata”.

--O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata, do PSD, fez a seguinte intervenção:

“Eu tenho pena que o senhor não dê mais exemplos nacionais e do Concelho e esteja sempre a recorrer a estrangeirismos para elucidar e conseguir explicar aquilo que pretende. Em relação a semear, quando quiser, também, posso debater esse tema pois estou à vontade para o elucidar nalgumas matérias mas, aquilo que é importante é avaliar o projecto, não estamos a olhar a curto prazo. Se o senhor olha as coisas, verifica os assuntos e as matérias a curto prazo eu penso que é uma visão reduzida e limitada da matéria. Aquilo que estamos aqui a avaliar é a médio e longo prazo, todos nós sabemos. Se tem essa visão eu, desta vez peço desculpa, não estou de acordo consigo, é a primeira vez nesta Assembleia, já viu?”

Já agora só mais um pormenor que foi aqui falado, pelo Sr. Manuel Francisco, que falou na questão das vinhas no Concelho. Eu partilho, em parte, naquilo que ele disse e é uma pena verificar-se o abandono que se verificou, e verificar-se que ao longo dos anos o Executivo da Câmara Municipal do Cartaxo não teve a capacidade para mobilizar, não teve a capacidade para encontrar soluções que evitassem esse mesmo abandono e há diversas formas de o promover e temos diversos exemplos noutros concelhos vizinhos, há os emparcelamentos, há imensas situações que não são difíceis; há que ter vontade e há que ter ideias e quando essas mesmas desapareceram só há um caminho.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“Mais intervenções? Sr. Manuel Fabiano.”

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano, do PS, fez a seguinte intervenção:

“Eu apenas queria dizer que o meu conceito de democracia permite que ele fale com toda a gente, independentemente, de ser comunista ou não ser.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

“Dr. Pedro Mendonça.”

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção:

“Eu não sei se o deputado Manuel Fabiano está a fazer alguma confusão? Vamos ver uma coisa, aquilo que o deputado Pedro Barata disse, e muito bem, as empresas que já existem na nossa região e que estão presentes na China, não necessitaram de geminações. Quando falei na comparação foi porque o deputado Manuel Fabiano disse, como exemplo, como é que os chineses faziam lá o negócio, e agora já percebo porque deu esse exemplo, foi a convite do governo Chinês e não lhe fica bem dizer mal dos seus anfitriões. A questão é que nós um dia vamos ser anfitriões deles, como dizia o deputado Pedro Barata e aqui nada nos move contra os chineses, contra os franceses,

22.
queijo
put

os alemães, contra os mercados e o negócio. Aqui a única questão é que temos que fazer contas cultural e economicamente; vale a pena ou não vale a pena, e ao fim estas geminações todas, ninguém apresentou até à data contas destas geminações. É por essa razão que nós vamos votar contra porque a única coisa que elas dão às pessoas do Cartaxo são nomes de ruas.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Sr. José Francisco.”

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. José Francisco, do PS, fez a seguinte intervenção:-----

“Existe um assunto que não gostaria de discutir em Assembleia, mas em Concelhia. O tema prende-se com uma Assembleia sobre vitivinicultura no Concelho porque nós temos de dizer a realidade olhos nos olhos; nós cada vez mais perdemos vitivinicultores no nosso Concelho, mas a uma velocidade tremenda que ninguém se apercebe. Este projecto “Cartaxo, Capital do Vinho”, devia ter nascido há 20 ou 30 anos, nasceu agora em que o ‘o menino já estava doente, a morrer’. Há uma coisa que temos que dizer que é aquilo que se desperdiça do vinho e que ninguém tem a coragem de o dizer, os bagaços do vinho que são desperdiçados.

Eu, na minha agricultura, posso avaliar em duzentos contos o que eu posso perder nos bagaços do vinho. Estou a mandá-lo para os carneiros e para as ovelhas. Pensa-se que isto para o Concelho não é importante, mas é. Há 10 anos quando se falava na crise que iríamos sentir, olhava-se para os agricultores afirmando: ‘ganhaste tanto dinheiro e subsídios’. Eu nunca recebi um tostão de subsídios do Estado e tenho que o dizer, e eu afirmava assim: ‘você vão sentir a crise como eu estou a senti-la’; e é verdade porque quando se constrói uma casa em cima de ‘lama’ ela não vai durar muitos anos.

Nós fomos governados por Governos sem competências para avaliar a agricultura, em Portugal, e hoje as Casas Agrícolas estão a sofrer com estas incompetências dos Governos que têm passado por este País e, em termos agrícolas, houve falta de ministros capazes de governar a nossa agricultura. Por isso, é necessário que sejam as Assembleias Municipais, deste País ou deste Distrito, dizer isto e bem alto. Nós estamos numa ‘podridão’ total com a agricultura...”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Sr. José Francisco está a fugir ao assunto em discussão.”

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. José Francisco, do PS, fez a seguinte intervenção:-----

“Sr.ª Presidente deixe-me só dizer-lhe que quando eu falo a senhora diz-me sempre que o tempo está esgotado e porque estou fora de contexto. Não sei porque razão?”

A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Desculpe, eu não disse que estava fora de contexto. O senhor estava a falar e eu disse que estava a fugir um pouco à intervenção porque esta tem a ver com a geminação com a China. Deste modo, tem que apresentar um ponto em que se discuta a agricultura porque o que se está aqui a discutir é a geminação de duas cidades, cujo interesse não é só do vinho mas, da cultura, do comércio, entre outros, que vão ter relações comerciais. Por isso, quando estava a falar dos Governos que não fazem a agricultura, entre outros, estamos a fugir ao tema da geminação.

Eu não lhe corto a palavra, mas tenho de gerir os trabalhos da Assembleia e geri-los dentro do que está estabelecido. Também queria esclarecer que o Sr. José Francisco que quando me diz que isto não era tema para a Assembleia Municipal mas, sim para uma Assembleia de Freguesia, esta é uma das competências da Assembleia Municipal autorizar as geminações. Portanto, temos de estar a discutir isso.”

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. José Francisco, do PS, fez a seguinte intervenção:-----

“Eu sou uma pessoa que me sinto revoltado com a situação que se vive no Concelho e no País.”

A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Mas eu penso que há outros fóruns onde pode expressar essa revolta que não agora no contexto da geminação. Peço desculpa mas, não estamos a tratar da agricultura no País, estamos a tratar da geminação. Caso contrário, terei de permitir que sejam introduzidos todos os temas numa Assembleia.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Não havendo mais intervenções vou passar à votação.”

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação o Acordo de Geminação entre Municípios do Cartaxo e Bento Gonçalves – Brasil.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar o Acordo de Geminação entre Municípios do Cartaxo e Bento Gonçalves – Brasil, com 22 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 4 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 votos contra do Grupo do BE.-----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação o Acordo de Geminação entre o Município do Cartaxo e cidade de Penglai, na República Popular da China.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar o Acordo de Geminação entre o Município do Cartaxo e cidade de Penglai, na República Popular da China, com 22 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 4 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 votos contra do Grupo do BE.-----

Ponto 12 – Plano Pormenor do Parque de Negócios do Cartaxo – ALE.-----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Quem se inscreve para falar? Dr. Vasco Cunha.”

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. ² Presidente só para pedir se a Mesa nos pode facultar o parecer da CCDR, que não consta, e que para nós era um elemento importante, no sentido de apurarmos o nosso sentido de voto." -----

--A Sr. ² Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Vice – Presidente." -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Neste momento e devido a limitações que têm a ver com a não permanência de algumas pessoas aqui, apenas temos presente o plano pormenor propriamente dito que foi submetido à CCDR e aprovado e a documentação que foi distribuída. O parecer existe e pode ser facultado posteriormente, nessas condições." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr. ² Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Os planos pormenor e de urbanização têm por competência da CCDR serem autorizados por este organismo. Se o senhor me diz que a autorização da CCDR se encontra aí, eu pergunto, foram-nos distribuídas documentações e porque não veio o parecer da CCDR?" -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dá-me licença Sr. ² Presidente? Eu acredito muito sinceramente que, tendo nós em conta toda a tramitação necessária para chegarmos a esta fase, nomeadamente, a fase da consulta que é publicada em Diário da República, fruto de já ter sido tramitado em termos de CCDR e o intervalo de tempo ter já sido ultrapassado, e por isso estar em condições de ser aqui submetido à Assembleia, tendo passado esta fase concretamente, já foi vertida toda esta necessidade de tramitação legal, acredito que estão reunidas as condições para votarmos o tema, ainda sem parecer. No entanto, o parecer poderá ser distribuído, amanhã, durante o dia, sem problema nenhum, fruto, naturalmente, neste momento, estamos impossibilitados de o termos aqui em tempo real. Mas há toda a disponibilidade para que o mesmo seja fornecido e consultado por todos. -----

No entanto, tenhamos a consciência se chegámos a este pronto é porque já foi publicado em Diário da República, já passou o período da consulta pública e até, inclusivamente esta fase, foi acompanhada pela própria CCDR." -----

--O 1º Secretário da Assembleia, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr. Bernardo Pereira." (A Sr. ² Presidente ausentou-se por uns breves instantes) -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

"Eu gostaria de dizer o seguinte: eu não estou preocupado com o parecer porque eu posso aprovar isto que aqui 100 vezes, se a CCDR não aprovar isto não serve para nada. É tão simples quanto isto. Sem aprovação da CCDR isto não serve para nada, a Câmara até põe aprovar isto mas, sem a aprovação da CCDR não serve para nada. Por isso só pode vir aqui depois da CCDR dar parecer favorável -----

--O 1º Secretário da Assembleia, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr. Pedro Mendonça." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Sem parecer Sr. Vice – Presidente, nós em consciência, não podemos votar favoravelmente mesmo que quiséssemos fazê-lo. Vamos lá ver se o senhor compreende a nossa posição que é a seguinte: o senhor sabia que era necessário este parecer aqui hoje, se não sabia deveria saber. Todos nós sabíamos e isto já foi falado. O parecer não está, eu quero acreditar, como é óbvio, eu acredito que o parecer existe, mas sem estar na nossa posse, eu volto a dizer aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse que era agressivo, sem documentação não há voto consciente e não há representação dos cidadãos, consciente. Com votos alienados, o senhor não conta da nossa parte. Nós deste ponto, e digo-lhe infelizmente, por vossa incúria de não terem trazido o parecer a esta Assembleia nós somos obrigados a votar contra e não é por nossa vontade. É, por mais uma vez, faltarem papéis na Assembleia Municipal do Cartaxo, papéis importantes para decisões importantes para o nosso Concelho." -----

--O 1º Secretário da Assembleia, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr. Vasco Cunha". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"O facto de ter questionado se há ou não um parecer, que poderia ser associado a esta documentação, é relevante do nosso ponto de vista porque nós já tivemos na discussão de hoje de um dos pontos da ordem de trabalhos, a necessidade de olharmos para um parecer que é emitido por um auditor externo face às contas do Cartaxo. Ora um parecer não é uma folha em branco que aparece com um título a dizer parecer, tem um conteúdo. Aquele conteúdo para nós pode ser importante porque o conjunto de informações que ali estão podem ser determinantes para nós apurarmos o sentido de voto que queremos dar. -----

Portanto, ao contrário daquilo que o deputado Bernardo Pereira disse, que é o facto de isto estar aprovado e logo o parecer não ser necessário aqui, eu não estou de acordo com isso. Não estou em condições de 'passar cheques em branco' seja aquilo que for, quando tenho de tomar uma deliberação que faz com que a minha responsabilidade política, jurídica e penal, também, tem alguma coisa a ver para essa decisão. Portanto, não estou disponível para isso. Acho que era relevante se o parecer aqui estivesse, era indispensável que aqui estivesse, não estando eu vou votar pela abstenção apenas com esta única referência: a abstenção a esta questão é pura e simplesmente pelo facto do parecer não constar aqui." -----

--O 1º Secretário da Assembleia, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Vice - Presidente". -----

Eng. Paulo Varanda

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

" Eu creio que a documentação entregue, por nela estar incluída um parecer técnico que transmite, claramente, quais são os passos a tramitar, já por si assume que os anteriores estão em condições de serem dados como concluídos. Isto é, temos na nossa posse algo escrito por um dos nossos arquitectos, a Arq. ^a Joana Silvestre, que realmente nos aponta aqui o caminho necessário para a conclusão do processo que tem a ver com a aprovação do plano de pormenor. Naturalmente, quando ela escreve sobre este tema, assume que todos os anteriores passos já formam dados, e a partir daí este parecer acaba por ser subsidiário, na minha opinião, porque já está aqui versada todo o tema relativo ao andamento do processo. Naturalmente o que está aqui em causa é que com este enquadramento, é: ou estamos ou não de acordo com a aprovação do plano de pormenor, ou queremos ou não, que o desenvolvimento daquele espaço empresarial seja célere. O que quer dizer que há votação e na minha, humilde, opinião, o que está em causa é exactamente isto: fruto da informação técnica, fruto daquilo que está espelhado em relação a passos subsequentes a dar no processo, à consulta e, naturalmente, à anterior emissão de parecer da CCDR, fruto daquilo que está atribuído como responsabilidade quer ao Executivo Municipal, quer ao órgão autárquico, Assembleia Municipal, eu creio que sobre este tema, na minha opinião, não podem haver muitas dúvidas. -----

Estão ultrapassados todos os esclarecimentos com esta informação técnica, assim estamos em condições de votar. Queremos ou não aprovar o plano de pormenor, queremos dizer sim ou não ao desenvolvimento empresarial e naquela área geográfica, com a inclusão de toda a documentação técnica que inclui o plano pormenor, no nosso plano director municipal. Acho que é isto que está em causa." -----

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Prof.^a Emília Soares." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

" Ora bem, parece-me que já vi 'este filme' alguma vez. E este passou, também, pelo Executivo anterior, em que os Vereadores e o Sr. Presidente, este último até tem o direito a que a Câmara pague as despesas com os erros que comete, mas os Vereadores tiverem que pagar, do 'bolso' deles, um erro, porque estava tudo correcto por parte dos técnicos e no final veio a comprovar-se o contrário. E além disso tudo, eu por mim não dou a minha votação e a votação da CDU, só porque alguém diz que está tudo bem e não está. -----

Se faz parte dos documentos o parecer da CCDR porque é que ele não é entregue? Além disso não percebo, nesta casa não há um documento desses? Então é porque não está dentro da Câmara. Então porque não o vão buscar? --- Agora dizer que nós estamos a desconfiar, então, também, podemos dizer que o Executivo não está confiante naquilo que está a dizer. É que nós estamos no direito de exigir as coisas. Eu com coisas relacionadas com o Estado gosto de cumprir com a lei. Não consigo perceber porque não trouxeram o documento em causa, porque é que o estão a defender e não o têm aqui? -----

Eu penso que isto é um direito dos deputados e um dever de aprovar as coisas como dita a lei, com os documentos que fundamentem a nossa atitude, a nossa votação. Agora estar a dizer que nós é que não queremos votar, não, até pelo contrário, este documento já passou na Assembleia, numa 1^a fase e trazia os documentos e por que é que agora não traz? De facto acho que nós não devemos brincar com assuntos muito sérios. " -----

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Dr. Pedro Mendonça". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

" Sr. Vice – Presidente, não venha para aqui com chantagens de que quem não vota este documento é contra ele, porque o senhor é que não trouxe o parecer. O senhor sabe, perfeitamente, que é ilegal votar um documento desta natureza sem o parecer vinculativo do organismo competente, se não sabe devia saber. E não pega essa chantagem porque aqui se houver problemas na aprovação deste documento, o único responsável é o senhor, porque como diz a deputada Emília, se este documento está no edifício da Câmara Municipal, por favor exerça a sua autoridade como Vice – Presidente, vá busca-lo, mande-o fotocopiar ou fotocopie mesmo o senhor já que o erro foi seu. Agora não nos pode pedir ilegalidades que têm sanções e mesmo que assim não fosse, connosco não conta, nem para votos alienados, nem para ilegalidades, e muito menos cederemos a chantagem de qualquer espécie." -----

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Eng. Pedro Barata". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

" O deputado Pedro Mendonça acabou de referir algumas coisas que estando de acordo não queria utilizar essas mesmas expressões. Sr. Vice – Presidente, certeza que entrou nestas questões autárquicas há pouco tempo, tem, logicamente, como todos nós aprendido mas, espero que aquela afirmação tenha sido proferida pelo cansaço porque se não foi, penso que não está a ir pelos melhores caminhos. -----

Aquilo que é fundamental, e recordemos o que já se passou aqui nesta Assembleia, é dito pelo Sr. Vice – Presidente e dito pelo Sr. Presidente; foi aqui dito nesta Assembleia, quando faltaram documentos, e houve uma atitude do PSD que foi para bem e pensando na população e nos munícipes do Cartaxo, votar favoravelmente mesmo tendo em atenção a falta de documentos. Foi prometido pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Vice – Presidente, que isso não voltaria a acontecer e que se voltasse a acontecer, os documentos eram retirados ou que seriam fornecidos durante a Assembleia. Neste momento, a atitude é exactamente ao contrário do que o senhor disse. Nós, neste momento, temos aqui a falta de um documento que todos consideram fundamental. O próprio Vice – Presidente foi o primeiro a reconhecer que o documento era fundamental, inclusivamente, disponibilizando amanhã o mesmo.

Aquilo que foi aqui solicitado é que essa mesma bondade de enviar ... Eu peço que toma atenção à minha intervenção. Eu sei que existe forma de quebrar os ritmos das mesmas, mas essa não vai resultar. Aquilo que foi aqui solicitado foi a bondade do Executivo em trazer e fornecer esse elemento para podermos votar em consciência, sabendo que a falta dele não corresponde aquilo que deverá ser feito e ao voto em consciência. Portanto, aquilo que lhe pergunto, objectivamente, é se tem a intenção de hoje solicitar esse documento e pedir à Mesa para suspender o ponto até que o documento nos seja fornecido e votado posteriormente, porque ainda temos alguns pontos para discutir, ou agora considera que esse documento não é fundamental para que possamos votar em consciência? -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr. Vasco Cunha". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Isto parece quase um braço de ferro entre o Executivo e a Assembleia Municipal, porque tanto quanto eu sei, na reunião do Executivo Municipal este problema foi levantado, e na altura a votação que foi feita e as declarações de voto reflectiram exactamente o facto de se ter feito uma votação com documentação que faltava para conjugar o sentido de voto de cada um dos Vereadores que estava naquela reunião. Passados alguns dias sobre aquela deliberação nós vimos à Assembleia Municipal e somos, novamente, confrontados com a falta, exactamente, do documento que faltou na reunião da Câmara Municipal. -----

Eu não quero tirar daqui conclusões precipitadas mas, parece que é propositado que o Executivo Municipal ou quem tem responsabilidades nesta casa, não queira distribuir o parecer da CCDR na Câmara Municipal e depois na Assembleia Municipal, também, tenha aqui alguma reserva para não distribuir aquele documento. Qual é que é o problema? Se o documento existe, se é um documento legal, se é um documento de suporte a esta decisão, qual era o problema de, antecipadamente, ter sido distribuído à Assembleia Municipal? Teríamos de poupado algum tempo aqui, certamente, sobre isso. -----

Em segundo lugar, eu conheço, pelo menos, 12 autarcas dos últimos 2 mandatos no Executivo Municipal que têm ou que tiveram ou que, ainda, têm em curso alguns problemas e alguns pagamentos para fazer sobre várias deliberações que foram feitas neste Município. E por conhecer 11 casos, mais o meu, é que eu acho que deliberações destas, deviam de poupar a cada um de nós o temos que pedir, quase por favor, ao Executivo que cumpra aquilo que é uma obrigação cumprir. Portanto, face a isto o Executivo Municipal faça aquilo que bem entender; se quiser facultar o documento que falta durante a reunião de hoje, eu sinto-me em condições de fazer esta votação, se o Executivo não der o documento que aqui falta eu não estou em condições de fazer esta votação. Quando esta ocorrer ausentar-me-ei da sala e esperarei lá fora enquanto esta decorre." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Vice - Presidente." -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Tentei explicar que fisicamente hoje é impossível porque não tenho ninguém que me consiga fornecer esse elemento. O próprio Eng. Leal, que detém este processo, alertou-me para o facto de que não iria estar presente, isto só para desmistificar esta ou aquela abordagem ou esta ou aquela desconfiança. De qualquer forma e porque a DPAU, em termos de organização, como calculam é uma estrutura pesada em termos de organização. Terão, naturalmente, que ser as pessoas que lá trabalham que sabem onde está esse elemento. -----

De qualquer forma, também, confesso que havendo na fase de análise a preocupação de se apurar se a documentação estava ou não disponível para se tomar ou não as deliberações em consciência, na minha opinião e pedindo que caso hajam estes futuros entendimentos, podia ter sido comunicado, através da Mesa, ao Executivo, que nós rapidamente resolveríamos a questão e não estávamos aqui com este problema levantado. Se esta ausência fosse notada e comunicada nós, atempadamente, teríamos tido a oportunidade para preparar a documentação. -----

O que eu solicito é que considerem o documento a ser distribuído e, eventualmente, com reservas acerca do seu teor, se proceda à votação do mesmo. Caso pareça aceitável a todos nós, poderemos conscientemente, com esta reserva e com a reserva colocada, no teor do documento que agora está a ser pedido, conseguimos assim ultrapassar este problema." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"É muito breve, é só um pedido de esclarecimento. No Executivo foi dito que não estava, o senhor acabou de dizer que falou com um colaborador da Câmara, o responsável e que ele informou que não podia estar presente ou foi informado que ele não podia estar presente para lhe fornecer o documento. Está explicado. Obrigado Sr. Vice - Presidente." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

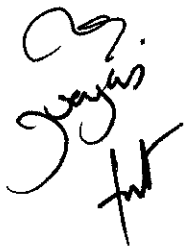
"Dr.ª Odete Cosme." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr.ª Presidente eu só quero referir que a exemplo daquilo que o Dr. Vasco Cunha disse, também, nós não vamos participar nesta votação. Nós não votamos 'às cegas' e sabendo o Sr. Vice - Presidente que o documento era necessário, só tinha de o providenciar." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr. Pedro Mendonça." -----



Dr. Soares
pt

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

" Eu só gostava de perguntar ao Sr. Vice – Presidente o seguinte: este parecer não lhe foi pedido em reunião de executivo? Ninguém falou neste parecer em reunião de executivo? Com certeza que falaram Sr. Vice – Presidente e por terem falado o senhor sabia, perfeitamente, que este documento faltava aqui, hoje. E sabendo que lhe faltava falou no funcionário que não estava para lho dar. -----

Sr. Vice – Presidente já lho disse, nós gostávamos de votar este ponto, mas nem a lei nos permite nem a consciência política nos permite. Eu julgo que a única coisa que o Sr. Vice – Presidente pode fazer, para sair bem desta trapalhada é ir buscar o parecer." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Dr. Bernardo Pereira". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

" Sr.ª Presidente eu gostaria de ler aqui o seguinte: "plano pormenor, informação dos serviços; parecer: concordo com o proposto; à consideração superior; o Eng. Francisco José Camoez Francisco Leal". Isto é o que é remetido ao Executivo para despacho. A seguir conclui: " relativamente ao período de discussão pública acima mencionado previsto no artigo 77 do RGIT, Decreto – Lei nº370/99, de 22/9 na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20/2 e o nº 6 do artigo 7 do Decreto-Lei nº 230/2007 de 15/06, que decorreu entre 2010/05/31 e 2010/07/01, informo que não foi recebida nesta Câmara Municipal qualquer sugestão, informação ou observação. Este resultado deverá ser divulgado através da comunicação social e da página da internet da Câmara Municipal do Cartaxo, segundo disposto do nº 8 do artigo 77 do RGIT. Face ao exposto e não havendo nenhuma alteração à versão de plano submetida à discussão pública, a Câmara Municipal deverá submeter a versão final do mesmo à aprovação da Assembleia Municipal de acordo com o disposto nº 1 do artigo 79 do RGIT, submeta-se o assunto à consideração superior; a Arq.ª Joana de Abreu Silvestre." E concluía, para ver se acabávamos com este 'romance', com a seguinte proposta: ' que se ponha à votação condicionada ao parecer da CCDR'." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Dr.ª Odete Cosme". -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

" Sr.ª Presidente eu só queria aqui elucidar todos os membros da Assembleia que as inspecções do Tribunal de Contas e do IGAL estão, neste momento, a pedir para além das actas do Executivo, onde são tomadas decisões, as actas do órgão deliberativo e as listas de presenças para verem votações que existem feitas fora do quadro legal. E esta poderá ser uma que está fora do quadro legal. Portanto" -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Sr. deputado vamos acalmar a bancada para ver se continuamos os trabalhos." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

" Portanto, o BE mais uma vez vem dizer que não participa nesta votação, vamos sair da sala. " -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Existem mais intervenções? Prof.ª Emília Soares". -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

" Eu por acaso sou uma mulher de certos consensos, mas como a situação está tão esquisita e já tivemos nesta sala uma situação idêntica, de votações idênticas a única situação é deixarmos o PS com o ónus da responsabilidade." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Não havendo mais intervenções vou passar à votação." -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação o Plano Pormenor do Parque de Negócios do Cartaxo – ALE . -----

Fez-se uma votação com o seguinte resultado: 11 votos do PS e 2 abstenções do PS. -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

" Sr.ª Presidente o que se votou, foi a minha proposta?" -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Não. Foi o ponto que se está a discutir." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

" Mas Sr.ª Presidente eu fiz uma proposta que era se por à votação a proposta condicionada ao parecer da CCDR. "-----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Temos de repetir a votação. Eu agradecia que o Dr. Bernardo Pereira pusesse a proposta por escrito para eu juntar aos documentos e não ficar só em acta." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, entregou a proposta. (Anexo 22) -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Vamos colocar à votação a proposta do Dr. Bernardo Pereira." -----

Fez-se uma votação com o seguinte resultado: 11 votos do PS e 2 abstenções do PS. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Eu quero fazer uma declaração de voto para que fique em acta, como considero que não estou suficientemente daí a minha abstenção". -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" A proposta que votámos agora, foi a do DR. Bernardo Pereira e anteriormente tínhamos votado a proposta do o Plano Pormenor do Parque de Negócios do Cartaxo – ALE . -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Sr.ª Ana Rita Rodrigues, do PS, fez a seguinte intervenção: -----
"Gostava, também, de deixar aqui a minha declaração de voto, vou-me abster porque não me sinto esclarecida em relação ao assunto." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Sr. António Pêgo". -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. António Pêgo, do PS, fez a seguinte intervenção: -----
"Boa noite a todos. O seguinte pormenor: nós só estamos aqui a aprovar um Plano Pormenor que foi executado pela Câmara Municipal do Cartaxo, onde houve discussão pública. Nessa discussão pública não houve qualquer impedimento e agora esse plano vai ser remetido para a CCDR para depois dar a sua aprovação. Só estamos a discutir isto." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"A proposta e o ponto nº 12 estão aprovados." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----
"Peço desculpa, mas como estive ausente da sala queria que fizesse o anúncio do resultado das duas votações." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Da proposta do Dr. Bernardo Pereira: 11 votos a favor do PS e 2 abstenções do PS, e a ausência dos restantes grupos. Para a aprovação do ponto: 11 votos a favor do PS e 2 abstenções do PS, e a ausência dos restantes grupos. Votámos a introdução de uma proposta para o ponto ficar condicionado porque a proposta tinha de ser votada e que por acaso não devia ter sido votada a proposta do Dr. Bernardo porque não consta na ordem de trabalhos. Pois, isto significa a introdução de um ponto na ordem de trabalhos e estes devem ser introduzidos antes do início da ordem do dia.

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, fez a seguinte intervenção: -----
"Então retiro o ponto." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Dr. Vasco Cunha." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----
"Era precisamente esses 2 pontos que eu queria levantar., uma vez que a ordem de trabalhos está fixada, se havia a possibilidade ou não, de alterar a ordem de trabalhos? Em segundo lugar, face à deliberação que foi tomada, tanto quanto percebi há 11 votos a favor e 2 abstenções. Queria que me confirmasse se existiam condições de quórum para se fazer essa votação ou não.

Quer dizer que a votação que teve lugar não tem qualquer resultado e, portanto, continuamos a estar como estávamos acerca de 40 minutos atrás." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Este ponto a não ser aprovado terá de vir a outra Assembleia." -----

Por falta de quórum, a votação do Plano Pormenor do Parque de Negócios do Cartaxo – ALE foi considerada nula. As bancadas do PSD, CDU e BE retiraram-se da sala no momento da votação, alegando a falta do parecer da CCDRLVT. -----

Ponto 13 – Isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto Municipal sobre Imóveis à ValleyPark – Parque de Negócios do Cartaxo -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Intervenções? Dr. Pedro Mendonça." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----
"Fazemos nossas as palavras do Dr. Vasco Cunha. Não foi o ValleyPark em si que estava em causa foi a falta do documento. Portanto, estamos cá para fazer com este projecto seja um sucesso." -----
Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto Municipal sobre Imóveis à ValleyPark – Parque de Negócios do Cartaxo. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a Isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto Municipal sobre Imóveis à ValleyPark – Parque de Negócios do Cartaxo, com 21 votos a favor, 13 do Grupo do PS, 3 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 Grupo do BE. -----

Ponto 14 – 2ª Alteração ao mapa de pessoal de 2010. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
"Intervenções? Dr. Pedro Mendonça." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----
"É uma pergunta muito rápida ao Sr. Vice – Presidente. Nós vamos votar favoravelmente esta alteração, gostávamos de lhe perguntar porque não existem nesta alteração outros funcionários que, também, estão a terminar contrato e que estão numa situação precária, sem concursos? Porque é que não faz, também, para eles uma proposta à alteração do quadro de pessoal, abre concursos? -----
Fala-se, se não estou em erro foi o Presidente da Câmara, em cerca de 50 funcionários nestas condições e quero saber o que está a ser feito sobre essas pessoas e o seu futuro?" -----

Ag. guayas. fat

Eng. Paulo Varanda
pt

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

" Não há lugar a alterações porque os lugares já estão previstos no quadro de pessoal." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Mais inscrições? Dr. Pedro Mendonça." -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

" Sr. Vice – Presidente porque é que não estão abertos os concursos se estão no quadro de pessoal?" -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

" Não está no âmbito da deliberação que estamos a tomar mas, no entanto, todos os concursos necessários estão a ser tramitados para que possam ser satisfeitas as necessidades dos serviços em termos de pessoal. Já hoje de manhã, foram à Câmara 7 concursos para assistente operacional e 2 para assistente técnico, quer para a educação quer para os Bombeiros Municipais e haverá mais desenvolvimentos deste tema. -----

Felizmente os nossos técnicos são organizados e eu sem ajuda deles consegui encontrar toda a pasta da Valleypark, no espaço da DPAU. Tenho em mão o parecer da CCDR. É só o parecer da CCDR ou todos os documentos que não foram apresentados e que foram tramitados, já agora penso que terão tanta importância para a vossa decisão como um parecer da CCDR." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Eu vou pôr à consideração da Assembleia, se for facultado o documento, se ainda podermos pôr este ponto à votação, pois caso contrário teríamos de ter uma Assembleia Extraordinária. Caso contrário só daqui a 2 meses e estaríamos a atrasar o processo. -----

Se o Sr. Vice – Presidente pode considerar, neste momento, dar a cada uma das bancadas o parecer da CCDR e se com isso podermos fazer a votação, enquanto fazem as fotocópias podemos acabar os 2 pontos e colocávamos esta questão no último ponto. Isto se o Sr. Vice – Presidente confirmar que pode entregar o parecer da CCDR ." -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

" Sr.ª Presidente este suspense deve-se a quê?" -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Estamos à espera que tirem o documento para poder ser consultado, pois o processo tem ali vários documentos." -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

" Sim, estamos em condições de fornecer o último parecer da CCDR. Nada da CCDR é vinculativo." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Pode ser um documento para cada bancada? Depois paramos 5 minutos e as pessoas conversam, enquanto se tira a fotocópia. Portanto eu faço a proposta que é: enquanto vão tirar a fotocópia para cada uma das bancadas porque estar a tirar as 29 cópias demoraria mais tempo. Enquanto isso nós procedemos à discussão e aprovação dos outros dois pontos, depois este ponto pode ser discutido no final. Dr. Vasco Cunha " -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

" Dizer que da bancada do PSD, não há problema nenhum em distribuir um exemplar da fotocópia e dizer que é com grande regozijo, da parte do PSD, dou as boas-vindas ao Eng. Leal que deve ter aparecido rapidamente na Câmara Municipal para resolver este problema." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Vamos passar à deliberação do ponto 14." -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a 2ª Alteração ao mapa de pessoal de 2010. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a 2ª Alteração ao mapa de pessoal de 2010 com 29 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 3 do Grupo da CDU e 2 votos contra do Grupo do BE e 4 abstenções do PSD. -

Ponto 15 – Ratificação dos procedimentos de contratação pública, referentes ao fornecimento de refeições para alunos do 1º ciclo das Escolas Básicas das freguesias do Cartaxo e Vila Chã de Ourique. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Intervenções? Dr. Vasco Cunha." -----

-- O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

" Queria só um esclarecimento simples: está aqui feito um procedimento para dois conjuntos de escolas que têm dois tipos de necessidades diferentes. Um primeiro que é a Escola nº 1 do Cartaxo que não tem refeitório e que precisa de um procedimento que requeira não só o transporte como a alimentação e isto tem uma repercussão do preço para este procedimento. Relativamente às outras quatro escolas, estas têm refeitório e portanto não há nenhuma necessidade de haver transporte. Presumo que os procedimentos tiveram custos unitários diferentes e aquilo que eu queria saber é qual foi o custo que foi atingido para o primeiro procedimento e o outro custo que foi atingido para o segundo procedimento?" -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

" Dr.ª Odete Cosme." -----

-- A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

" Gostaria de ter aqui, por parte do Sr. Vice – Presidente, o esclarecimento do seguinte: foi feita uma primeira informação pelos técnicos da Câmara para um procedimento unitário. Cinco dias depois o procedimento foi anulado e foram feitos dois procedimentos diferentes. Eu gostaria que me explicassem se não vêem o que está aqui, claramente o fraccionamento da despesa que está proibido pelo artigo 16? O fim é o mesmo, podem dizer que

um tem transporte e o outro não, mas essas especificações ficariam descritas no caderno de encargos e o processo tinha de ser único. -----

Depois queria que me explicassem, e para isso acho necessário fornecer-nos e peço já aqui à Sr.ª Presidente da Assembleia que solicite esses documentos ao Executivo, a cópia do relatório final de análise das propostas destes documentos porque vem aqui na informação o preço praticado pela Uniself que é 2.48 euros e, quanto sabemos, isto foi adjudicado à Gertal que apresenta aqui o preço de 4.37 euros. Queríamos saber quais os critérios para esta adjudicação, e mais uma vez dizer que a adjudicação foi feita e veio a ratificação da Assembleia, não estando este procedimento publicado no portal Gov.” -----

---A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Eu agradecia que a Dr.ª Odete Cosme pusesse por escrito a pergunta que faz ao Executivo, para poder efectuar a entrega ao mesmo. -----

Prof.ª Emília Soares. -----

---A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

“ Só para dizer o seguinte: não compreendo porque é que todo este processo é feito tão tardiamente? Já foi feito em Agosto quando os dados com o número de alunos, entre outros, é tido mais cedo? Acho que este processo devia de vir mais para trás, o concurso, para que quando chegasse a altura tivesse tudo já em ordem e se houve alguma ‘nuance’ mal, haveria tempo para corrigir tudo isso. Acho que deveria ser um pouco mais cedo, durante o mês de Julho.” -----

---A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Mais intervenções? Sr. Vice – Presidente.” -----

O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Em relação à questão colocada pelo sr. Deputado, Dr. Vasco Cunha, creio que está relacionada com a questão que a deputada Dr.ª Odete Cosme colocou, eu informo que o preço da adjudicação foi de 2.80 euros e 1.95 euro, respectivamente para um serviço que exige o transporte e o fornecimento do espaço para que as crianças possam comer e para aquele que não tem essa exigência. São dois serviços, perfeitamente, distintos e como tal não há fraccionamento da despesa. -----

Como calculam, este assunto foi analisado profundamente e até houve este ano, um corrigir da trajectória porque, se bem nos lembramos, em anos anteriores o procedimento foi feito através de protocolo. Este ano, fruto desta análise que adjectivei de profunda, fez com que ‘desliza-se’ no tempo porque anteriormente estávamos a formatar de igual forma que em anos anteriores. No entanto e porque se tratava de uma prestação de serviços, houve necessidade de tornar legal e mais claro todo o caminho percorrido. A par disto e porque houve a adopção de dois procedimentos, respeitámos duas cláusulas impostas, aquilo que falávamos há pouco, que era recorrer à nossa central de compras. Também aí saiu reforçada, não só em termos de legalidade mas, também, ir ao encontro das condições que foram assumidas pelo Executivo anterior e que sendo nós os seguidores, interessam-nos respeitar.” -----

---A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Mais intervenções? Não havendo mais intervenções passamos à votação.” -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Ratificação dos procedimentos de contratação pública, referentes ao fornecimento de refeições para alunos do 1º ciclo das Escolas Básicas das freguesias do Cartaxo e Vila Chã de Ourique. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a Ratificação dos procedimentos de contratação pública, referentes ao fornecimento de refeições para alunos do 1º ciclo das Escolas Básicas das freguesias do Cartaxo e Vila chã de Ourique com 17 votos a favor, 14 do Grupo do PS e 3 do Grupo da CDU e 6 votos contra, 4 do Grupo do PSD e 2 do Grupo do BE. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“ Sr.ª Presidente só para dizer que votámos contra pela forma como o procedimento foi feito e por não termos a documentação necessária para termos uma posição favorável porque, obviamente, achamos que se tem que dar alimentação às crianças, mas não desta forma.” -----

---A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“ Dr. Vasco Cunha.” -----

---O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

“ Exactamente no mesmo sentido, uma declaração de voto, para dizer que temos dúvidas relativamente ao procedimento. Se de facto o Sr. Vice-Presidente disse que houve um aprofundamento na forma como este trabalho foi feito relativamente ao passado, temos de admitir, que pelos vistos, dentro do partido socialista tem havido melhorias relativamente a práticas do passado que pelos vistos eram mais danosas em relação à gestão do erário público.” -----

Ponto 16 – Ratificação dos procedimentos de contratação pública, referentes à aquisição de serviços de desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular e actividades de apoio à família no Concelho do Cartaxo. -----

---A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Intervenções? Dr.ª Hélia Baptista.” -----

Handwritten signature: "Gueiros" and initials "Jut"

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Hélia Baptista, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Ainda que nós venhamos a votar favoravelmente este ponto, eu tenho de fazer um comentário sobre este tema. Relativamente às actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do Ensino Básico nos Agrupamentos de da Escola na rede pública, parece-me importante que toda a gente saiba como o Ministério mantém estas actividades em funcionamento. O Ministério da Educação, pela Ministra antecessora a esta, a Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues, quis consolidar o conceito de escola a tempo inteiro, tendo sido este conceito a sua 'coroa de glória'. Então introduziu as actividades de enriquecimento curricular, chamadas AEC's, com as disciplinas de educação física, educação musical, inglês e, em alguns casos, numa escola ou outra, expressões. -----

Os alunos do 1º ciclo ficaram assim ocupados o dia inteiro e a maioria das famílias ficou contente. Até aqui tudo bem. Agora interessa saber de que forma o Ministério introduziu estas disciplinas. O Ministério introduziu estas disciplinas no currículo dos alunos do Ensino Básico, mas não quis pagar aos professores devidamente. Então começa por passar todos os encargos para os municípios. Então agora o que é que se passa? Assistimos a um concurso nacional de professores, e todos sabemos que ficam mais de 20 mil professores no desemprego e depois os concursos das AEC é feito a nível local e cada município pode fazê-lo de maneira diferente. Não há um critério uniforme. Estes professores que às vezes já são chamados técnicos, trabalham nalguns municípios com contrato a termo certo, acho que é o caso do Cartaxo, em outros vendem serviços educativos. Isto é, nuns recebem 7 euros/hora, noutros 12 euros/hora, estando numa situação de precariedade e sem vínculo. Como sempre o que o Estado quis foi conseguir mão-de-obra barata. -----

Penso que com estes procedimentos é a escola pública que está em causa, a educação das crianças que nela participam, assim como, o processo de ensino e aprendizagem. " -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Prof.ª Emília Soares." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação a esta matéria, nós temos aqui algumas dúvidas e esperamos não ter uma situação esquisita como de há pouco." Leu o anexo. (Anexo 23)

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Hélia Baptista, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"A questão agora apresentada tem razão de ser". -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr.ª Odete Cosme." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Subscrevo tudo o que foi dito pela deputada Emília. Quero perguntar ao Sr. Vice – Presidente, as pessoas que estão neste momento a exercer a actividade extra-curricular, porque já estão professores a dar aulas extra-curriculares, estão a ser pagos como, com que figura e onde está o cabimento prévio? E quero lembrar-lhe que este Executivo já foi multado noutras ocasiões pelas instâncias inspectivas, por desencadear procedimentos sem cabimento prévio." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Vice – Presidente." -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Posso garantir-vos que em relação a essa matéria tudo foi acautelado. Em relação ao pagamento aos professores, aliás da nossa parte e fruto de estarmos a recorrer a uma entidade que presta o serviço, está é acautelado o pagamento a essa entidade que naturalmente se compromete pelos processos respectivos a fazer o pagamento aos senhores professores. Com certeza, e como calculam fruto das circunstâncias que há pouco referi, houve a necessidade de reformular toda a tramitação do procedimento, inclusivamente e junto da entidade prestadora do serviço, o nosso Jardim de Infância que tão bem nos tem servido ao longo destes últimos tempos, também houve que explicar estas situações e haver reuniões prévias nas quais se chegassem a um entendimento acerca do que era necessário. A partir daí todas as demarches foram levadas a cabo e, naturalmente, fruto só nesta data de estarmos aqui reunidos, é que temos condições de procedermos a esta deliberação. -----

No entanto, da parte do Executivo, nunca haveria uma postura de despenalizar e deixar que as necessidades dos nossos alunos, na nossa comunidade escolar fossem acauteladas e daí a assunção da responsabilidade prévia por parte do Executivo e naturalmente o culminar de todo o processo com este procedimento, com este ponto que é aqui colocado à consideração na nossa Assembleia. Por isso, fruto das necessidades da tramitação, fruto dos tempos que nos foram apresentados não houve alternativa senão recorrermos a esta figura. Agora, naturalmente, recolhendo lições podemos concluir que o ano que virá terá as coisas, perfeitamente, formatadas e tratadas, tal e qual nos é aqui apresentado hoje. Mas para chegarmos hoje aqui, tivemos que ter um caminho de melhoria contínua e de intangibilidade daquilo que seria o correcto e o legal. A partir daí, e estando nós em condições para votar creio que em consciência o poderemos fazer. " -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Vice – Presidente o senhor disse que pagavam à empresa que pagava aos professores. Onde está esse procedimento? Onde está o cabimento prévio? Onde está isso publicado no portal do Governo? -----

Depois diz que foi apanhado de surpresa pelos timings, as actividades extra-curriculares já estão estabelecidas por lei desde 2008, porque é que só agora deu este problema? Porque é que este ano isto veio tão tarde à Assembleia? Já houve uma Assembleia em Abril uma em Junho, tinham a hipótese de lançar o concurso correctamente. Não há nenhuma entidade inspectiva que aceite um concurso público urgente para uma situação que era previsível. " -----

*Joana
Fut*

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Prof.^a Emília Soares." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

"Realmente nós sentimo-nos um pouco mal com esta situação, parece que estamos aqui como uma 'bola de ping-pong' mas não é. É pura e simplesmente uma situação de uma legalidade e não irmos recorrer, uma vez mais, nessa ilegalidade. Aqui é mais grave é que nem sequer houve concurso. Aqui por acaso conseguiu que o ponto que estamos para votar, conseguiu o documento, agora aqui não houve concurso nenhum. Não houve, está a ser lançado em Setembro e as coisas já estão a funcionar. Além disso tudo, o cabimento da verba, porque esta é para ano económico, com as actividades desenvolvem-se, geralmente, em ano lectivo. -----
Portanto, a partir de Setembro não houve cabimento para esta verba porque não houve o concurso e as estão de uma forma, que não sei como vai fazer?" -----

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Vice - Presidente." -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"O concurso houve e na fase correspondente às propostas ficou deserto." -----

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr.^a Odete Cosme." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Vice- Presidente está a fazer confusão com o ponto anterior. Neste não foi lançado o concurso, estão a pedir autorização para fazer o lançamento urgente de um concurso. A figura do concurso urgente é utilizada para situações imprevisíveis e esta não é uma situação imprevisível." -----

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Mais intervenções? Sr. Vice - Presidente." -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Só um instante Sr.^a Presidente, facto é que as crianças precisam de ter este serviço fornecido. Eu sobre este tema nada mais tenho a dizer." -----

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Prof.^a Emília Soares." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

"Com certeza que o Sr. Vice - Presidente deve admitir que nós, também, temos responsabilidades nesta situação; eu que fui tantos anos Educadora de infância, que tive que planear, e digo-lhe sinceramente, não estou contra as crianças que têm todo o direito, a Câmara é que se atrasou nos processos, é que não fez atempadamente. Agora as crianças não têm a culpa de a Câmara não o ter feito. -----
Só lhe vou dizer isto: está numa situação muito ingrata hoje, o seu colega 'pôs-se a andar' e o senhor fica a enfrentar isto tudo." -----

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr.^a Odete Cosme." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Vice- Presidente mais uma vez lhe pedimos, não chantageie com o desnorte dos vossos serviços. A Câmara não fez o planeamento, não fez a gestão correcta destes procedimentos e não deve chantagear a oposição para votar documentos que não estão legais só porque as crianças estão em risco. Nós, também, concordamos com isso, mas não somos nós os 'maus da fita'". -----

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr.^a Hélia." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Hélia Baptista, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Não tínhamos em consideração se de facto isto era ilegal, que devia ter sido em Março e foi em Setembro, neste caso a nossa votação não será a favor uma vez que me dizem que isto é ilegal. Desconhecia isso. De qualquer modo, vocês não se indignam, as colegas que já falaram, pelo facto dos professores serem tratados desta maneira, não vos causam indignação?" -----

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Prof.^a Emília Soares." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

"Não é só pela experiência que tive, mas também, nós a nível da CDU, discutimos estas coisas e trabalhamos muito. Também passamos algumas noites a analisar certas questões no curto espaço de tempo que temos os documentos e, também, merece muita confiança o que foi dito pelo nosso Vereador Mário Júlio, um homem que está habituado a estas coisas enquanto Director da Escola do Centro e Coordenador daquele Agrupamento. Ele alertou para que tal estava mal." -----

--A Sr.^a Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr.^a Rita Monteiro." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Rita Monteiro, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

"Se eventualmente está ilegal, eu pergunto o que é que vamos fazer? Porque estamos perante um problema que tem de ser solucionado, sabemos que a Escola já começou e que os professores estão lá, e não podemos nesta fase, em que há um equívoco ou um erro, de dizer 'meus amigos não vai haver extra-curriculares' porque a Câmara, a

Handwritten signature: M. Gueiros

Asssembleia, ou o responsável, não fez as coisas no devido tempo. Pode haver aqui um lapso e um erro, mas tem que ser solucionado. Eu pergunto, dentro da ilegalidade qual é a solução que podemos apresentar?” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Dr.ª Odete Cosme.” -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“Eu aconselho que a colega Rita veja na net o decreto – lei 212 e 209, são as indicações do Ministério da Educação para a contratação de professores para as actividades extra-curriculares. E no artigo 6 estão explicitas as normas de abertura do procedimento e os critérios de selecção. O Executivo se quiser assumir o erro pode, através deste decreto-lei, e através da urgência de resolver a situação, fazer, neste momento, a aquisição dos serviços através deste decreto – lei.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Dr. Vasco Cunha.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

“Queria dirigir uma pergunta muito directa ao Sr. Vice – Presidente, por forma, também, a acautelar o voto da nossa bancada. Aquilo que eu queria saber é se para este procedimento podemos ter a certeza por parte do Executivo Municipal se há ou não cabimentação para o efeito?” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Sr. Vice – Presidente.” -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Na nossa parte há a garantia que essa cabimentação existe a partir do momento que é considerado o término do procedimento. Este é o compromisso e como podemos ver a verba que está aqui designada é o tecto máximo para procedimentos desta natureza.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Dr.ª Odete Cosme.” -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“E a verba que não está neste procedimento e que neste momento está em dívida à empresa que já está a fornecer os serviços?” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Sr. Vice – Presidente.” -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Sinceramente não conheço qualquer dívida que haja nesta matéria.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Dr.ª Odete Cosme.” -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“Foi o senhor que disse que as pessoas estão a prestar o trabalho e que a Câmara tem que pagar à entidade que as está a contratar, portanto, existe uma dívida. E o cabimento dessa dívida? Peço desculpa mas as pessoas já estão a trabalhar.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Sr. Vice – Presidente.” -----

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Não tenho mais nada a acrescentar.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Mais intervenções? Não havendo mais intervenções passamos à votação.” -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Ratificação dos procedimentos de contratação pública, referentes à aquisição de serviços de desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular e actividades de apoio à família no Concelho do Cartaxo. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a Ratificação dos procedimentos de contratação pública, referentes à aquisição de serviços de desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular e actividades de apoio à família no Concelho do Cartaxo com 11 votos a favor do PS, 5 votos contra, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do B e 6 abstenções, 2 do Grupo do PS e 4 do Grupo do PSD. -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, do PS, fez a seguinte intervenção: -----

“Sr.ª Presidente para referir que o Sr. Presidente da Junta de Pontével teve de ausentar-se devido ao facto da sua esposa ter-se sentido mal e encontrar-se a fazer exames no Hospital.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

“Queria fazer uma declaração de voto em relação a esta última votação e dizer que o nosso voto resulta das dúvidas sobre as metodologias legais aplicadas para este efeito.” -----

Ponto 12 – Plano Pormenor do Parque de Negócios do Cartaxo – ALE. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

“Pergunto se as bancadas já estão esclarecidas e se já podemos votar o ponto? Dr. Pedro Mendonça.” -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

“Sr.ª Presidente estivemos com atenção aos pontos que estavam a ser votados e por isso, pedimos 5 minutos para analisar este.” -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Por favor não ultrapassem os cinco minutos." -----

Foi dado um período de 5 minutos para que as diversas bancadas pudessem analisar o documento em questão. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Intervenções? Dr. Vasco Cunha." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, fez a seguinte intervenção: -----

"Só para fazer aqui uma menção, de acordo com o protocolo da Câmara este documento foi recepcionado no dia 26 de Abril, e tem uma referência mais acima que terá sido destinada ao Sr. Vice – Presidente no dia 26 de Abril e portanto à data da realização da reunião do Executivo Municipal este documento estava na Câmara há várias semanas. À data de hoje passaram outras variadas semanas e portanto não sei como se pode dizer que os serviços, não estando neste momento disponíveis ou abertos para facultarem o documento, podem passar a responsabilidade deste mesmo não ter sido distribuído, hoje aqui já nesta Assembleia Municipal, dizendo que os serviços estavam fechados e não estava cá o principal responsável dos serviços para fazer a diligência de nos facultarem os documentos. -----

Relativamente aquilo que vamos fazer neste ponto da ordem de trabalhos, aquilo que requeremos à Sr.ª Presidente é que na acta desta reunião fique exactamente tudo o que se passou ao longo da reunião, e que para esse feito na conclusão deste ponto da ordem de trabalhos seja acrescentado aquilo que foi deliberado por parte da Assembleia Municipal. Para o efeito, e uma vez que haver de certo uma admissibilidade, terá de ser feita uma admissibilidade, para que este ponto volte de novo a ser discutido na ordem de trabalhos, nós daremos o acordo a essa admissibilidade. -----

Sobre a votação do ponto da ordem de trabalhos, o sentido de voto da bancada do PSD é de abstenção como forma de protesto à forma como tudo isto ocorreu nesta Assembleia Municipal. Não temos rigorosamente nada contra a esta empresa que se quer instalar no Cartaxo, considero que qualquer tipo de suspeita ventilada sobre esse propósito, que é uma ofensa relativamente a tudo aquilo que temos feito neste propósito, a votação que fizemos no ponto seguinte na ordem de trabalhos sobre a isenções de imposto relativamente à empresa no Cartaxo, são a prova demonstrativa do que é que pensamos sobre isto, e portanto o nosso voto de abstenção relativamente a este ponto de ordem de trabalhos única e exclusivamente se destina à forma como se procedeu na Assembleia." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Vou por à votação a inclusão deste ponto." -----

A inclusão do ponto nº 12, Plano de Pormenor do Parque de Negócios – ALE, foi aprovada por unanimidade, com 22 votos a favor, 13 do Grupo do PS, 4 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Dr. Pedro Mendonça." -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr.ª Presidente repito aquilo que o Dr. Vasco Cunha disse que a acta desta Assembleia reflecta exactamente, porque as Assembleias são gravadas, peço uma transmissão correcta, e não como as anteriores, para o que se perceba o que aqui se passou; porque efectivamente este documento foi visto, foi recepcionado pelo Sr. Vice – Presidente a 26 de Abril. Era mais que tempo Sr. Vice – Presidente de o mostrar a quem o tem que o aprovar. Porque o senhor há pouco quando chantageou esta casa e disse quem não votava este ponto era contra o Parque de Negócios, o Sr. Vice – Presidente sabia perfeitamente que tinha tido todo o tempo do mundo para nos mostrar, e isto vem justificar a primeira moção que apresentei hoje a umas horas atrás que tão indignados ficaram, pois está aqui a prova de quando os documentos não são dados, não são dados porque os senhores não os querem dar. Porque os senhores não nos querem dar tempo para analisarmos, porque os senhores quando vêm com 'falinhas mansas', pedindo colaboração da oposição, o que os senhores estão a fazer é política barata. -----

E quando eu emprego palavras como, populistas e demagógicos, não sou eu que sou agressivo, eu estou a representar os cidadãos que me elegeram e é perante eles que eu respondo e que gosto de andar de cabeça erguida. E por isso, apesar de uma altura de crise, como a que vivemos, eu quero andar na rua com a cabeça erguida. E quero dizer que não compactuo com trapalhadas pensadas e premeditadas como se passou hoje aqui. --- Nós vamo-nos abster apesar de sermos a favor como a nossa votação no ponto seguinte demonstrou. Mas peço-lhe Sr. Vice – Presidente, o senhor já disse nesta casa, dezenas de vezes, que não se vai repetir, que não se torna a repetir, peço-lhe nunca mais diga isso. Agora nunca mais repita este tipo de comportamentos." -----

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Prof.ª Emília Soares." -----

--A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares, da CDU, fez a seguinte intervenção: -----

"Neste curto espaço de tempo que foi feita a análise deste documento, nós olhámos, também, para esta data, não percebemos e acho que foi uma atitude um pouco infeliz da parte do Sr. Vice – Presidente de haver um esconder porque isto nem tem nada que esconder, é simples, embora eu ainda tenha algumas dúvidas, mas não vou colocá-las aqui, mas de facto isto é sobre o ruído. Eu estive a ler sobre o ruído e as zonas mistas. Mas de facto entristece-nos porque parece que houve uma altura que nos levou quase à coação, 'votem, votem', eu não tinha essa concepção do Sr. Vice – Presidente e não percebo porque se escondem, às vezes, algumas coisas? ----- De facto por este processo ter sido um pouco 'embrulhado' e porque queremos ser coerentes com nós mesmos, vamos nos abster na nossa votação. -----

Entretanto dizer, também, que nesta casa há alguns anos quando se falou no nó da auto-estrada e que foi na voz da CDU, pela minha voz como provam algumas actas, em que nós defendemos uma zona industrial para o Bairro do Falcão. E portanto, somos favoráveis a isso, a tudo que traga emprego, tudo o que traga melhoria na qualidade de vida dos cidadãos do nosso Concelho, nós aprovamos, agora não conseguimos aprovar coisas que são um pouco tristes.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Sr. Vice – Presidente.”

--O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, Eng. Paulo Varanda, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Em relação aquilo que o senhor Deputado Vasco Cunha disse, eu só queria esclarecer que não estamos aqui a votar nenhuma empresa, não estamos aqui a votar nenhum Valley Park, estamos simplesmente a votar um instrumento de ordenamento do território, que é o plano de pormenor. Ora justamente com esta argumentação eu gostava de justificar, que aparentemente foi o que também entenderam, que este parecer não sendo vinculativo, nada acresce em relação ao teor da informação que é necessária para a análise.

Nós, na documentação distribuída, continuo a dizer, que tínhamos todos os elementos necessários para a análise que ao fim ao cabo, se resumiam à informação técnica, mas ainda é bom que tudo fique registado em acta, inclusivamente no meu esforço de entrar no Departamento de Planeamento e Administração Urbanística e nas pastas, que eu sinceramente não conhecia a organização, procurar e esmiuçar onde estava esta documentação que, sinceramente, foi a única razão pela qual não vos foi distribuída logo em primeiro lugar. Por outro lado, não era necessário para a decisão, está aqui comprovado.

De qualquer forma, sendo minha convicção, não ser necessário, têm-no na mão e não houve aqui, francamente, esconder o quer que seja, aliás está à mão, à mostra pelo teor do parecer. Não é condição para ser aqui votado a existência deste parecer ou a existência da restante documentação que a bem ver e com esse entendimento seria tão pertinente como o próprio parecer da CCDR. Nós estamos a votar é um plano de pormenor, volto a referir é o plano pormenor, não é nenhuma empresa nem é absolutamente mais nada. É algo que percorreu todos os caminhos e tramitações legais e que chegou a este ponto de ter que ser aprovado pela Assembleia.

Acredito que é tão simples quanto isto que vos estou a transmitir, não haveria aqui necessidade de nenhuma documentação adicional, creio que isto está comprovado pela leitura que tiveram a oportunidade de levar a cabo.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Dr.ª Odete Cosme.”

--A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a seguinte intervenção:-----

“Sr. Vice – Presidente mais uma vez as suas declarações demonstram que o senhor não está inteiramente dentro das regras legais e dos documentos que está a falar. Um plano de pormenor tem que respeitar regras e elas estão aqui mencionadas neste parecer, algumas delas. Portanto, nós nunca poderíamos votar um documento que não estivesse de acordo com as regras e para o sabermos tínhamos de ter o parecer de uma entidade que é aquela que tem competência para dizer se os planos pormenor estão bem ou mal. Não é o Sr. Vice – Presidente que tem essa competência.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Eng. Pedro Barata.”

--O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata, do PSD, fez a seguinte intervenção:-----

“O Sr. Vice – Presidente tentou agora com esta declaração sabendo que já foi solicitado que tudo fique escrito na acta, tentou agora corrigir as suas acções, mas essas já ficaram para todos nós e para todos os que assistiram à sua atitude. Todos nós verificámos a sua boa vontade quando vos foi pedido a vós Executivo, para ir buscar, todos nós verificámos a sua boa vontade e o seu gesto em recusar ir procurar ou verificar. É que fique bem claro na acta e para esta Assembleia e para todos os presentes, que o senhor só foi buscar, a teimosia terminou, quando verificou que não havia quórum para fazer passar o ponto, e foi nessa altura que o senhor foi buscar o documento para corrigir esse aspecto.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Sr. Fernando Ramos.”

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Ramos, do PS, fez a seguinte intervenção:-----

“Era só para dizer que há dias na vida que nós não devemos ter receio de decidir, ainda por cima, quando o Sr. Vice – Presidente diz que existe o documento e ainda por cima, julgo eu, que estas assinaturas da arquitecta e do engenheiro não são falsas.

Voltando um pouco atrás, ainda há pouco o senhor Deputado Pedro Mendonça questionou a Sr.ª Presidente em relação à Assembleia estar parada. Naquele curto espaço de tempo, se calhar hoje o Concelho do Cartaxo enriqueceu pelo emprego que aí vem.”

--A Sr.ª Presidente, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

“Não havendo mais intervenções, passamos à votação.”

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação o Plano Pormenor do Parque de Negócios do Cartaxo – ALE.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar o Plano Pormenor do Parque de Negócios do Cartaxo – ALE com 14 votos a favor do Grupo do PS, 0 votos contra e 9 abstenções, 4 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 votos Grupo do BE.-----

[Handwritten mark]

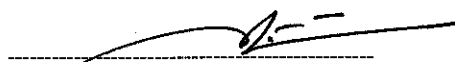
A Sr.ª Presidente antes de dar por encerrada a sessão, propôs que a Assembleia Municipal aprovasse a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

--Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, dos membros presentes aprovar a acta sobre forma de Minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

--ENCERRAMENTO: Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão, às vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia. -----

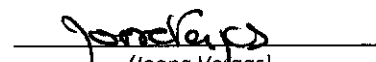
--Para constar se lavrou a presente acta, e eu, Joana Maria Ferreira Vergas, a redigi e subscrevi, vou assinar junto da Presidente. -----

A Presidente,



(Maria Manuel Simão)

A 2ª Secretária,



(Joana Vergas)

Aneexo 1

pg. 1
Fho
Jaredes



VOTO DE PESAR

Vitor Jarego exmplo da determinação e convicção do amor ao Cartaxo e suas gentes deixou-nos no passado dia 26.

Assim o Grupo PS propõe que esta Assembleia guarde um minuto de silêncio por tão nefasto acontecimento que deixa os órgãos autárquicos do concelho mais empobrecidos pela perda de tão empreendedor autarca da Assembleia de Freguesia do Cartaxo, bem como apresente à família enlutada o seu voto de pesar.

Cartaxo, 28 de Setembro de 2010

P'lo Grupo PS

Amoraz

2
phw
Jarego

www.pscartaxo.org

Partido Socialista
cartaxo



PS

VOTO DE PESAR

O Cartaxo perdeu uma figura que ficará para sempre ligada à história do associativismo do nosso Concelho.

Victor Manuel Rocha Ribeiro Jarego foi um homem que sempre se pautou pela dedicação, empenho, serenidade e responsabilidade nas causas que abraçou.

São muitos os adjectivos que poderíamos aplicar a este homem com quem muitos de nós tiveram oportunidade de privar, tal era a sua disponibilidade e dedicação que pôs em cada uma das funções e dos cargos que desempenhou.

Pessoa de trato fácil, sempre disponível para ajudar o próximo, o Sr. Victor deve constituir um exemplo para todos nós, pela forma como colaborou e se empenhou nas causas em que acreditava.

A sua morte marca com profunda tristeza o concelho, que se despede de um dos seus Homens Bons, na certeza de que o seu nome ficará gravado na memória colectiva.

Assim, o Grupo Parlamentar do PS propõe que a Assembleia Municipal do Cartaxo aprove um voto de pesar pelo falecimento de Victor Jarego apresentando as suas mais sentidas condolências a familiares e amigos.

Se aprovado, enviar cópia para:

- A família de Victor Manuel Rocha Ribeiro Jarego.

PROPOSTA

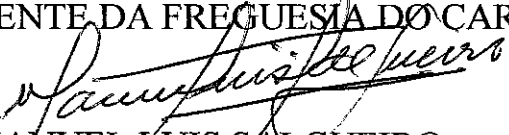
Na qualidade de Presidente da Freguesia do Cartaxo, proponho à Assembleia Municipal, que seja concedido um Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor **Vítor Manuel Rocha Ribeiro Jarego**, Tesoureiro da Junta do Cartaxo.

O Vítor foi, sem sombra de dúvidas, um dos Grandes Homens da nossa Terra e que com simplicidade, nobreza e solidário, foi um exemplo de coragem, dedicação e empenho em tantas e tantas áreas, quer a nível cultural quer a nível social, em prol do Cartaxo e das suas gentes.

O Cartaxo está de luto, ficou mais pobre e certamente o Vítor jamais será esquecido.

Obrigado e Bem-Haja.

O PRESIDENTE DA FREGUESIA DO CARTAXO


MANUEL LUIS SALGUEIRO



Anexo 05

4
Plut
Gondalves

PROPOSTA

A Bancada da CDU com assento na Assembleia Municipal do Cartaxo, vem propor que na justa homenagem que é devida a um Ilustre Cartaxeiro, Republicano com a maior envolvimento na implantação da Republica Portuguesa e Primeiro Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, **FRANCISCO JOSÉ PEREIRA**, atribuindo o seu nome a uma Rua ou Avenida da cidade do Cartaxo, bem como a inserção da sua fotografia na sala de sessões desta Edilidade ao lado de Autarcas que como ele governaram o nosso concelho.

A Bancada da CDU

Francisco José Gonçalves

Rodrigo Amado Rodrigues

Cartaxo, 28.09.2010



MAIS JUVENTUDE, MAIS CARTAXO

Partido Socialista
cartaxo

Moção *Recomendação*

Cartaxo 2.0: POINT - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica

No paradigma emergente da afirmação da sociedade do conhecimento, a aposta nas potencialidades das novas tecnologias tem de ser uma prioridade. O advento das Tecnologias da Informação oferece um vastíssimo leque de opções e alternativas tecnológicas que podem representar um salto qualitativo na oferta de serviços, trazendo valor acrescentado, tanto para a população, como para o tecido empresarial. A adequação dos processos de negócio e a implementação de Sistemas de Informação são imprescindíveis face a esta nova realidade, e ainda permitem um rápido retorno do investimento com óbvias vantagens competitivas para todos os intervenientes.

No nosso concelho, a adopção de Sistemas de Informação como parte integrante dos modelos gestão e de negócio, quer da autarquia quer do sector privado, é ainda diminuta, pelo que, é urgente começar a apostar na inovação tecnológica, mas acima de tudo é urgente apostar no talento dos nossos jovens, sob pena de continuarmos a assistir à sua fuga para os grandes centros urbanos, na legítima procura de melhores condições e oportunidades profissionais.

Deste modo, esta moção propõe a realização de um programa anual ou bianual para incentivo à inovação tecnológica. Este concurso, será destinado a todos os jovens do concelho, e pretende eleger os melhores projectos e ideias de base tecnológica, cujos temas podem ser transversais a todos os sectores de actividade presentes no nosso concelho.

Esta moção pretende essencialmente atingir os seguintes objectivos:

- Estimular o empreendedorismo e inovação no sector da Informática e das Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Reter e captar o know-how dos nossos jovens promovendo a sua fixação no concelho;
- Premiar e divulgar os projectos e ideias inovadoras;
- Promover o desenvolvimento tecnológico do nosso concelho;



Esta iniciativa pretende ser um veículo impulsionador, um gerador de mudança tecnológica, de modo a contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade do nosso concelho, bem como, ajudar a valorizar os conhecimentos dos participantes como garante de um futuro promissor para o nosso concelho.

Com os melhores cumprimentos,

Pela JS Cartaxo

Paulo Caetano (Membro do Secretariado da JS Cartaxo)

Subscrito:

Ana Rita Rodrigues

Anexo 7

O Bloco de Esquerda

vem solicitar a

Senhora Presidente a

prolongamento do

período antes do

ordem do dia

pelo tempo previsto

no Regimento

os membros do BE

destituídos
poder



Amoroso

G. 1
Fut
Jornalistas

MOÇÃO (1)

Perante a situação criada pelo Executivo ao não responder à esmagadora maioria das questões e pedidos de documentação legitimamente solicitadas em Assembleia Municipal pela oposição, nem oralmente nem por escrito.

Perante a cumplicidade da Mesa da Assembleia, ao não denunciar publicamente e perante as devidas autoridades este grave atropelo ao regular funcionamento da democracia e à divisão de poderes, vê-se o Bloco de Esquerda obrigado a propor a esta Assembleia um voto de forte repúdio ao défice democrático existente no Concelho do Cartaxo.

Responsabilizamos o Executivo por esconder dos representantes do Cidadãos aquilo a que é obrigado por lei a partilhar e discutir.

Responsabilizamos a Mesa desta Assembleia por permitir não denunciando esta triste situação, que se vem arrastando há demasiado tempo.

Não se pode dizer que 100 anos após a Proclamação da República, a democracia esteja de boa saúde no Concelho de Cartaxo. Não há Democracia sem transparência, diálogo ou respeito pela Lei.

Membros da Assembleia Municipal
Pedro Mendonça, Odete Cosme



Ames S

7.2
Plu
jardins

MOÇÃO (2)

O Bloco de Esquerda não aceita modelos de governação local baseados numa gestão nebulosa que levam a climas de suspeição, por isso quando nos deparamos com contradições entre o discurso e acção, questionamos e confrontamos, aqui, em Assembleia Municipal.

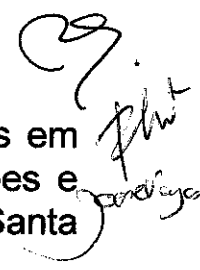
Hoje afirmamos que há algo de muito opaco relacionado com um assunto fulcral para o desenvolvimento do concelho: Os investimentos anunciados pelo Sr Presidente do Executivo no Plano Estratégico 2008-2018 que apontava o Cartaxo como Centro de Qualidade de Vida no País.

Afirmou o Sr Presidente do Executivo em Março do ano passado, na apresentação do Plano Estratégico, que:

- Até 2018, a autarquia previa investir cerca de 275 milhões de euros no concelho, dos quais 122,5 milhões viriam directamente da administração central, 17,5 milhões de euros do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) e o restante de parcerias privadas.
- Também afirmou o Sr. Presidente que 17,5 milhões de euros – os maiores apoios comunitários de sempre a fundo perdido estão assegurados.
- No mesmo dia, afirmou também que o Município iria candidatar até ao final desse longínquo mês, obras no valor de 38 milhões e 700 mil euros.

Para nossa infelicidade a realidade é outra:

- Dos 38 milhões e setecentos mil euros que iriam ser candidatados ainda estão na gaveta e por candidatar mais de 13 milhões de euros referentes ao Reperfilamento e Requalificação da Rua Serpa Pinto, Regeneração Urbanística da área do Campo da Feira, Pavilhão Multiusos e Parque Urbano adjacente, Requalificação Urbana da Ribeira do Cartaxo, Centro Tecnológico e Documentação, Vinho e Desenvolvimento Rural e Despoluição e Recuperação da Ribeira do Cartaxo.

- 
- Dos 17 milhões e meio de euros que dizia estarem assegurados em Março de 2009, apenas estavam a 15 do corrente mês, 4 milhões e oitocentos mil euros referentes à União dos Jardins e Parque de Santa Eulália.
 - Dos 122,5 milhões de euros da administração central só está concluído e em elaboração cerca de 3 milhões e meio de euros (Esquadra da PSP, Creche de Vale da Pedra e Serviços de Administração da Justiça).

Perante esta realidade que contraria em absoluto as promessas do executivo camarário, propomos um voto de repúdio pela continuada falta de respeito pelos Cidadãos do Concelho do Cartaxo ao prometer aquilo que já sabe não ir fazer.

Membros da Assembleia Municipal
Pedro Mendonça, Odete Cosme

Ponto de Situação das candidaturas / Operações do Município do Cartaxo submetidas ao INALENTEJO

Designação da Candidatura / Operação	Estado da Candidatura / Operação	Investimento Total proposto	Contratualizada com CIMILT	Investimento Elegível Aprobado	Participação FEDER	Data aprovação
Mobilidade Territorial / Rede Rodoviária Aldela Palhota	Aceitação concluída Em aceitação	1.610.344,95 1.183.125,00	Sim Sim	-	-	-
Operação de Introdução de Tecnologia de Informação para melhoria de Gestão de Relacionamento com o Município e Modernização dos processos administrativos internos	Não Aceite	726.438,02				
Escola Básica Integrada de Pontével	Em aceitação	2.222.164,00	Sim	-	-	-
Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Marcelino Mesquita	Em aceitação	3.562.828,00	Sim	-	-	-
Valorização e Qualificação Urbanística das Freguesias Rurais do Sul do concelho do Cartaxo	Aceitação concluída	315.000,00	Não	-	-	-
Requalificação e Promoção Ambiental, Valorização das Freguesias da Valada, Vila Chã de Ourique e Vale da Pedra	Aceitação concluída	630.000,00	Não	-	-	-
Centro Escolar de Pontével - EBI e JI D. Sancho	Em aceitação	3.212.417,35	Sim	-	-	-
Parque Central União dos Jardins (*)	Aprovada c/ contrato celebrado em 17-08-2010	4.087.912,06	Não	3.972.990,07	2.165.144,54	15-06-2010
Requalificação Ribeira Cartaxo e da Quinta de Santa Eulália (*)	Aprovada c/ contrato celebrado em 19-07-2010	838.232,70	Não	838.232,70	451.555,96	08-03-2010
TOTAL		18.388.462,06		4.811.222,77	2.636.700,50	

(*) A entidade beneficiária que apresentou a candidatura é a Empresa Municipal Rumo 2020

UC 15-09-2010



José Ferreira <nicolau.familia@gmail.com>

[Handwritten signature]

Pedido de dados

6 mensagens

Mail Geral <geral@cimlt.eu>

10 de Setembro de 2010 17:04

Para: nicolau.familia@gmail.com

Acusamos a recepção do vosso email e cumpre-nos informar o seguinte:

1 – O município do Cartaxo no âmbito da contratualização entre a CCDR Alentejo e a CIMLT tem previsto para o período de 2007-2013 um FEDER de aproximadamente 7.433.333€.

2 – O município submeteu até à presente data para apreciação/aprovação as seguintes candidaturas:

- Centro Escolar de Pontével – EB1 e JI D. Sancho I no montante de investimento 2.281.749,88€ e de FEDER de 1.825.399,90€;

- Mobilidade Territorial/Rede Rodoviária num investimento de 1.601.909,81€ e de FEDER 1.121.336,87€.

3 - Segundo o município nas próximas duas semanas irá apresentar as candidaturas relativas à Modernização Administrativa, Escola de Negócios e Valada do Ribatejo.

Mais se informa que os valores mencionados de investimento elegível e de FEDER podem ser corrigidos em sede de análise das candidaturas.

Com os melhores cumprimentos,

CIMLT

CDU

para uma
vida melhor!

Ame 10

Amorais
Phut

FORMAÇÃO,

VIVER MAIS, VIVER MELHOR/UNIVERSIDADES...

Algumas Questões

Muito se tem falado sobre este tema, sendo protagonista principal, o Município do Cartaxo.

Na Conferência de apresentação da Universidade Sénior da Câmara Municipal do Cartaxo, no Centro Cultural dia 11 de Setembro, percebemos que o Programa Viver Mais Viver Melhor seria absorvido por esta nova instituição.

Posteriormente ou seja esta semana constatámos que está afixado por todo o lado o cartaz de informação para as inscrições no referido Programa.

Numa Sessão de Câmara em Julho a da Direcção da Sírius foi apresentar o Projecto de criação da sua Universidade e pediu apoio logístico ou outro, o Executivo prometeu-lhes apoio.

Também o Prof. Mário Júlio, Vereador da CDU propus ao Executivo nessa dita sessão, que houvesse uma reunião entre as partes envolvidas, para aclarar tendo a mesma sido aceite por esse órgão.

Como é natural gostaríamos de ter informação correcta da situação, assim queremos saber o que se passa:

- O Programa Viver Mais, Viver Melhor fica tal como está independente de qualquer Universidade?
- A Câmara assume a Universidade que apadrinhou?
- A reunião com os envolvidos não foi realizada? E se não porquê?
- Qual será o apoio prometido que dará à Universidade da Associação Sírius?

Lamentamos toda esta confusão! Para quem ultimamente tem defendido o Orçamento Participativo e não se senta para negociar esta questão, como se diz na nossa zona "muita parra e pouca uva" Quem ficou mal na fotografia foi a Câmara.

A Bancada da CDU

Mário Fúlio de Jesus Soares
Rodrigo Amador Rodrigues
Fúlio

Cartaxo, 28.09.2010

Recomendações

É sobejamente conhecido o estado degradante em que se encontram todas as ribeiras e linhas de água do concelho. O aumento de poluição aliado ao abandono da manutenção que as entidades competentes deveriam fazer e não fazem, está na origem do actual estado de degradação.

Não é preciso conhecermos muito de Ciências Naturais ou Ecologia para sabermos qual a importância que desempenham todas as linhas de água (rios e ribeiras) nas nossas vidas e na própria Natureza.

Por isso compete-nos a todos nós zelar por elas, daí o papel das Autarquias e de todas as entidades competentes nessa Recuperação Natural que é necessário e urgente fazer.

Alertamos para o estado em que encontra a Vala Real, que rasga o nosso concelho a sul, passando pelo território de três Freguesias, Vila Chã de Ourique, Cartaxo e Vale da Pedra, realçando as povoações outrora piscatórias dos lugares de Santana e Ponte do Reguengo. As Águas que correm naquele leito já foram habitat para muitas espécies de peixes e sustento de muitas famílias, mas hoje podemos constatar com os nossos próprios olhos a cor negra das águas que descem até ao palácio da Rainha na Azambuja. - Dizem-nos que é supostamente das descargas da fábrica de tomate de S. João da Ribeira quando ela se encontra em funcionamento.

Não há ninguém que ponha cobro a estes atentados?

Aqui bem mais perto de nós, no seio da nossa cidade, onde no tempo se foi esbatendo a imagem que o Cartaxo era Terra de Bem Estar, onde o homem e a natureza se confundiam, era referenciada por escritores e artistas de cinema a referiam e anunciavam, como "Terra para uns bons banhos nas águas do Cartaxo", infelizmente agora constatamos o seguinte:

Nas entradas da cidade correm duas ribeiras completamente desbastadas pela poluição, Ribeira do Algar e Ribeira do Valverde.

Esta última apresenta um grau de poluição que está à vista de todos. Está situado numa grande parte geográfica de um dos mais populosos bairros da cidade, ao lado encontra-se um espaço de lazer, (Jardim Parque da Música) uma Associação de Utilidade Pública, S.F.C., uma Circular Urbana por onde passam milhares de veículos e um Parque Infantil onde brincam e crescem as nossas crianças. Os cheiros nauseabundos, a bicharada, o lixo, o matagal e um tapadão que ali foi colocado para cobrir as manilhas, encontra-se desprotegido, sem qualquer protecção ou vedação, correndo o risco de uma criança ali cair e sofrer danos irreparáveis. (fica mesmo por trás da SFC e ao lado do P. Infantil)

Já foram várias vezes, as vozes que se manifestaram, alertando para esta preocupação, mas o caso continua por resolver.

Senhora Presidente, agradecemos que com carácter de urgência informasse o Executivo Municipal, para que o mesmo tome de imediato medidas com vista à solução do problema.

A Bancada da CDU

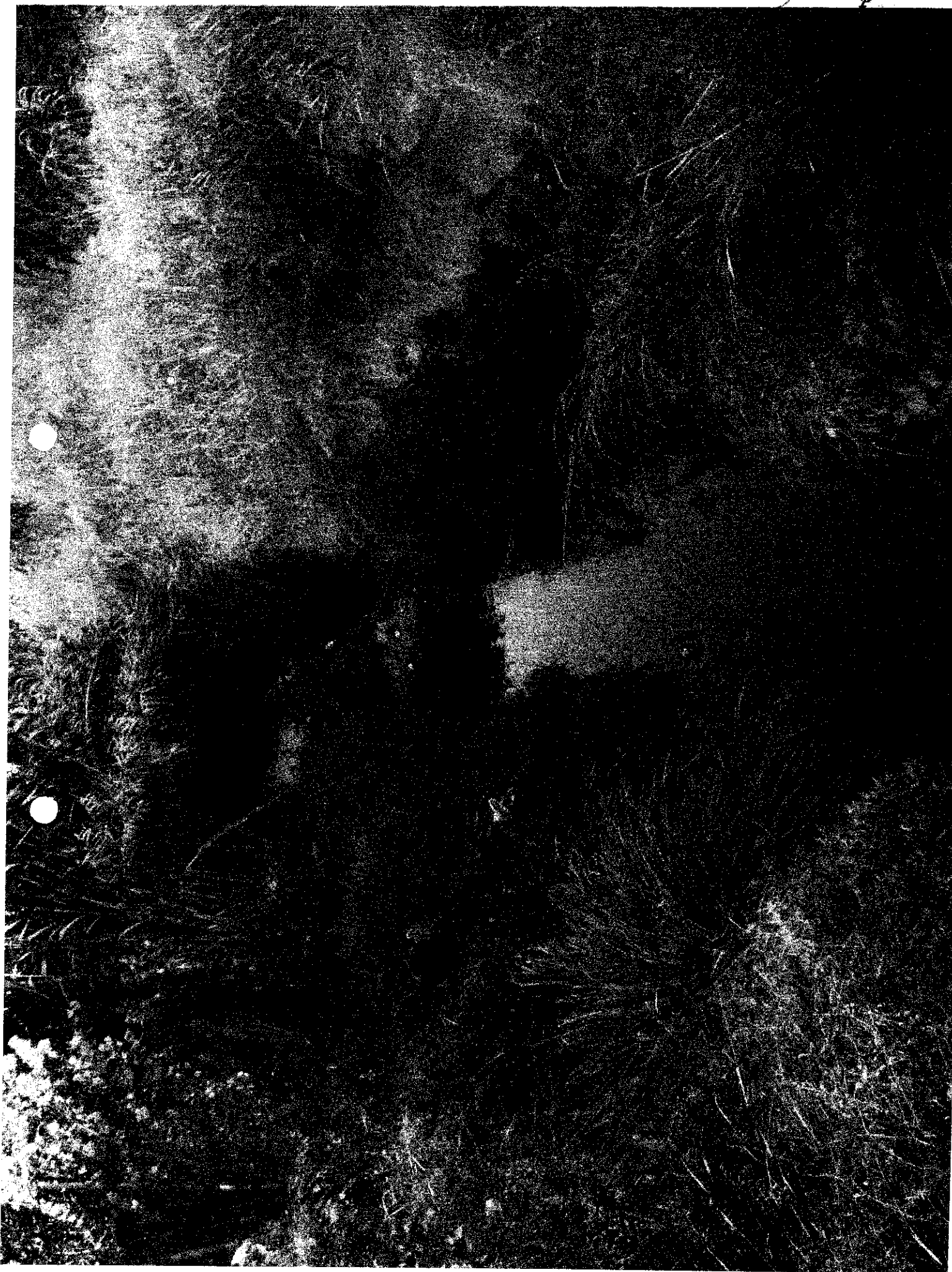
Paula Daniela da Costa Soares
Rodrigo Amado Rodrigues
[Assinatura]

Cartaxo, 28.09.2010

Junto anexo cópia com foto do local referido no 7º parágrafo.

João Reis

RIBEIRA DO VALINHO AUNTO AO PARQUE IMPERIAL E S. E.





Ameco 12

Intervenção
~~Mesa~~

3.
Phut
janeiro

Perante o Parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC) e a Informação Semestral sobre as Contas da Autarquia, surgem-nos fundadas dúvidas sobre a capacidade deste executivo, levar a bom porto os destinos da autarquia.

São necessárias respostas, até que por lei o executivo está obrigado a dá-las:

- Como justifica o executivo a manutenção das RESERVAS, com que o revisor oficial de contas se defende de há três anos até hoje?
- Porque está relevada nas demonstrações financeiras a verba de €17.500.000 de um incentivo NÃO REEMBOLSÁVEL, que segundo o ROC permite um resultado falso no semestre? Cá está uma das razões para a dita reserva com que se defende.
- Como é possível o ROC afirmar no seu parecer que a informação financeira NÃO ESTÁ ISENTA de distorções que afectem a sua conformidade contabilística e legal ?
- Como é possível que no espaço de 6 meses, apesar de todos os estratagemas que esta informação financeira possa conter, depois do encaixe de 3,5 milhões de euros da primeira tranche da venda das águas, passarmos de um resultado positivo em Dezembro de 2009 para um resultado negativo de 423.216 euros em 30 de Junho de 2010?
- Como é possível que as Despesas Correntes comprometidas (despesas já efectuadas) sejam quase o dobro da Receita Corrente efectivamente recebida?
- Como é possível que as Despesas de Capital comprometidas (já efectuadas), seja superiores em 17.400 milhões de euros às Receitas de Capital efectivamente recebidas?

- Como é possível o ROC dizer que o endividamento de curto prazo é de 775 mil euros e o de médio e longo prazo de 17 milhões de euros quando os números do Balanço dizem que dívidas a terceiros de curto prazo rondam os 18 milhões de euros e as dívidas a terceiros de médio e longo prazo rondam os 23 milhões de euros?

A bem da nossa terra, é urgente clarificar, é urgente assumir os erros, é urgente mudar o rumo e gerir responsabilmente o dinheiro de todos.

Não somos só nós, Bloco de Esquerda que exige respostas a estas questões, não somos só nós, Bloco de Esquerda, que exige a este executivo transparência nas contas e o fim de discursos e afirmações populistas e demagógicas que o executivo teima em fazer, são os cidadãos do Cartaxo que o Exigem.

Por essa razão propomos um voto de rejeição absoluta aos documentos apresentados neste âmbito para análise, e exigimos em nome dos Cidadãos contas claras e dentro do enquadramento legal.

Os membros do Bloco de Esquerda
Pedro Mendonça/Odete Cosme

Handwritten signature and initials



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

INTERVENÇÃO

Data : 28 de Setembro de 2010

N.º de Páginas : 3

Assunto:

"Parecer do Auditor Externo" e "Informação Semestral sobre a Situação Económica e Financeira" da Câmara Municipal do Cartaxo

I – Parecer do Auditor Externo

1 - O Parecer do ROC designa-se por "Parecer do Fiscal Único sobre a informação financeira semestral"? Os Municípios não têm Fiscal Único. De acordo com a Lei das Finanças Locais, a Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro, artigo 48, é o Auditor Externo quem procede anualmente à revisão legal das contas ou remete semestralmente ao órgão deliberativo do município a informação sobre a situação económica e financeira....

2 - Parágrafos 3 e 4 do Parecer **deste** "Fiscal Único" - Responsabilidades

- a) Quem deve elaborar as contas? O Órgão Executivo do Município, tal como consta do parágrafo 3;
- b) Quem deve verificar as contas? O ROC, tal como consta do parágrafo 4. Mas quem as elaborou foi o ROC (a Informação aparece em papel timbrado da SROC). Curiosas confidências... o nosso Fiscal Único ou ROC está-se a revelar zeloso...

3 - As contas da CMC continuam com DISTORÇÕES DE MILHÕES DE EUROS como podemos verificar nas RESERVAS constantes do Parecer.

De acordo com o ROC e descodificando o parágrafo 8 - *"Encontram-se relevados nas demonstrações financeiras 17,5 MILHÕES DE EUROS referentes a um incentivo não reembolsável a receber até ao fim de 2010 (não foi já recebido desde Julho?!?!), o que se traduz num aumento do activo de igual valor (ou seja, empolamento do activo em 17,5 M€!!!), da situação líquida (o ROC queria dizer PASSIVO, mas não se atreveu a tanto!!!) em 14,6 MILHÕES DE EUROS e do resultado do semestre em 2,9 MILHÕES DE EUROS (empolamento do Resultado em 2,9 MILHÕES DE EUROS)".*



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signature and initials.

Todavia.... Podemos questionar com total segurança! Qual foi o Resultado do 1.º Semestre da actividade da CMC? Foi um **RESULTADO NEGATIVO DE 423.215,68€ (constatável nas págs. 1 e 3 da Informação)!!!**

Sabem qual seria o **RESULTADO DO 1.º SEMESTRE** se não tivesse havido o empolamento que motivou a **RESERVA NAS CONTAS**: seria de **3.339.882,68€ NEGATIVOS!!!** Mais de **3,3 MILHÕES DE EUROS NEGATIVOS!!!**

Mesmo com os toques mágicos, ficam aqui os números dos resultados do 1.º semestre de 2009 – positivo de 1.011.953,23€-, no final de 2009 - positivo de 272.658,13€ - e agora, negativo de 423.215,68€, para não dizer NEGATIVO de 3,3 MILHÕES DE EUROS!

Como temos constantemente afirmado e denunciado, a magia contabilística destes Executivos PS, liderados pelo Dr. Paulo Caldas, utilizada na construção dos Resultados, estará próxima do fim e a realidade tem vindo a demonstrá-lo. A conclusão do processo do concurso da concessão irá trazer-nos mais novidades, tristes novidades, do expediente que vinha sendo utilizado.

II - Informação Semestral sobre a Situação Económica e Financeira do Município

1 - Pelos dados constantes da Parte A - Execução Orçamental, ponto 1 - Orçamento da Despesa, ficamos a saber, fazendo as contas, que os níveis de execução orçamental rondam, nas despesas correntes, os 25,8% e, nas despesas de capital, os 9,3%. Quer isto dizer que dos 29,4 MILHÕES DE EUROS PREVISTOS para DESPESAS DE CAPITAL, apenas se realizaram 2,7 MILHÕES DE EUROS!!!!

Curiosamente, não nos é facultada qualquer informação sobre a Aquisição de Bens de Investimento. Talvez para não repetirmos os níveis de 2009! Lembramos quais foram... ZERO POR CENTO!

2 - Pelos dados constantes da Parte A - Execução Orçamental, ponto 2 - Orçamento da Receita, ficamos a saber, fazendo as contas, que os níveis de execução orçamental rondam os 20,5%, ou seja, dos perto de 53 MILHÕES DE EUROS que se previam arrecadar em 2010, foram cobrados perto de 11 MILHÕES!!! Em 6 meses que faltam até ao final do ano de 2010, faltam concretizar 43 MILHÕES DE EUROS... Ou seja quase 80% do Orçamento está por concretizar...

3 – Tal como continuamente afirmado, a situação com os Credores de curto prazo é a ruína desta gestão municipal... **Não se percebe como é que, em apenas 6 meses, as dívidas a terceiros - curto prazo aumentam de 14,3 MILHÕES DE EUROS para 18 MILHÕES DE EUROS!!!! São +3,7 MILHÕES DE EUROS** (ver a pág. 2 da Informação Semestral)! Tal como já aqui dissemos, é contabilisticamente insuportável perceber que o contrato de concessão já foi assinado, a CMC já recebeu verbas do mesmo e a dívida a fornecedores não pára de aumentar!!!

4 - Os resultados da actividade municipal continuam negativos em 571 MILHARES DE EUROS. A incapacidade para reformar a máquina municipal e estancar definitivamente as despesas supérfluas, não há resultados. Não havendo resultados (e receitas) e havendo aumento de custos duvidosos, há naturalmente, aumento das dívidas a pagar. Este é o resultado das opções deste ciclo Socialista dos últimos 10 anos!



Anexo 24

João Paulo
Pinto

Informação semestral

Sobre Situação Económica e Financeira

Ponto 2 da OT.

Mais uma vez a CDU tem razão em votar contra o Orçamento:

- Foi excedido o endividamento em quase 10 milhões de euros no que estava previsto de limite. As despesas correntes têm um aumento de + 125% e as despesas de Capital um aumento de 129,82%.
- Em contrapartida as receitas correntes têm uma execução de 76% e as de capital apenas 11%.
- No ponto E – Situação Económica e Financeira, porque é que se afirma “o Município não excede os limites de endividamento líquido em 30 de Junho de 2010? Visto que na página 2 no ponto B os dados dizem o contrário existe um endividamento líquido de **9.774.018,10€**. Gostaríamos de ser esclarecidos.

Quanto ao Parecer do Fiscal Único no ponto 9, face à descrição nele exposto, como pensa o Executivo resolver este problema? E qual a informação a dar?

A Bancada da CDU

Paula Fúlvio Gomes
Rodrigo Amado Rodrigues
Pinto

Cartaxo, 28.09.2010



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

INTERVENÇÃO

Data : 28 de Setembro de 2010

N.º de Páginas : 3

Assunto:

“Plano de Saneamento Financeiro” da Câmara Municipal do Cartaxo Relatório Semestral – até Junho 2010

1 – Os Antecedentes

Logo no início do mandato de 2005, foi anunciado que a prioridade do executivo Municipal de então apontava para a **CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA** das Contas Municipais. Porém, como a **CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA** não teve qualquer resultado, em 2008, reconhecendo o problema, o executivo Municipal propõe, então, o Plano de **SANEAMENTO FINANCEIRO**.

Grave desequilíbrio financeiro gerado e agravado pelo Executivo PS de Paulo Caldas, cujas medidas que se impunham eram de natureza estrutural e não conjuntural. O Executivo optou pelo Saneamento Financeiro... e MAL!

Tínhamos visto, nas últimas discussões sobre contas que nem com o recurso ao empréstimo para SANEAMENTO FINANCEIRO, isto é, para reprogramar a dívida e consolidar passivos financeiros, o Executivo Socialista conseguiu inverter o aumento do Endividamento Líquido.

Tínhamos também afirmado que relativamente ao cumprimento ou não do PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, o Executivo do PS não forneceu os elementos a que se encontra obrigado, inviabilizando qualquer apreciação do cumprimento do mesmo, nos termos do n.º 7 do art.º 40.º da Lei das Finanças Locais (LFL) e art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março.

2 – O RUMO DOS INCUMPRIMENTOS

- **PLANO DE MAXIMIZAÇÃO DA RECEITA**

No essencial, há a referir que o impacto das medidas de maximização da receita falhou consecutivamente em 2008 e 2009, ficando a execução aquém das expectativas.

Temos uma Câmara Municipal cada vez mais dependente das transferências que o Orçamento do Estado concretiza.... Já não há receitas proveniente das Águas Municipais e o conjunto dos Impostos Municipais tende a diminuir gradualmente.

A solução vai ficando mais limitada à engenharia financeira e contabilística ou passa pela alienação de património!!!

- **PLANO DE CONTENÇÃO DA DESPESA CORRENTE** (cfr. Pág. 7 do Relatório)

Verificamos o crescimento das rubricas de Juros e Outros Encargos ou da despesa com Amortizações de empréstimos que paulatinamente vão fazendo o seu caminho para a asfixia financeira municipal...

a) Recursos Humanos

Resultados:

- Reestruturação orgânica que deu em... **MAIS SERVIÇOS e MAIOR CONFUSÃO;**
- Procedimentos de recrutamento anulados e outras “óbvias melhorias” dos procedimentos de gestão de recursos humanos;
- **AUMENTO do efectivo;**
- **AUMENTO das Despesas com o Pessoal;**

b) Fornecimentos e serviços externos

Propunha-se:

- Melhoria de procedimentos de gestão;
- Criação de central de compras municipal, com obtenção de poupanças decorrentes da aplicação do Código dos Contratos Públicos, na ordem dos 7,5%, estimando-se menos 300.000€ em 2009;
- Redução de custos com energia, combustíveis, comunicação e seguros, com melhorias de gestão de frota dos veículos e renegociação de contratos, embora se estime a manutenção dos mesmos encargos em 2009;
- Renegociação de outros contratos de prestação de serviços ao Município.

Resultados:

- O que foi conseguido com estes objectivos?

c) Dívidas Por Pagar:

O aumento das dívidas a fornecedores (Curto Prazo) em 3,3 MILHÕES DE EUROS num único semestre...

A CMC está de regresso à acumulação de dívidas a fornecedores. Com uma diferença: o empréstimo para saneamento financeiro (ESF) já foi utilizado!!!!

As dívidas de curto prazo, após utilização do Empréstimo para Saneamento Financeiro passaram de 16,0M€ para quase 17,7M e as dívidas totais aumentaram de 27,9M€ para 40,7M€.

Em suma: O Empréstimo para Saneamento Financeiro foi um mero paliativo para uma doença prolongada.

- **ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO E ENDIVIDAMENTO COM EMPRÉSTIMOS MÉDIO/LONGO PRAZO**

Situação do Município face aos limites de endividamento... Pode-se verificar o seguinte:

- O LIMITE DE ENDIVIDAMENTO com empréstimos de médio/longo prazos foi excedido essencialmente pela contracção do Empréstimo para Saneamento Financeiro de 13M€;
- O LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO não foi excedido;



Anexo 16

João Vitor
Fw

Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano Financeiro

1º Semestre de 2010

A Bancada da CDU saúda o cumprimento da Lei quanto às obrigações do Município de apresentar os Relatórios Semestrais dos Planos Financeiros. Finalmente compreenderam que a oposição tem razão quando alerta para algumas falhas contribuindo positivamente para uma gestão autárquica mais transparente e eficaz.

Quanto ao documento em si constatamos que o endividamento líquido, nos 12 meses de 2009, é inferior ao endividamento líquido nos primeiros 6 meses de 2010, em quase 2 milhões de euros.

A conclusão a que se chega no ponto 6, como se pode ler "No Plano financeiro estão previstas medidas de contenção da despesa corrente e de maximização de receita, e é expectável que, no decorrer da execução do plano de saneamento, se proceda à reestruturação de algumas medidas, de forma a melhor adaptar o plano financeiro existente às actuais necessidades". Desde 2007 que deveriam estar feitas e aplicadas essas medidas. Portanto a conclusão de facto não nos diz nada. Gostaríamos de saber o que isto significa?

A Bancada da CDU

Maria Emília de Aguiar
Rodrigo Amado Rodrigues
[assinatura]

Cartaxo, 28.09.2010



Anexo 27

João Carlos
FV

Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano

Podemos concluir que a Rubrica designada por Reestruturação dos serviços de saneamento do concelho vai ser corrigida para mais 630 mil euros. Então o que se passa, porque o Município está a investir, quando concessionou estas rubricas no contrato de dia 13 de Setembro 2010?

Gostaríamos de saber para onde vai o dinheiro de todos nós contribuintes, que pagamos mensalmente para o lixo e saneamento na factura da água, quando os lixos dos Ecopontos passam mais de uma semana sem ser retirados provocando "o embelezamento da cidade" As Etar's que não funcionam a 100% ou não existem... Talvez se os cidadãos não pagassem essa verba as coisas melhorassem...

Concluindo em 9 meses de mandato estão-nos a propor a 2ª revisão do Orçamento, o que quer dizer que fizemos bem em votar contra o orçamento, sinal de que era desconhecedor das necessidades e sem ter em conta as realidades em vista.

Pelo exposto a Bancada da CDU votará contra.

A Bancada da CDU

Paulo António de Jesus
Rodrigo Amado
Paulo

Cartaxo, 28.09.2010



Ameco 18

Ameco 18
709
Fm

Imposto sobre Pessoas Singulares – IRS

No ano transacto ao ser aprovado a proposta de participação no IRS, o Sr. Presidente do Município afirmou que 100 mil euros da verba apurada seriam para aplicar na Acção Social, perguntamos tem relatório com a atribuição dessa verba para onde ou a quem e quando foi aplicada? Gostaríamos de ter conhecimento.

Esperamos que esta proposta a aprovar tenha uma verba com a mesma finalidade.

A CDU vota a favor

A Bancada da CDU

Mário Ferreira do Amaral
Rodrigo Amado Rodrigues
Fm

Cartaxo, 28.09.2010



Anexo 15

9
07.
Fur
Jonefago

Taxa Municipal do Direito de Passagem

Nunca vimos nem beneficiámos desta redução percentual nas facturas ou pagamentos das operadoras de comunicações no concelho do Cartaxo, pelo contrário fazem pagar-se bem por isso obtêm bons resultados financeiros, para além disso os resultados de cobrança de impostos que essas empresas pagam, não são uma mais valia para o Cartaxo porque as suas sedes sociais, não estão aqui localizadas.

Pelo exposto a CDU vota Contra.

A Bancada da CDU

Para Emílio de Aguiar
Fidelino Amato Rodrigues
[assinatura]

Cartaxo., 28.09.2010



Anexo 20

9.
Jorge Dias
phat

RECOMENDAÇÃO

O Bloco de Esquerda recomenda que juntamente com a prestação de contas, seja entregue, agregado ao Relatório de Gestão, um relatório onde constem os custos e proveitos relacionados com as várias geminações com outras cidades.

O Bloco de Esquerda recomenda também que sejam apresentados relatórios das visitas por comitivas do nosso concelho efectuadas ao estrangeiro no âmbito destas geminações, para que a população e os seus representantes, possam em consciência ter opinião sobre a necessidade das ditas geminações e das ditas viagens numa momento em que se sofre com uma das mais graves crises dos últimos 100 anos.

Membros da Assembleia Municipal
Pedro Mendonça, Odete Cosme



Ampeo 21

11 3
Fw
jeandey

Acordo de Geminação entre Cartaxo e Penglai -China

A CDU é favorável à unidade entre os Povos, mas considera que terá de haver na realidade intercâmbio nas várias vertentes culturais, económicas, desportivas a todos os níveis da comunidade. Para isso deverão ser envolvidas as forças vivas do Concelho.

Não deverá ser limitado a alguns passeios para, mas tentar-se seguir o exemplo da geminação com a Polónia, que aliás concretizou-se com base no intercâmbio existente em várias áreas de expressão artística vivenciada há mais de uma década.

A Geminação com Penglai traz-nos alguma apreensão, fazendo jus ao descrito na proposta e com uma capacidade de produção de 80.000 toneladas, estou a ver muito em breve sermos invadidos pelo vinho chinês e os nossos poucos produtores a serem absorvidos tal como no comércio do Cartaxo.

Esperamos que não e que se consigam bons resultados para ambas as partes.

Votamos a favor.

A Bancada da CDU

Francisco António de Jesus Soares
Rodrigo Amato Rodrigues
perle

Cartaxo, 28.09.2010

SEM EFEITO

Ames 22

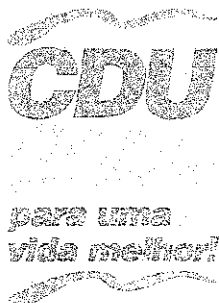
G.
Jardim
F.

Proposta

Proposta que se pontua
a rotacão, condiciona
do ao parecer da
C.E.D.R.

Bem como partes leis
P. Socialista

B. Jardim



Anexo 23

16/23
secretarias
Pui

Autorização de Repartição de Despesa para Aquisição de Serviços para Desenv. Actividades Curriculares...

O Município do Cartaxo deveria ter aberto concurso atempadamente, antes do início do Ano lectivo.

Alegaram não terem previsão de dados. o que é contrariado pelo documento Caderno de Encargos nas páginas de 14 a 19 d

A Rede Escolar é definida em Junho, os Programas Escolares são distribuídos desde sempre.

Assim sendo, porque não abriram concurso mais cedo, para aquisição de Actividades de Enriquecimento Curricular e Animação?

As Actividades já estão em funcionamento desde 14 de Setembro 2010,

Concluindo:

Esta situação é ilegal, deveria ter sido aberto concurso a partir de Março de 2010,

Não compreendemos porque vem à Assembleia Municipal uma situação/documento que não é legal?

Mais uma vez o Executivo pretende que a Assembleia incorra numa ilegalidade tentando legalizar um erro seu.

Querem justificar a despesa repartida de Setembro a Dezembro quando o serviço está a ser prestado e ninguém a autorizou.

Assim a Bancada da CDU vota contra porque não concordamos com este processo de ilegalidade, tinham tido tempo suficiente para desencadear o processo dentro das normas,

A Bancada da CDU

João António da Graça Soares
Rodrigo António Rodrigues
Pui